



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

RENATA VALÉRIA DE ARAUJO LIMA

**IDEOLOGIA, ACENTO APRECIATIVO, TEMA E SIGNIFICAÇÃO NO
DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO**

Recife
2019

RENATA VALÉRIA DE ARAUJO LIMA

**IDEOLOGIA, ACENTO APRECIATIVO, TEMA E SIGNIFICAÇÃO NO
DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestra em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Siane Gois Cavalcanti
Rodrigues

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

L732i Lima, Renata Valéria de Araújo
Ideologia, acento apreciativo, tema e significação no discurso político-
midiático / Renata Valéria de Araújo Lima. – Recife, 2019.
115f.: il.

Orientadora: Siane Gois Cavalcanti Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro
de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.

Inclui referências e anexos.

1. Discurso político. 2. Golpe. 3. Dialogismo. 4. Mídia. I. Rodrigues,
Siane Gois Cavalcanti (Orientadora). II. Título.

410 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2020-141)

RENATA VALÉRIA DE ARAUJO LIMA

**IDEOLOGIA, ACENTO APRECIATIVO, TEMA E SIGNIFICAÇÃO NO
DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestra em Letras.

Aprovada em: 30/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Siane Gois Cavalcanti Rodrigues (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Julia Maria Raposo Gonçalves de Melo Larré (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Sônia Virgínia Martins Pereira (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Àqueles que foram silenciados pelas lutas de classe

AGRADECIMENTOS

E ainda que tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse amor, nada seria. 1 Coríntios 13:2

Companhia, substantivo feminino que designa pessoas que seguem juntas.

Assim como os galos de Cabral de Melo Neto, que gritam dizeres, sentidos, abraços e corações de um a outro, minhas companhias também dizem quem sou e por isso sou imensamente grata a elas e ao Parça.

Ao longo desses dois anos e meio, durante muitas vezes, me senti com a cabeça e os pés descobertos. Senti medo e desesperança frente às batalhas diárias. Mas o meu Parça, esse desenrolado, perseverou incansavelmente em me presentear, por meio de pessoas, momentos, leituras e bichos de estimação, com a Sua companhia, sempre ao meu lado. Cá estou, viva, feliz, saudável e, sobretudo, muito grata, “em tudo e por tudo”, por receber, trocar e compartilhar.

Maria Ângela e Joca, os fios de sol irradiados pelas suas vozes mostradas e sentidas, mais do que o dom da vida, me deram maravilhosas oportunidades para entender o valor do “ser” em detrimento do “ter”. Vocês são a maior dádiva que eu poderia receber do Parça. Obrigada por tudo, Mainha, de todas as miçangas, você é a minha mais valiosa (Mia Couto); obrigada, Painho, por me dizer que cada coisa tem seu tempo. Amo muito vocês.

Dra. Ângela Roberta Júnia, seu exemplo sempre foi como uma lanterna que me abria os caminhos quando eles ainda estavam escuros aos meus olhos. Ouvir de você que era difícil, mas que, apesar disso, você sabia que eu conseguiria, tenha certeza, foi o impulso de que eu precisava. Nós conseguimos! Agradeço também a Diego, junto com Júnia, por ser um cunhado-irmão e ter me aberto o seu coração, o seu abraço e a sua casa sempre que precisei.

Todos os dias, muitas vezes durante o dia todo, Kamilla me acompanha. Nesse acompanhar cabe tanto quanto cabem os sentidos nas palavras: cabe o infinito. Milla, gratidão pelas noites e pelos dias – de escrita, leituras, receitas a quatro mãos, ∞ – de companhia. Gratidão por me ensinar a cuidar da minha saúde física e mental; gratidão, então, por ter me trazido e vindo comigo, de mãos dadas, até aqui. Nem a Astrologia nem o tarô nem a Linguística nem a Comunicação nem a Sociologia têm dizeres suficientes para te agradecer por tanto. Aqui, aproveito para agradecer também a Jay, MJ e Alana, por me receberem em seu lar e me darem abrigo, afago, amor e conselhos sem os quais eu não teria chegado até aqui.

Junto a esses, estendo o agradecimento a toda a minha incrível família que, com orações, palavras de afeto e de estímulo, abraços e muita saudade (devido à minha ausência física nos encontros), me motivou a seguir firme durante a escrita desta dissertação e, sobretudo, na vida. Enfatizo aqui o cuidado e amor da minha madrinha, Tia Anita, um porto-seguro desde que me recorde de existir.

Tão essencial quanto minha família humana foi o companheirismo de Paguzinha e de Bartolomeu Tenório que nunca permitiram que eu me sentisse solitária nos momentos de solidão que a escrita nos impõe.

Ao meu querido amigo, padrinho e parceiro de profissão, leitor, revisor, encorajador e animador, Cleidson Jambo, deixo aqui as minhas infinitas admiração e gratidão pelo profissional e maravilhoso amigo, por me mostrar e me fazer acreditar que eu posso – e devo – ir além.

À Maria do Carmo Wanderley, Mito, agradeço pelas muitas vezes em que me ajudou a encontrar o suporte emocional necessário para voltar a me encontrar comigo mesma depois das duras quedas, das quais, com a sua ajuda, consegui me reerguer.

Agradeço demais pelos amigos que começaram, aos que se foram e, sobretudo, aos que permaneceram comigo durante essa caminhada, especialmente, Fernanda Travassos, Cláudia Vasconcelos, Wagner de Araújo, Isabela Costa, Tinna Andrade, Débora Leão, Rodrigo Porto, Luna Lins, Isadora Gusmão, Íris Campos, Eli, Nélia, Ary Júnior, Felipe Genú, Camila Melo, Tiago Augusto, e os primos-amigos, Keka, Rafa, Nanda, Diana, Luciana, Livia, Maninha, Luíza. Agradeço, ainda, de modo bastante especial, à minha queridíssima amiga-irmã-crush-astróloga-revisora Fran Palmeira, um presente muito valioso que o Parça me deu.

Às “garotas” Marina Gomes e Karla Dantas, amigas e companheiras de turma de mestrado, que fizeram valer a máxima “só quem passa por isso sabe o que é”, agradeço muitíssimo por serem um lugar aconchegante de partilha do ônus e do bônus acadêmico-profissional.

À professora Siane Gois, profissional ímpar por quem sinto imensa admiração desde a graduação, agradeço pela orientação desta pesquisa. Suas leituras, observações, sugestões e conselhos extremamente minuciosos são responsáveis pelo resultado desta dissertação.

Agradeço à professora Dóris Arruda Carneiro da Cunha por contribuir de forma tão essencial em minha formação acadêmica, especialmente por compartilhar o seu olhar e a sua paixão pelo diálogo. Sua disciplina, suas observações e a leitura de seus textos foram fundamentais para que eu acreditasse em meu potencial acadêmico e na pertinência, sobretudo, social do objeto desta dissertação.

Agradeço às professoras Evandra Grigoletto e Fabiele Stockmans de Nardi, desde a minha graduação, pelos sólidos e apaixonantes conhecimentos partilhados da AD pêcheuxtiana. À professora Evandra Grigoletto, especialmente, agradeço por ter sido tão atenciosa e gentil comigo em tantas situações durante o mestrado.

À professora Julia Larré, agradeço pela gentileza, atenção e cuidado com que se dedicou à banca de qualificação. Agradeço também, outra vez, à professora Julia Larré e à professora Sônia Pereira pela leitura e arguição desta dissertação.

Sou muito grata também aos funcionários da coordenação do PPGL-UFPE, Jozaías, Adriel, Hans e Jefferson, que se desdobram para nos ajudar em tudo. Agradeço especialmente ao professor Alberto Poza pela compreensão, atenção e cuidado com me atendeu quando dele precisei.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pelo suporte que recebi com a concessão da bolsa de auxílio ao desenvolvimento desta pesquisa. São ações como essa que tornam possível o crescimento do País a partir de investimentos em ciência e educação, por isso, devem ser cada vez mais encorajadas pela população e estimuladas pelo poder público.

Agradeço, por fim, às muitas oportunidades a que tive acesso para chegar até aqui devido aos privilégios de classe, e, por isso, rogo e luto para que o acesso à justiça social seja, de fato e de direito, realidade para todos.

Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito de um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos. (MELO NETO, 1966, p.345)

RESUMO

Por considerar que muitos dos conflitos sociopolíticos ainda acontecem devido à disputa pelo sentido “verdadeiro” das palavras, esta pesquisa tem o propósito de analisar como a mídia brasileira construiu o discurso de que, a partir de um mesmo evento social, aconteceu um golpe ou um *impeachment*, no Brasil, em 2016. Para isso, avaliamos artigos de opinião das revistas *CartaCapital* e *Veja* com o objetivo de perceber como esses enunciados contribuíram para o surgimento de novos e para a manutenção de um sentido relativamente estabilizado da palavra “golpe”, no contexto da destituição da presidente Dilma Rousseff. Para tanto, fundamentamos na abordagem teórico-metodológica da teoria/análise dialógica do discurso proposta pelos teóricos que formam Círculo de Bakhtin, especialmente Bakhtin (2000a; 2000b; 1988; 2010; 2014) e Volóchinov (2013; 2017), que tratam das categorias *tema*, *significação* e *acento apreciativo* em sua intrínseca relação com a ideologia na tessitura dos sentidos das palavras. Ademais, nos ancoramos, também, em teóricos que contribuíram com discussões sobre as teorias do jornalismo e da comunicação social, tais como Piovezani Filho (2003), Melo (2006), Corten (1999) e Lage (2014). Para que fosse possível desenvolver o trabalho, selecionamos os seguintes objetivos específicos: (1) mapear quais seriam os sentidos primeiros da palavra “golpe” no discurso jornalístico ao tratar assuntos ligados à política; (2) investigar os aspectos ideológicos que subjazem à construção discursiva da palavra “golpe” nas mídias analisadas; (3) verificar como se constrói o discurso ao contrapor sentidos relativamente estabilizados (significações) a outros sentidos que têm seus sentidos atualizados (temas). Os resultados das análises demonstraram que, de fato, houve o surgimento de um novo tema – “Golpe político-midiático” – seja na tentativa de apagamento e negação do novo tema, seja na aceitação de sua validade com base nos atuais contextos histórico-sociais que o fizeram emergir discursivamente.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político. Golpe. Dialogismo. Mídia.

RESUMEN

Por considerar que muchos de los conflictos sociopolíticos ocurren a causa de la disputa por el sentido “verdadero” de las palabras, esta búsqueda tiene el propósito de analizar como la prensa de Brasil construyó el discurso de que, desde un mismo evento social, ocurrió un golpe o un *impeachment*, en Brasil, en 2016. Para ello, examinamos artículos de opinión de las revistas *CartaCapital* y *Veja* con el objetivo de percibir como esos enunciados contribuyeron para el surgimiento de nuevos y para la manutención de un sentido relativamente matizado de la palabra “golpe”, en el contexto de la destitución de la presidente Dilma Rousseff. Para tanto, nos basamos en el abordaje teórico-metodológico de la teoría/análisis dialógico del discurso propuesta por los teóricos que integran el Círculo de Bakhtin, especialmente Bakhtin (2000a; 2000b; 1988; 2010; 2014) y Volóchinov (2013; 2017), que tratan de las categorías *tema*, *significación* y *acento apreciativo* en su intrínseca relación con la ideología en la tesitura de los sentidos de las palabras. Además, nos basamos también en teóricos que contribuyeron con discusiones acerca de las teorías del periodismo y de la comunicación social, como Piovezani Filho (2003), Melo (2006), Corten (1999) e Lage (2014). Para que fuera posible desarrollar este trabajo, seleccionamos los siguientes objetivos específicos: (1) mapear cuales serían los sentidos primeros de la palabra “golpe” en el discurso del periodismo al tratar de asuntos vinculados a la política; (2) investigar los aspectos ideológicos que sostienen la construcción discursiva de la palabra “golpe” en los medios analizados; (3) verificar como se construye el discurso al contraponer sentidos relativamente matizados (significaciones) a otros sentidos que poseen sus sentidos actualizados (temas). Los resultados de nos análisis demuestran que, de hecho, ocurrió el surgimiento de un nuevo tema – “Golpe político-mediático” – sea en el intento de apagar y negar el nuevo tema, sea en la aceptación de su validez con base en los actuales contextos histórico-sociales que lo hicieron emerger discursivamente.

PALABRAS-CLAVE: Discurso político. Golpe. Dialogismo. Prensa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mulher chora após a abertura do processo de <i>impeachment</i> na Câmara dos Deputados.....	62
Figura 2 - Título da CC-2 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i>	71
Figura 3 - Título e subtítulo do Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista <i>Veja</i>	83
Figura 4 - Título do Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista <i>Veja</i>	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 1.....	63
Quadro 2 - Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 2.....	65
Quadro 3 - Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 3.....	65
Quadro 4 - Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 4.....	67
Quadro 5 - Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 5.....	67
Quadro 6 - Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 6.....	69
Quadro 7 - Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 7.....	69
Quadro 8 - Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 1.....	72
Quadro 9 - Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 2.....	75
Quadro 10 - Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 3.....	75
Quadro 11 - Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 4.....	76
Quadro 12 - Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 5.....	77
Quadro 13 - Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 6.....	78
Quadro 14 - Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista <i>CartaCapital</i> – Trecho 7.....	79
Quadro 15 - Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista <i>Veja</i> – Trecho 1.....	83
Quadro 16 - Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista <i>Veja</i> – Trecho 2.....	84
Quadro 17 - Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista <i>Veja</i> – Trecho 3.....	85
Quadro 18 - Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista <i>Veja</i> – Trecho 4.....	86
Quadro 19 - Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista <i>Veja</i> – Trecho 5.....	86
Quadro 20 - Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista <i>Veja</i> – Trecho 6.....	87
Quadro 21 - Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista <i>Veja</i> – Trecho 7.....	90
Quadro 22 - Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista <i>Veja</i> – Trecho 1.....	91
Quadro 23 - Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista <i>Veja</i> – Trecho 2.....	92
Quadro 24 - Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista <i>Veja</i> – Trecho 3.....	93
Quadro 25 - Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista <i>Veja</i> – Trecho 4.....	94
Quadro 26 - Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista <i>Veja</i> – Trecho 5.....	94

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise do Discurso
ADD	Análise Dialógica do Discurso
MFL	Marxismo e Filosofia da Linguagem
PPD	Problemas da Poética de Dostoievsky
QEL	Questões de Estética e de Literatura
ECV	Estética da Criação Verbal
CC	Revista CartaCapital
V	Revista Veja
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	TECENDO OS FIOS TEÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS.....	25
2.1	OBJETIVISMO ABSTRATO, SUBJETIVISMO PSICOLÓGICO E DIALOGISMO.....	25
2.2	LÍNGUA, ENUNCIADO, PALAVRA, DISCURSO: <i>RIETCH</i> , EM BOM RUSSO.....	29
2.3	SIGNO X SIGNO IDEOLÓGICO.....	35
2.4	O TEMA E A SIGNIFICAÇÃO – RECUPERAÇÃO E PROJEÇÃO NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS.....	39
2.5	ACENTO APRECIATIVO, IDEOLOGIA E DETERMINAÇÃO DOS SENTIDOS DAS PALAVRAS.....	42
3	A TEIA DOS FIOS IDEOLÓGICOS NO DISCURSO POLÍTICO- MIDIÁTICO.....	45
3.1	DISCURSO POLÍTICO E MÍDIA: A POLÍTICA NA ESFERA DISCURSIVA JORNALÍSTICA.....	46
3.2	ARTIGO DE OPINIÃO: A “ENUNCIAÇÃO SUBJETIVIZADA”.....	55
4	OS GRITOS DO DIZER “GOLPE” LANÇADOS DE UM A OUTRO NA DISPUTA DE SENTIDOS: <i>TEMA, SIGNIFICAÇÃO E ACENTO APRECIATIVO</i> EM ARTIGOS DE OPINIÃO DAS REVISTAS <i>CARTACAPITAL</i> E <i>VEJA</i> SOBRE A PALAVRA “GOLPE”	59
4.1	OS SENTIDOS DA PALAVRA “GOLPE” NA REVISTA <i>CARTACAPITAL</i>	60
4.1.1	Análise do artigo de opinião CC-1 – “Golpe e resistência”.....	61
4.1.2	Análise do artigo de opinião CC-2 – “Tem cara de legal e tem jeito de legal, mas não passa de um golpe”.....	71
4.2	OS SENTIDOS DA PALAVRA “GOLPE” NA REVISTA <i>VEJA</i>	80
4.2.1	Análise do artigo de opinião V1 – “Mito: ‘ <i>impeachment</i> é golpe”.....	82
4.2.2	Análise do artigo de opinião V2 – “Em 31 de março de 1964, chamaram golpe de revolução; em 31 de março de 2016, chamaram revolução de golpe”.....	88
4.3	OS SENTIDOS DA PALAVRA “GOLPE”: ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE AS REVISTAS <i>CARTACAPITAL</i> E <i>VEJA</i>	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: PALAVRAS QUE, SE “ENTRETENDENDO”, REFLETEM E CONTINUAM REFRATANDO SENTIDOS.....	98

REFERÊNCIAS.....	101
ANEXO A – ARTIGO DE OPINIÃO CC-1.....	105
ANEXO B – ARTIGO DE OPINIÃO CC-2.....	108
ANEXO C – ARTIGO DE OPINIÃO V-1.....	112
ANEXO D – ARTIGO DE OPINIÃO V-2.....	114

1 INTRODUÇÃO

“Quem acha que o impeachment não foi golpe lê dicionários como quem acha que ‘presidenta’ está errado: não lê dicionários nem gramáticas”. (POSSENTI, 2016)

“O PT ajudou a destruir a língua. Corroeu seu vocabulário e sua gramática. Palavras ou expressões como ‘justiça social’, ‘igualdade’, ‘democracia’, ‘liberdade de imprensa’ e, por último, ‘golpe’ tiveram seus significados totalmente destruídos pelo PT. Isso me leva a perceber que a decadência política anda de mãos dadas com a decadência cultural”. (CONSTANTINO, 2016)

As epígrafes acima apresentam o incômodo social materializado pelo discurso da mídia brasileira, em 2016, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, com relação à adequabilidade do uso do termo “golpe”¹ nesse contexto. Nesse momento, devido às discussões políticas acerca da concordância ou não com a destituição da presidente Dilma Rousseff do poder, a palavra “golpe” voltou à esfera discursiva da mídia que, ora se posicionou de forma a ratificar, e mais, a justificar a ocorrência de um golpe político-midiático, ora tomou o posicionamento contrário, ao argumentar que nenhum dos sentidos possíveis para o referido termo perpassaria o que teria sido um evento político legal ou, simplesmente, um *impeachment*.

Nesse íterim, muitas são as discordâncias, facilmente encontradas no discurso da mídia, que envolvem muito mais do que nomenclaturas e definições no âmbito político e etimológico do termo. Aqui, faz-se necessário explicar que a escolha por um direcionamento com ênfase na ação determinante da mídia para a realização deste *impeachment* ou golpe se deu por questões metodológicas, visto que as interferências jurídicas e parlamentares, por exemplo, também foram essenciais para a consumação do referido contexto sobre o qual se debruçou esta pesquisa. Detivemo-nos, portanto, na observação da repetição e consequente validação (ou não) do acontecimento discursivo de um golpe. Por essa razão, delineamos a utilização da nomenclatura “golpe político-midiático”.

O palco desses desacordos quanto ao uso dessa palavra voltou a acontecer² em 2 de dezembro de 2015, após o então presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Eduardo Cunha, aceitar oficialmente as denúncias contra a possível improbidade administrativa

¹Com relação à formatação da fonte da palavra “golpe”, quando utilizarmos aspas, estaremos nos referindo ao nosso objeto de análise, à palavra em si, já a palavra sem destaques se referirá ao evento político.

²Para Volóchinov (2017, p. 205), a palavra é essencialmente *bilateral*, ou seja, é um resultado de quem a procede e daquele para quem ela se dirige, é o que relaciona o eu ao outro. Assim, entendemos que não há começo nem fim na enunciação, por isso consideramos a **retomada e a atualização** dos sentidos da palavra golpe a partir de sua utilização relacionada ao golpe militar, que aconteceu no Brasil, em 1964. Naquele contexto, o governo militar considerava que estava acontecendo uma “revolução”, não um “golpe”. Percebe-se, então, que as discordâncias quanto ao uso do termo não são, definitivamente, algo novo, assim como nenhum enunciado pode, de fato, ser.

praticada pela então presidente Dilma Rousseff. Por isso, iniciaram-se os debates acerca da ilegalidade de seu mandato. A acusação indicava que as operações autorizadas por ela de empréstimo de crédito dos bancos para o Estado seriam crimes de responsabilidade fiscal. Porém, nesse momento, esse tipo de transação econômica ainda não estava regulamentada por lei, ainda que fosse uma prática comum no Brasil, em governos anteriores ao dela. A regulamentação aconteceu somente após a sua retirada do poder.

Em 31 de agosto de 2016, o Senado brasileiro decidiu pela efetivação do *impeachment* da Presidente. Como a dialeticidade interna da palavra faz-se cada vez mais visível em tempos de crise social (VOLÓCHINOV³, 2013, p. 200), nesse momento, parte da sociedade brasileira recuperou o uso da palavra “golpe” para, então, associá-la a um evento político que supostamente seria orquestrado pela mídia por meio do poderio das elites político-econômicas: o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Imediatamente, estabeleceram-se posicionamentos a favor do *impeachment* ou, por outro lado, contra o golpe, este sob a justificativa de que não houve um crime constitucional que abonasse a decisão. É imprescindível considerar o intenso papel da mídia que, posicionando-se valorativamente, influenciou de forma ativa na constituição desse contexto de ambivalência ideológica.

“Golpe”, em processos políticos que se referem à retirada forçosa de presidentes do poder, no contexto político brasileiro, revestia-se, até então, apenas de uma significação tocada pela força militar, retomando, assim, o contexto sociopolítico do golpe militar, que aconteceu no Brasil, em 1964. Na ocasião, o presidente democraticamente eleito João Goulart, vulgo Jango, teve seu governo encerrado por uma intervenção militar, que assumiu a presidência do Brasil com cinco presidentes após a sua retirada do poder. Ainda nesse momento, em vez de “golpe militar”, os militares denominavam a situação como “Revolução de 1964”, “Contragolpe de 1964” ou “Contrarrevolução de 1964”, o que torna claro, uma vez mais, que a realidade objetiva se constitui como tal através da disputa de sentidos das palavras na arena das significações.

Esse é um dos casos, portanto, em que “[...] a palavra torna-se arena da luta de classes, a arena da dissidência de opiniões e de interesses de classe orientados de modos distintos” (VOLÓCHINOV, 2013, p.197). Ora, para que seja possível analisar a retomada e consequente atualização da possibilidade de significar da palavra “golpe” em 2016, é imprescindível que

³A escrita do nome de Valentin Volóchinov se apresenta de diferentes formas em seus escritos. Aqui, utilizaremos “Volóchinov” porque é a versão utilizada por Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo na tradução mais recente – feita direto do russo para o português – de Marxismo e filosofia da linguagem, em 2017.

sejam considerados os elementos extraverbais que determinam a realização desse signo nessa situação específica, tais como quem diz, para quem diz, quando diz, qual função social o falante ocupa etc. Sem considerar esses aspectos, seria impossível entender como se constrói a comunicação.

A motivação desta pesquisa foi o fato de que, por razões de polaridade partidária no contexto que suscitou a retirada de Dilma Rousseff do poder, as pessoas começaram a utilizar a palavra “golpe” como uma bandeira, seja para defender os interesses das ditas esquerdas ou, de outro lado, de vertentes políticas consideradas mais conservadoras. Sendo este contexto um visível momento de crise política, percebemos a palavra sendo tomada como instrumento para construção de verdade(s), logo, também para a manutenção das lutas e dissidências sociopolíticas. Por isso, inicialmente, nos perguntamos sobre o que seria, então, golpe.

Porém, apesar de ter sido essa a curiosidade primeira, percebemos que a resposta imediata a essa indagação não responderia ao questionamento que norteou essa pesquisa, que foi: **como a mídia brasileira construiu o discurso de que, a partir de um mesmo evento social, houve um golpe ou de que, por outro lado, houve um *impeachment*?** Assim, investigar o que seria golpe não seria suficiente para responder de forma sólida às nossas inquietações, visto que o sentido está situado no momento da enunciação e não somente no enunciado isolado em si mesmo. Então, muito além de nos determos em atribuir uma verdade, em determinar como certos ou errados sentidos que são retomados para a palavra “golpe” no contexto ao qual nos detivemos, direcionamo-nos a uma abordagem linguístico-social que entende a língua como reflexo vivo e material daqueles que a utilizam, os seres humanos. Por isso, o nosso olhar direcionou-se à realidade objetiva do homem, que o constitui e é constituída na interação verbal entre os sujeitos.

Assim, o **objetivo geral** desta pesquisa é analisar, com base no dialogismo bakhtiniano, o discurso que se constituiu ao redor da palavra “golpe” em artigos de opinião publicados nos sites das revistas *CartaCapital* e *Veja*. A escolha por esses dois veículos aconteceu porque, frequentemente, apresentam direcionamentos políticos contrários em seus textos: a primeira revista tende à manutenção de um discurso de esquerda, enquanto a segunda revista se direciona a abordagens mais liberais ou, mesmo, de direita⁴. Os artigos selecionados para a composição do corpus de nossa análise apresentam um caráter metalinguístico, isto é, a temática principal

⁴ Ratificamos nesta pesquisa a noção atribuída por Bobbio (2001) aos conceitos de “esquerda” e “direita”. Para ele, o que determina a diferenciação dessas noções é a ideia que cada uma das tendências tem sobre igualdade e desigualdade humana. Assim, enquanto a esquerda busca a mudança da ordem social por meio da igualdade de direitos entre os seres humanos, a direita visa à conservação da tradição e à manutenção dos direitos individuais, pois entende a desigualdade como intrínseca ao ser humano.

em que eles se baseiam versa sobre a validação ou não do termo “golpe” para se referir à destituição de Dilma Rousseff da Presidência do Brasil e o recorte temporal por nós estabelecido está entre os meses de março a agosto de 2016, período em que se desenvolveu o processo sociopolítico que culminou com afastamento definitivo da Presidente pelo Senado Federal, em 31 de agosto de 2016.

Como **objetivos específicos**, procuramos:

1) mapear quais seriam os sentidos relativamente estabilizados da palavra “golpe” em artigos de opinião dos sites das revistas *Veja* e *CartaCapital* nos meses de março a agosto de 2016 ao tratar assuntos ligados à política;

2) investigar os aspectos ideológicos que subjazem à construção discursiva da palavra “golpe” nas mídias analisadas e

3) verificar como se constrói o discurso ao contrapor sentidos anteriores (já visitados) a outros (entendidos, aqui, como novos ou atualizados).

Há, portanto, ideias bastante divergentes com relação a qual seria o sentido – como se apenas um existisse – adequado para o uso do termo “golpe” no contexto do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Nesse sentido, enfatizamos que esta pesquisa não foi desenvolvida com o intuito de oferecer respostas sobre a efetivação ou não de um golpe de Estado, mas, sim, para pensar sobre quais seriam as razões ideológicas, e, portanto, discursivo-valorativas que trouxeram de volta a utilização desta palavra para a referida conjuntura política.

Assim, ainda que historicamente a mídia tenha procurado construir uma imagem de propagadora de informações neutras, isenta de *ideologia*, ela é formada por sujeitos enunciadorees que retomam sempre enunciados outros e, por isso, sempre se posicionará valorativamente. Por isso, optamos por considerar a utilização da palavra “golpe” em artigos de opinião por compreender que, devido à relativa liberdade que esse gênero confere ao seu autor, os diferentes sentidos se sobressairiam de forma mais espontânea e menos velada.

Os critérios para a escolha do corpus foram: 1) o fato de ambas as revistas terem circulação nacional; 2) pertencerem a linhas editoriais distintas (Abril e Confiança, respectivamente); 3) veicularem diferentes valores axiológicos. A partir desse recorte, e tendo como aporte teórico a Análise Dialógica do Discurso, investigamos como esse discurso se constitui em diferentes condições sócio-históricas.

Quando pensamos sobre o que difere o humano dos outros seres animais, imediatamente nos deparamos com questionamentos acerca da origem, constituição e função da *linguagem* humana. Por isso, motivado pelo intuito de se compreender e desvendar sua própria natureza, o homem, à medida que escreve a sua história, tem percebido que não seria possível desenhá-

la se não a vinculasse às palavras que a materializam, pois é somente através dessas palavras que a sua realidade, de fato, pode existir, já que “Qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma parte material dessa mesma realidade”. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 94). O não dito — ou mesmo o não pensado —, evidentemente, ainda não existe, visto que, até mesmo para materializar e registrar um pensamento, é necessário utilizar-se da linguagem: a consciência se constitui e se materializa pela linguagem, conforme afirma Volóchinov (2017):

Enquanto a consciência permanece na cabeça daquele que pensa como um embrião verbal da expressão, ela é apenas uma parte muito pequena da existência, com um campo de ação reduzido. No entanto, quando ela passa todos os estágios da objetivação social e entra no campo de força da ciência, da arte, da moral, do direito, ela se torna uma força verdadeira, capaz até de exercer uma influência inversa nas bases econômicas da vida social. É claro, **a força da consciência está na sua encarnação em determinadas organizações sociais e na sua fixação em expressões ideológicas estáveis (ciência, arte e assim por diante), porém ela já era um pequeno acontecimento social, e não um ato individual interior, na forma primária vaga de um pensamento e uma vivência instantâneos.** (grifos nossos – p. 212)

Assim, se se pensa sobre o que é golpe e se busca amparo na etimologia, na política, no direito ou na história para justificá-lo, automaticamente também se pensa ou tenta-se delimitar o que não é golpe. É uma atitude responsiva, natural do sujeito social, que se constitui na e pela interação com o outro e, assim, ao recuperar sentidos, estabelece réplicas a discursos outros. Isso acontece até mesmo em situações com formas composicionais monológicas, como quando, considerando o *mínimo dialógico*⁵, estabelece-se uma espécie de comunicação interna, do sujeito consigo mesmo, em uma atitude ativa-responsiva.

Corroborando essa ideia, no capítulo V de Problemas da Poética de Dostoiévski, Bakhtin (2008) afirma que as relações dialógicas são possíveis não apenas entre enunciados integrais:

Relações dialógicas são possíveis não só entre enunciados completos (relativamente completos); uma abordagem dialógica é possível em relação a qualquer parte significativa de um enunciado, mesmo em relação a uma só palavra, caso aquela palavra seja percebida não como uma palavra impessoal da língua, mas como um signo de posição semântica de outro alguém, como o representante do enunciado de

⁵ Mesmo no discurso interior, em que o sujeito não se dirige diretamente a outrem, mas se comunica consigo mesmo, não há um discurso único, pessoal. Nessa situação, assim como em todo processo enunciativo, existe a presença de um diálogo em que surgem diferentes sentidos trazidos por outras vozes, outros discursos. O diálogo bakhtiniano contrapõe-se, portanto, ao discurso monológico, e, por isso, refere-se à ação entre interlocutores. (Bakhtin/Volóchinov, 2007)

outra pessoa; isto é, se ouvirmos nela a voz de outro alguém. Assim, relações dialógicas podem permear o interior do enunciado, mesmo o interior de uma só palavra, desde que nela duas vozes colidam dialogicamente. (BAKHTIN, 2008, p. 345)

Todos os enunciados são, assim, dialógicos, pois existe algo na palavra que advém, que é perpassado pela palavra do outro. Assim, quando um sujeito se comunica, ele traz também o outro, o discurso de outrem. Todo discurso é atravessado pelo discurso do outro; a *alteridade*⁶ é um aspecto essencial na constituição da linguagem, logo, da comunicação.

Assim, por entender que somente pelo estudo da linguagem em seu uso real, essencialmente social se pode compreender a construção dos sentidos das palavras, a metodologia deste trabalho está pautada no quadro teórico-metodológico da Análise Dialógica do Discurso (ou ADD), que se baseia nos estudos desenvolvidos por Mikhail Bakhtin e seu Círculo.

Por considerar que o ser humano é, antes mesmo de verbalizar algo, um ser que se comunica – o que, automaticamente, vincula-o à vivência social entre pelo menos dois indivíduos que necessitam dizer algo ao outro em uma situação real, viva, específica –, o estudo sociológico da linguagem desenvolvido por Bakhtin/Volóchinov se mostra eficaz, uma vez que considera o homem como ser que constrói e, concomitantemente, é construído através da interação verbal social.

Para isso, como procedimentos de análise, nos debruçamos especialmente sobre as categorias de *tema*, *significação* e *acento apreciativo*, por entendermos que, assim como a realidade determina os sentidos do signo, ao mesmo tempo, o signo – que se constitui como ideológico dentro de situações enunciativas específicas – também reflete e refrata a sociedade. A escolha pela utilização dessas categorias se deu devido à sua relevância para a investigação dos diferentes sentidos que, histórica e socialmente, um mesmo termo pode assumir. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi qualitativa, a partir de observações dedutivas, em uma abordagem diacrônica dos sentidos da palavra “golpe”.

Sobre as categorias **tema**, **significação** e **acento apreciativo**, faz-se indispensável atentar para o fato de que, apesar de idênticas na estrutura verbal, as significações em sua estrutura semântica devem ser consideradas plurais, já que representam o deslocamento da realização de um enunciado de um contexto para outro. Para Volóchinov (2017), “[...] compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu

⁶Para o Círculo de Bakhtin, a alteridade é um movimento em que o sujeito se relaciona socialmente com outros para, então, reconhecer a si mesmo.

lugar adequado no contexto correspondente”, pois a significação se dá à medida que realizamos réplicas, ou seja, quando correspondemos àquela palavra outras nossas.

Utilizamos ainda a noção de *ideologia* para que fosse possível investigar como os discursos veiculados pela mídia incorporaram, ao menos no corpus aqui analisado, discursos antagônicos sobre o termo “golpe”. Dessa forma, considerando que o signo comporta sentidos que podem representar diferentes realidades, percebemos que a utilização da palavra “golpe”, de um lado, tendeu para a atualização de novos sentidos, e, de outro, para um sentido relativamente estabilizado.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2017), doravante MFL, Volóchinov afirma que a sociedade, que está em constante transformação social e econômica, alonga-se para integrar o sujeito que, conseqüentemente, também se transforma e, assim, transformará o discurso, ferramenta através da qual se constitui enquanto ator social. Novas significações para as palavras são, portanto, sempre criadas devido a esse caráter de transformação constante a que os sujeitos, que interagem e constroem a sociedade, também se submetem para constituírem a si mesmos (VOLÓCHINOV, 2017, p. 232).

Já existem alguns estudos que visam, apesar da proximidade temporal ao evento político, entender a constituição dos sentidos e a noção de *ideologia* que circundam a palavra “golpe”. Percebemos, porém, que a maioria dessas pesquisas centra seu olhar no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso pêcheuxtiana, talvez porque este tema também pode direcionar a uma abordagem de linguagem que se constitui a partir das relações de poder, dos embates entre as classes sociais. Nessa perspectiva teórica, porém, o sujeito é atravessado pelo inconsciente e não tem controle sobre aquilo que diz. Ele materializa, por meio do discurso, a ideologia, que inconscientemente assim o constitui como sujeito. Justamente por isso, a noção de ideologia para a AD pêcheuxtiana não dialoga com a ideia de valoração axiológica, conforme nos oferece a ADD. Por essa razão, a abordagem desta pesquisa oferece outra possibilidade de análise, vez que procurará apresentar uma visão da palavra (discurso) e da linguagem como construto social, isto é, nos direcionamos a uma abordagem socioaxiológica da língua a partir da visão do Círculo de Bakhtin, trazida, aqui, especialmente por Volóchinov e Bakhtin.

Portanto, o que nos motivou a enveredar por essa pesquisa foi a necessidade de analisar como se constituem as interpretações baseadas na manutenção das forças centrípetas e na atualização de sentidos com as forças centrífugas na constituição dos sentidos das palavras da língua. Deste modo, a análise demonstrou uma quebra da lógica monologizante da linguagem e assim dirigiu a leitura para observar que estamos a todo momento replicando outros discursos, dialogando com eles, inclusive quando deles discordamos. A comunicação se dá em um

movimento contínuo de interação em que os sujeitos, ao utilizarem-se da língua na constituição dos enunciados, ao mesmo tempo em que refletem, também refratam sentidos. Além disso, percebemos que essa tentativa de neutralizar é também uma posição axiológica, visto que se direciona à tentativa de uma abordagem monológica, centralizadora, unificadora, quando o signo é, para o Círculo, essencialmente ideológico, ou seja, constituído por valores, marcado por tomadas de posição. Qualquer enunciado carrega, portanto, uma entoação valorativa, um tom volitivo-emocional⁷.

Não deve haver, portanto, uma última palavra. Por isso, é necessário que pensemos sobre os sentidos relativamente estáveis, isto é, as definições socialmente estabelecidas como convencionais para o termo “golpe” para que, então, possamos analisar como aconteceu o processo de *atualização*⁸ de sentidos dessa palavra no já referido contexto.

Quanto à organização desta dissertação, após a introdução, onde apresentamos brevemente o contexto geral, além dos objetivos da pesquisa, nosso corpus e também o quadro teórico-metodológico, **na seção 2 – Tecendo os fios teóricos da construção dos sentidos** –, discutimos com maior atenção como se desenvolveram os estudos do Círculo de Bakhtin, que se detiveram a estudar a língua a partir de um viés essencialmente social. Para isso, trouxemos uma abordagem geral sobre o que diferencia a visão bakhtiniana da linguagem de uma abordagem baseada em duas correntes do pensamento linguístico as quais são discutidas em MFL (2017), objetivismo abstrato e subjetivismo psicológico. À continuação, ainda nessa seção 2, centramos nossa atenção também em destrinchar os conceitos básicos para a ADD, tais como enunciado, enunciação e palavra, o que nos levou à distinção entre o signo estritamente linguístico e o signo ideológico. Por fim, adentramos nas categorias **tema, significação e acento apreciativo**, que compõem a base teórica de nosso trabalho.

Na seção 3 – As teias dos fios ideológicos no discurso político-midiático, abordamos as noções de esfera discursiva, para Bakhtin (e o Círculo), e de esfera jornalística para, assim, refletir sobre a concepção do jornalismo como fator único na construção social do conceito de “verdade” na realidade objetiva. Nesta seção, analisamos também as relações que se estabelecem entre o discurso jornalístico e a política, para melhor compreender os fenômenos linguístico-sociais que determinam a pluralidade dos sentidos no discurso político-midiático.

⁷ Sobre o caráter volitivo-emocional da enunciação, entende-se que as palavras estão sempre atravessadas por valores axiológicos que advêm da realidade e do contexto em que são utilizadas. Assim, por exemplo, não existem verdades ou mentiras, mas, sim o que o sujeito entende por essas noções. (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2006, p.96).

⁸ Utilizaremos aqui o que Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2004, p.77), no Dicionário de análise do discurso, chamam de “concepção ampla” da **atualização**. Para eles, trata-se de uma concepção que aproxima a ideia de atualização à de enunciação, ao conjunto do enunciado.

Finalmente, discutimos a noção de gênero discursivo para o Círculo de Bakhtin e adentramos nas especificidades do gênero artigo de opinião para entender seus aspectos constitutivos e funcionais com o objetivo de desenvolver uma análise mais detalhada do corpus.

Na **seção 4 – Os gritos do dizer “golpe” lançados de um a outro na disputa de sentidos: tema, significação e acento apreciativo em artigos de opinião das revistas *CartaCapital* e *Veja* sobre a palavra “golpe”**, buscamos refletir sobre a influência das categorias *tema*, *significação* e *acento apreciativo*, amplamente discutidas por Bakhtin e seu Círculo, para a construção dos sentidos do enunciado “golpe”. Finalmente, tomamos os artigos de opinião das revistas *Veja* e *CartaCapital* que foram selecionados para a análise e demonstramos como não somente a ideologia, como valor axiológico, mas, sobretudo, a História, as relações sociais e o tom que conferimos a cada vez que enunciamos uma palavra são imprescindíveis para a construção de sentidos da palavra “golpe” no Brasil.

Por fim, na seção em que constam as considerações finais, a que nomeamos como **“Considerações finais: palavras que, se “entretendendo”, refletem e continuam refratando sentidos”**, além de salientar a função do enunciado como um elo na comunicação, esboçamos uma breve retomada dos aspectos que compuseram a estrutura e o desenvolvimento desta dissertação. Para isso, recuperamos o panorama geral, os objetivos norteadores e apresentamos também os principais resultados obtidos após a análise dos quatro artigos de opinião selecionados para compor o corpus (V-1, V-2, CC-1 e CC-2).

2 TECENDO OS FIOS TEÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

É na relação entre linguagem e sociedade que se estabelece a constituição do que é o ser humano, pois a história da humanidade é a história dos seres que se organizam em sociedade e detém um sistema de comunicação, que é a língua. Assim, a necessidade de se teorizar a respeito de qual deveria ser o objeto de estudo da ciência da linguagem é uma reflexão fundamental para que o homem possa entender a si mesmo enquanto sujeito, essencial e naturalmente, sócio-histórico, que se constitui na e pela linguagem

Por isso, traçamos brevemente nesta seção uma retomada cronológica das origens do processo de estabelecimento da linguagem como ciência, que tratam de uma língua apartada da fala ou de uma linguagem como sendo fruto do consciente individual para, então, delinear a tendência que, finalmente, propôs considerar o discurso, e a relação entre sujeito e ideologia (entendendo-a aqui como sinônimo de axiologia)⁹, como elemento-chave, visto que é em sua superfície (o dito) e no que o constitui implicitamente (o já-dito e o não-dito) que o sujeito empírico se constitui como sujeito social, do discurso, ideológico.

Após esta explanação sobre a origem e as necessidades que levaram o Círculo de Bakhtin à abordagem linguística determinada por um viés social, procuramos refletir sobre o que é, então, o próprio objeto da Análise Dialógica: o discurso. Assim, abordamos o que faz com que um signo meramente linguístico possa se tornar uma palavra, um signo ideológico, para, depois, entender como se dão os processos de recuperação e projeção de sentidos dessas palavras por meio do entendimento dos conceitos de alteridade e interação.

2.1 OBJETIVISMO ABSTRATO, SUBJETIVISMO PSICOLÓGICO E DIALOGISMO

“[...] cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte”.

BAKHTIN

Com o intuito de encontrar soluções para o problema da delimitação da língua como objeto de estudo, duas foram as principais tendências que orientaram os estudos linguísticos: de um lado, aquela que entende a expressão verbal como fruto da consciência individual (VOLÓCHINOV, 2017, p. 148) e, de outro, a visão de que a língua é um sistema imóvel e

⁹ O termo “ideologia” é aqui utilizado assim como o fez Faraco (2009, p.47), ao considerá-lo não como “mascaramento do real”, mas como sinônimo de “axiologia”.

abstrato, composto por elementos idênticos e reiteráveis que atribuem a ela a capacidade de ser compreendida pelos sujeitos que a utilizam (VOLÓCHINOV, 2017, p. 155). A primeira tendência, Volóchinov (2017) nomeou como *Subjetivismo individualista*, enquanto a segunda, como *Objetivismo abstrato* e ambas, segundo o autor, ignoram a natureza essencialmente social que determina a construção da língua como objeto de estudo.

Diferente de outras ciências em que é possível observar, ou mesmo tocar, o objeto de estudo, as ciências que se ocupam da língua e da linguagem têm como objeto algo que não se pode palpar: a palavra (o enunciado, o discurso)¹⁰. Por isso, a discussão sobre o que deve sustentar a Linguística como ciência de estudo da linguagem não poderia se limitar às oposições entre Bakhtin e Humboldt e Vossler (como principais representantes do *Subjetivismo individualista*), de um lado, ou a Saussure (como principal representante do *Objetivismo abstrato*), de outro. Em primeiro lugar, porque a abordagem oferecida pelo Círculo de Bakhtin não representa uma oposição ou, quiçá, uma evolução do pensamento sobre a língua, mas, uma complementação e uma oportunidade de detalhamento da esfera comunicativa da linguagem, devido à necessidade de implementar os estudos da linguagem como ciência, ainda em 1916, na ocasião da publicação do Curso de Linguística Geral (pelos discípulos de Saussure). A atenção à interação verbal foi, por ora, deixada à margem com o fito de tornar a Linguística uma ciência independente.

Desse modo, percebendo a dificuldade de delimitação do objeto da ciência da linguagem, Volóchinov afirma que:

A tarefa de delimitação do objeto real da filosofia da linguagem não é nada fácil. Sempre que tentamos circunscrever o objeto de pesquisa, reduzi-lo a um conjunto objetivo-material definido, visível e compacto, perdemos a própria essência do objeto estudado, ou seja, a sua natureza sónica e ideológica. Se isolarmos o som como um *fenômeno* puramente *acústico*, não teremos a língua como objeto específico. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 144)

Assim, com o objetivo de refletir sobre o que é e como se constitui a linguagem, não se limitando à abordagem de língua somente como sistema determinado de signos, em vez de oferecer respostas, Volóchinov aponta, em MFL (2017), diretrizes metodológicas para interpretar a verdadeira natureza da linguagem e, assim, delimitar o seu objeto de estudo, que é o discurso vivo, isto é, a palavra em seu uso real, no cotidiano, entre sujeitos que interagem em um determinado contexto social:

¹⁰ Devido ao caráter extensamente polissêmico desses termos no âmbito dos estudos linguísticos, especialmente nas Análises de Discurso, dedicamos uma seção deste texto exclusivamente para abordar mais detidamente esses conceitos. (Ver seção 2.3 **Língua, enunciado, palavra, discurso: *rietch*, em bom russo**).

Para observar o processo de combustão, é necessário colocar o corpo no ambiente atmosférico. Para observar o fenômeno da língua, é necessário colocar os sujeitos falante e ouvinte, bem como o próprio som, no ambiente social. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 145)

Após uma detalhada apresentação sobre as duas já mencionadas tendências do pensamento filosófico-linguístico, Volóchinov (2017) não oferece uma resposta imediata para o que deveria ser o objeto da realidade linguística: o ato discursivo individual ou o sistema da língua. Antes, encerra este capítulo com mais indagações que nos induzem a refletir e realizar o que ele mesmo nos oferecerá, em capítulos posteriores, como algo inerente ao uso da linguagem: o dialogismo, essência da construção dos sentidos de uma palavra, que acontece através da existência de um elo sógnico entre o já-dito, o que agora se diz e as possíveis réplicas a esse dizer.

Segundo Flores e Teixeira (2008), em MFL, o que afasta Volóchinov do *Objetivismo abstrato* e do *Subjetivismo idealista* é a ideia de que não é possível analisar a língua levando em conta somente o momento presente, de forma sincrônica e atemporal, além da crença de que a consciência do sujeito locutor não se utiliza desse sistema. É preciso, antes, considerar seu aspecto fundamentalmente interativo, dialógico, que retoma e anuncia dizeres temporal e espacialmente. Segundo a perspectiva dialógica, não é possível separar dicotomicamente língua, como sistema de signos, e fala, como interação, porque, juntas, dentro da situação enunciativa, funcionarão para que a palavra reflita e refrate sentidos. Seria, portanto, impossível analisar a língua desde um ponto de vista que não a considere como atividade essencialmente dialógica, isto é, que não retome já-ditos, que representam a história, e, ao mesmo tempo, possibilite sentidos outros.

Para Volóchinov (2017), a língua não pode ser composta por um sistema de códigos imutáveis, assim como também não é representada por um sistema sincrônico, visto que está em constante mudança devido ao seu caráter ideológico, histórico e, portanto, dialógico. Mais uma vez, percebe-se que a compreensão de um enunciado acontece dialogicamente mediante réplicas, o que demonstra o necessário posicionamento ativo-responsivo do ouvinte/leitor, que emite valores à medida que interage com o falante/escritor. Portanto, seja qual for o tipo de comunicação, o diálogo é a unidade fundamental da língua, já que é o que confere à situação enunciativa a possibilidade de compreensão, através das retomadas e projeções de sentido que acontecem no contato entre falante e ouvinte.

É, ainda, curioso observar que Volóchinov não utiliza o termo “dialógico”, como o faz Bakhtin para se referir aos mais variados tipos de narrativa. Essa diferenciação não é tão

importante porque se percebe, ao longo da leitura de MFL, por exemplo, que a referência ao termo “diálogo”, em vez de “dialogístico”, vai muito além da forma composicional face a face, pois direciona-se à ideia de que todo e qualquer texto se estabelece, essencialmente, na e pela interação entre o eu e o outro, ainda que este outro seja virtual. Segundo Cunha (2011), “Diálogo é o termo mais utilizado por ambos, o que pode ser explicado pelo interesse dos teóricos russos por essa forma composicional.”. Uma breve busca apresentada por essa pesquisadora esclarece que o termo “dialogismo” é o menos utilizado por Bakhtin. Finalmente, Cunha (2011) conclui que “diálogo” é o termo mais recorrente¹¹, o que demonstra uma preocupação com a forma composicional, em que todo dizer se constitui.

Como apresentam Flores e Teixeira (2008), as ideias do Círculo de Bakhtin, especialmente os textos assinados por Bakhtin e Volóchinov (VOLÓCHINOV, 1929; BAKHTIN, 1979) representam uma “Virada linguística”¹², pois, ao introduzir nos estudos da língua e da linguagem a presença da intersubjetividade (relação entre o eu e o outro) e um modelo de análise que integra forma e conteúdo, Bakhtin e seu Círculo se afastam da visão saussuriana da língua enquanto sistema de signos dados e imóveis e anunciam o que posteriormente seria considerado como linguística da enunciação. Para Bakhtin/Volóchinov, a comunicação só acontece pela alteridade, isto é, pela presença ativa e responsiva do outro, porque esse outro se reconhece no eu e esse reconhecimento recíproco só acontece na interação, a partir do reconhecimento do outro. Assim, os sentidos não estão prontos e acabados dentro dos signos linguísticos, eles se constroem durante o processo de interação verbal entre os pares da comunicação. Por isso, para Bakhtin/Volóchinov, a enunciação é um evento de referência na constituição dos sentidos do discurso, pois, sendo este sempre renovado e produzido na interação viva entre os sujeitos sociais, será sempre irrepetível e terá sempre caráter plural e mutável.

¹¹ Segundo levantamento realizado por Cunha (2011) em Marxismo e filosofia da linguagem (MFL), Problemas da poética de Dostoiévski (PPD), Questões de estética e de literatura (QEL), Estética da criação verbal (ECV):

Termos	MFL	PPD	QEL	ECV
Dialogismo	0	4	6	6
Dialógico	0	175	87	82
Diálogo	19	343	128	91

¹² Segundo Faraco (2009, p.29): “[...] a questão da linguagem marca de modo bastante peculiar a contribuição do Círculo de Bakhtin para o pensamento contemporâneo. A entrada dessa questão nas preocupações do Círculo, por sua vez, foi responsável por dar novas direções ao desenvolvimento de seu próprio pensamento. Pode-se dizer, nesse sentido, que ocorre, nos debates desses intelectuais, uma espécie de virada linguística por volta de 1925/1926”.

2.2 LÍNGUA, ENUNCIADO, PALAVRA, DISCURSO: RIETCH, EM BOM RUSSO

A língua no processo de sua realização prática não pode ser separada do seu conteúdo ideológico ou cotidiano
VOLÓCHINOV

Muitas são as definições dos sentidos que se podem vincular ao termo “enunciado”. Segundo consta no início da definição do verbete correspondente a **enunciado**, no dicionário de Análise do discurso (2016), Dominique Maingueneau afirma:

enunciado – Termo também em uso na língua corrente, **enunciado** é empregado de modo bastante polissêmico em ciências da linguagem e só tem verdadeiramente sentido no interior das oposições em que o inserimos. Seus empregos se organizam segundo dois grandes eixos: seja em oposição à **enunciação** – como o *produto* do ato de produção –, seja simplesmente como uma *sequência verbal* de extensão variável. (grifos do autor - p. 195)

Após apresentar alguns dos diferentes sentidos para o referido termo, desde o seu emprego dentro da Linguística à sua relação com o texto e também seu uso nas Análises de Discurso, Maingueneau (2016) conclui as definições para o verbete “enunciado” da seguinte forma:

Nas ciências da linguagem, os termos *enunciado*, *texto*, *discurso* dividem tradicionalmente o campo da designação das produções verbais. O desenvolvimento de uma linguística *textual* e de disciplinas que se ocupam do *discurso* teve por efeito relegar *enunciado* ao segundo plano. *Enunciado* tornou-se, assim, disponível para aqueles que têm necessidade de um termo que escapa do par *texto/discurso* ou que não querem recorrer à *frase*, como no caso particular da psicolinguística. (grifos do autor - p. 197)

Apesar da relevância teórica desse dicionário para a Análise do Discurso, as definições apresentadas a respeito do termo “enunciado” não atendem ao emprego feito por Bakhtin/Volóchinov, pois, ao contrário do que afirma Maingueneau (2016), nas obras assinadas por Bakhtin e por Volóchinov¹³, especialmente em textos em que a autoria é hoje atribuída a Volóchinov¹⁴, a utilização do termo “enunciado” **não** “escapa do par *texto/discurso*”, mas, sim,

¹³ Na primeira tradução para a língua portuguesa, MFL era assinado por Bakhtin (2014) e, posteriormente, em tradução mais recente, feita por Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, do russo para o português, traz o nome de Volóchinov (2017) como autor.

¹⁴ Sobre a autoria dos textos do Círculo de Bakhtin, Faraco ([2009]2017) adota a direção de que são de autoria de Bakhtin somente os textos publicados com seu nome ou encontrados em seus arquivos e será esse também o nosso direcionamento. Além disso, segundo Sériot (2010), os autores que integravam o *Círculo* produziam textos em conjunto, sendo, por isso, confusa a atribuição da autoria a um ou a outro autor. Nesse sentido, Bronckart e Bota (2007) afirmam que a aproximação entre Volóchinov e Bakhtin está na rejeição que ambos demonstram em seus

aproxima-se dele. Como se pode encontrar na segunda parte de MFL (VOLÓCHINOV, [1929]2017), por exemplo, a aproximação dos sentidos dos termos “palavra”, “enunciado” e “discurso”, em geral, remetem à ideia de um elemento verbal/linguístico que necessita de um revestimento axiológico para, então, constituir sentido. A palavra, o enunciado e o discurso passam a existir a partir do seu uso concreto, que acontece em uma determinada situação, ou seja, é dita por alguém, com uma determinada intenção, para outro alguém que, assim como o falante/escritor, também ocupa determinada função social.

Beth Brait e Rosineide de Melo (2014) ratificam a percepção de Maingueneau (2016) ao afirmarem que não é possível estabelecer os sentidos dos termos enunciado/enunciado concreto/enunciação isoladamente, é necessário vinculá-los a outros conceitos, como texto, gênero do discurso, signo ideológico, interação, palavra, discurso entre outros. dentro da teoria dialógica, que os especifica e os diferencia dos sentidos que podem admitir em outras teorias. Assim como Maingueneau (2016), as autoras também afirmam que, em algumas teorias, o emprego do termo “enunciado” funciona como sinônimo de frase ou de sequências frasais, enquanto que, em outras teorias mais pragmáticas – que se aproximam mais do sentido que se entende dentro da teoria dialógica – seu uso remete justamente à oposição de frase ao se referir a unidades de comunicação necessariamente contextualizadas.

Assim, entende-se que ao termo “enunciado”, dentro da Análise Dialógica do Discurso, corresponde a ideia de um elemento que só pode ser plenamente compreendido se os interlocutores compartilham a situação extraverbal que contextualiza o momento de produção do enunciado, a enunciação. Nas palavras de Brait e Melo (2014): “O sentido de um enunciado só pode ser compreendido e analisado porque existe uma situação extraverbal que resulta na verbal” (p. 66). Ou seja, antes das palavras serem materializadas no dito ou no escrito, há uma situação específica que as determinam.

Também sobre o enunciado, essas mesmas autoras destacam ainda três elementos que contribuem para a sua composição, que são: (1) as dimensões: comunicativa, interativa e avaliativa; (2) os aspectos: verbal/realizado e não verbal/presumido e (3) os fatores: horizonte especial comum dos interlocutores; conhecimento e compreensão comum da situação por parte

escritos aos posicionamentos positivistas. Porém, enquanto Volóchinov se direciona para uma abordagem social da língua, Bakhtin tem como objeto de estudo a Metalinguística, que, diferentemente da ciência Linguística tradicional, trata o discurso em sua realização viva e concreta, ou seja, vai além da abstração da forma linguística. Embora em muito se aproximem, as perspectivas encontradas em MFL (1929) e em outros textos do Círculo que tratam sobre língua e linguagem apresentam sensíveis diferenças. Assim, a atribuição da autoria a Volóchinov na mais recente tradução para a língua portuguesa de MFL se deve, segundo as tradutoras, à informação de que, nos textos originais em russo, essa autoria é atribuída a Valentin N. Volóchinov.

dos interlocutores e avaliação comum da situação. Dessa forma, apreende-se que, de fato, o enunciado perde muito ou quase tudo do que constitui a sua significação se estiver deslocado de seu contexto de produção.

Sabemos que os autores que ora trouxemos nos apresentam suas interpretações das obras e, conseqüentemente do pensamento de Bakhtin/Volóchinov. Em todo trabalho de leitura ou releitura, enfatiza-se determinado aspecto, pois, como os próprios teóricos Bakhtin e Volóchinov nos ensinam, a compreensão só pode acontecer por meio de réplicas que acontecem na interação verbal. Essa tomada de posição, através da ênfase em um determinado ponto de vista, configura-se como a resposta desses pesquisadores sobre a ADD, e não propriamente a teoria em si¹⁵. Por isso, para alargar ainda mais a possibilidade sónica dos estudos realizados pelo Círculo de Bakhtin, não se pode prescindir de mergulhar, de fato, em suas próprias obras, especialmente porque, ainda que se aproximem em alguns momentos, os teóricos que integram o Círculo, em diversas situações, oferecem também diferentes visões sobre a forma com que enxergam o objeto de estudo da língua e a maneira pela qual a análise deve se constituir.

Assim, em MFL ([1929]2017), por exemplo, Volóchinov afirma que a constituição do signo não está em sua função enquanto forma linguística, mas, sim, na sua capacidade de suscitar diferentes significações a partir da inserção desse signo em contextos enunciativos diversos. O autor apresenta uma explícita contraposição a uma das tendências do pensamento filosófico-linguístico que apresentou no início deste texto, o *Objetivismo abstrato*, posto em relevo especialmente por Saussure, ao afirmar que “*A ruptura entre a língua e seu conteúdo ideológico é um dos erros mais graves do objetivismo abstrato*” (p.182 – grifos do autor).

Para Volóchinov (2017),

[...] o aspecto constitutivo da forma linguística enquanto signo não é sua identidade a si como sinal, mas a sua mutabilidade específica. O aspecto constitutivo na compreensão da forma linguística não é o reconhecimento do “mesmo”, mas a compreensão no sentido exato dessa palavra, isto é, **a sua orientação em dado contexto e em dada situação, orientação dentro do processo de constituição e não “orientação” dentro de uma existência imóvel** (grifos nossos - p.179)

Na abordagem apresentada em MFL (2017), a constituição da palavra se encontra intrinsecamente relacionada à sua inserção no momento da enunciação, pois, do contrário, os sentidos dos enunciados abarcariam somente o conteúdo das significações dicionarizadas e

¹⁵ Ao falar ou compreender uma palavra, não o fazemos como se ela fosse autônoma, independente, isolada, mas, sim, apreendemos a realidade objetiva da qual ela faz parte e a qual ela reflete e refrata por dela ser signo ideológico (VOLÓCHINOV, 2013, p. 197)

teriam “existência imóvel”. A palavra dicionarizada não é o que o falante utiliza nas situações comunicativas, mas, sim, juízos de valor, pois todo enunciado está preenchido e é determinado por valores ideológicos ou cotidianos (VOLÓCHINOV, 2017, p.181).

Esta discussão se relaciona com nossa análise, pois, para Volóchinov (2017), o estudo da língua e da linguagem deve se basear, portanto, em usos reais, isto é, na realidade objetiva concreta, pois o que importa é o signo na enunciação, e não em sua forma invariável, como elemento gramatical. Assim, ainda que se utilize o mesmo signo linguístico, se ele estiver imerso em diferentes contextos, representará também diferentes enunciados, já que a enunciação sempre evoca sentidos únicos e irrepetíveis.

Ainda em MFL (2017), Volóchinov apresenta uma ampliação daquilo que se pode entender por diálogo como uma modalidade comunicativa que acontece face a face ao afirmar que mesmo um enunciado aparentemente monológico, por exemplo, que seja escrito e finalizado, “[...] é apenas um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais” (p.184), porque responde a algo e também suscitará respostas. Também em “A Construção da Enunciação”, Volóchinov (2013) explica que o monólogo existe apenas como forma composicional, pois, mesmo que seja registrada apenas uma voz na materialidade linguística, ou ainda que seja a voz de um discurso interior, responde sempre a outras vozes, pressupõe outros enunciados, direciona para determinados caminhos, atribui valores baseados em discursos outros com os quais dialoga para, então, também se constituir.

[...] as enunciações prolongadas no tempo, de um só falante – o discurso de um orador, a conferência de um professor, os raciocínios em voz alta de um homem solitário –, todas essas enunciações têm de monológico apenas sua forma externa. Sua essência, sua construção semântica e estilística são *dialogicas*. (VOLÓCHINOV, 2013, p. 163)

Em MFL, Volóchinov (2017, p.184) trata, portanto, o diálogo como a unidade fundamental da língua, pois considera que todo enunciado, ainda que escrito e concluído, reflete e refrata enunciados outros com os quais interage. A enunciação é, então, apresentada como o produto da interação verbal entre pelo menos dois indivíduos socialmente organizados. A composição do enunciado se daria, deste modo, na interação entre o sujeito e o outro que, à medida que enuncia e constrói sentido na interação, também nela se constitui como sujeito social.

Em *Estética da criação verbal* ([1963]2000a), seguindo a concepção do *Círculo*, Bakhtin também critica o ponto de vista defendido pela Escola de Vossler – representante do *Subjetivismo individualista*, em MFL (2017) –, que coloca em primeiro plano a função expressiva, a qual considera a linguagem como fruto do ponto de vista individual do locutor,

como se ele estivesse sozinho no ato de comunicação. Para Bakhtin ([1963]2000a), essa abordagem não dá conta do todo real da comunicação social, uma vez que desconsidera o papel responsivo-ativo do ouvinte como elemento essencialmente constitutivo da linguagem:

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado é sempre acompanhada de uma *atitude responsiva ativa* (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prehe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor. (grifos do autor - BAKHTIN, 2000a, p. 290)

A atitude responsiva se materializa no ato real da resposta fônica, que pode ser explícita ou potencial, ou por meio da realização de uma ação. Uma ordem, por exemplo, pode provocar, em vez de uma resposta verbal, uma ação do outro. Portanto, essa será a materialização de sua resposta, sua atitude responsiva, não fônica, mas factual. Assim, o enunciado é a unidade real da comunicação verbal, é o elemento através do qual o dizer, imerso em um contexto socioideológico, pode se constituir e, assim, significar.

Ainda em *Estética da Criação Verbal* ([1963]2000a), a que vamos nos referir de agora em diante como ECV, Bakhtin apresenta contraposições entre as categorias “oração”, entendida como unidade da língua, e “enunciado”, considerada unidade da comunicação verbal (p. 196) a fim de compreender a relação que existe entre elas. Com relação às fronteiras que demarcam a alternância de uma oração para outra, de um lado, Bakhtin afirma que as pausas são representadas como um fato gramatical, isto é, relacionam-se com pensamentos do mesmo locutor; integram um texto dito por esse mesmo locutor. A oração não está em contato imediato com a realidade, por isso, não possui significação plena, assim como também não suscita uma atividade responsiva do outro. Já o enunciado, de outro lado, não pode ter seus limites estabelecidos gramaticalmente porque, diferente da oração, é uma unidade viva da comunicação verbal. Por isso, o enunciado, que, segundo Bakhtin ([1963]2000a), possui caráter único e se estabelece mediante a alternância entre os sujeitos falante e ouvinte, não é, portanto, individual, como a oração.

Com relação à sua constituição, apesar de singular, o enunciado não é resultado de uma combinação absolutamente livre das formas da língua, assim como pressupôs Saussure (1916) com a dicotomia entre *langue* (sistema da língua; social) e *parole* (fala; individual). É singular porque dialoga, mas, também por isso, é social, pois é constituído na e pela alteridade dos sujeitos.

Aproximando-se assim dos textos atribuídos a Volóchinov (2013; 2017), Bakhtin afirma, ainda, que, apesar de a oração e a palavra serem unidades significantes da língua, não é

por meio delas que a comunicação verbal se estabelece. Isoladamente, não se pode lhes atribuir uma atitude responsiva ativa, pois, fora do contexto de uso real, esta oração ou palavra não estará dizendo tudo o que poderia dizer. A pluralidade significativa potencial dessas unidades significantes da língua só pode emergir se sua existência estiver vinculada a uma determinada realidade objetiva ([1963]2000a, p. 306), que só pode ser suscitada a partir da atitude responsiva que somente o enunciado, como reflexo imediato dessa realidade, pode fazer surgir. Nas palavras de Bakhtin ([1963]2000a):

As pessoas não trocam orações, assim como não trocam palavras (numa acepção rigorosamente linguística), ou combinações de palavras, trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua – palavras, combinações de palavras, orações; mesmo assim, nada impede que o enunciado seja constituído de uma única oração, ou de uma única palavra, por assim dizer, de uma única unidade da fala (o que acontece sobretudo na réplica do diálogo), mas não é isso que converterá uma unidade da língua numa unidade da comunicação verbal. (p. 297)

Assim, a oração e a palavra não pertencem a nenhum sujeito, visto que são unidades que só constituirão sentido pleno quando utilizadas na comunicação verbal, isto é, sob a forma de enunciados. O enunciado é, portanto, uma expressão individualizada da instância locutora, pois se constitui no momento da alternância entre os sujeitos. O enunciado dialoga, retoma e anuncia enunciados outros, é, assim, um “elo na cadeia da comunicação verbal” (Bakhtin [1963]2000b, p.308), pois “A expressividade de um enunciado é sempre, em menor ou maior grau, uma resposta, em outras palavras: manifesta não só sua própria relação com o objeto do enunciado, mas também a relação do locutor com os enunciados do outro” (p. 317)

Quanto às fases da constituição do enunciado, ainda em ECV, Bakhtin diz que

A relação valorativa com o objeto do discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. O estilo individual do enunciado se define acima de tudo por seus aspectos expressivos (p. 308)

Entende-se, portanto, que a neutralidade não é um elemento composicional do enunciado, pois existe apenas nos recursos linguísticos de ordem lexical, morfológica ou sintática. A atitude emotivo-valorativa é dada pelo locutor, que estabelece um juízo de valor; é o que torna o enunciado individual, único, irrepetível, em contraposição à oração e à palavra – em sentido estritamente linguístico, como aponta Bakhtin, em ECV. Fora do enunciado, não

existe entonação expressiva. A oração assume determinados valores conforme o contexto do enunciado no qual ela está sendo empregada. (BAKHTIN, [1963]2000b, p. 309).

Ao compreender uma palavra, além de apreendê-la enquanto inteligível naquela língua, também se estabelece uma atitude responsiva ativa, que lhe atribui valor mediante as circunstâncias da vida sociopolítica e também o acento apreciativo, que provocará reações de concordância, discordância, silenciamento etc. A entonação expressiva (acento apreciativo) não pertence à palavra enquanto unidade da língua, mas, sim, ao enunciado. A expressividade é, por isso, uma particularidade constitutiva do enunciado e só pode, portanto, ser apreendida pelo contexto.

Se se considera a palavra já como essencialmente constituída na e pela alteridade e embebida de ideologia, obviamente, considera-se a entonação expressiva como inerente a ela no que tange ao seu uso real, concreto, interativo. Por isso, o processo de criação de um enunciado acontece pelo contato direto entre língua e realidade concreta. A expressividade não está em uma ou em outra, mas, sim, no contato entre as duas. É o processo de utilização ativa da palavra que pode lhe atribuir a capacidade de, ao se fazer compreender, gerar uma atitude responsiva.

2.3 SIGNO X SIGNO IDEOLÓGICO

Negando a noção de língua, de um lado, como um produto pronto e acabado, resultado de um processo de criação através de atos discursivos individuais ou, de outro, como um compêndio de formas linguísticas normativas e idênticas, que se estabelecem objetivamente sem que haja qualquer interferência histórico-ideológica na relação entre a palavra e suas significações¹⁶, Bakhtin/Volóchinov nos apresentam uma proposta de estudo da língua desde um viés essencialmente social, no qual os sentidos se constituem historicamente na interação entre aqueles que utilizam a língua, isto é, recuperam a palavra dita e anunciam um sentido novo que conversa com outros os quais visita: o dialogismo.

Para Bakhtin/Volóchinov, a origem e o desenvolvimento da linguagem são determinados diretamente pela história, pela ideologia e pela luta de classes, no sentido de que, para compreender uma palavra, é imprescindível considerar condições extraverbais, como a função social do falante e do auditório, a situação e o tom apreciativo, por exemplo. O

¹⁶ As duas tendências do pensamento filosófico-linguístico a que nos referimos aqui foram trazidas por Volóchinov (2017), na segunda parte de MFL.

dialogismo é inerente ao uso da linguagem e é representado pelas relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados então ditos e os que o antecederam, assim como os que, dialogando, lhes serão consequentes. O diálogo é, assim, “a forma mais natural da linguagem” (VOLÓCHINOV, 1981, p. 292), já que cada falante será interpelado em seu discurso pelas vozes de outros sujeitos que o antecederam, com os quais ele concorda ou discorda, isto é, por discursos outros aos quais ele, no momento em que utiliza a palavra, formulará réplicas.

É justamente na possibilidade de suscitar réplicas que se constitui a compreensão da palavra, visto que ela tem duas faces, é “um ato bilateral” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 205) que resulta da interação entre quem fala e quem ouve. Assim, a natureza da linguagem é socioideológica, por isso, toda expressão linguística é sempre orientada para o outro, ainda que este seja virtual. Nas palavras de Volóchinov (2013):

O orador que escuta somente sua voz, ou o professor que vê somente seu manuscrito, é um mau orador, um mau professor. Eles mesmos paralisam a forma de suas enunciações, destroem o vínculo vivo, dialógico, com seu auditório e com isso tornam sem valor sua intervenção. (p. 164)

Portanto, a língua não pode ser considerada como dada, imóvel, acabada, ela se desenvolve de acordo com o movimento da vida em sociedade. Ao mesmo tempo em que se desenvolvem os interesses econômicos de uma sociedade, desenvolve-se também a palavra (discurso) (VOLÓCHINOV, [1929]2017, p.238), pois, em verdade, a realidade objetiva só pode se estabelecer materialmente por meio da palavra. Assim, a comunicação verbal acontece na vida social, depende da História e se dá em um fluxo ininterrupto. Por isso, para compreender a construção de uma enunciação, é necessário, antes, observar seus vínculos com a vida social, cenário em que ela acontece e fator que a provoca.

Nesse sentido, entende-se que não se pode falar sobre origem ou função para a palavra que não sejam intrinsecamente sociais. A palavra é sempre dita por alguém que ocupa determinada função socioeconômica, percorreu determinados caminhos em sua história de vida e, consequentemente, expressará também determinados valores axiológicos em seu dizer, afinal, não ouvimos ou pronunciamos palavras, mas verdades ou mentiras (Bakhtin/Volóchinov, 2014 [1929]), que dependem do ponto de vista de quem as utiliza.

Por isso, é imprescindível enfatizar a importância da orientação social daquele que utiliza a palavra, pois a forma que um falante utiliza para se comunicar com seus pares jamais poderá ser a mesma que utiliza com alguém que ocupa posições sócio-hierárquicas superiores a ele. Ainda que um falante utilize uma mesma forma linguística, o momento que representa o

ato de utilização da palavra jamais será o mesmo, é irrepetível, já que, seja pela mudança do acento apreciativo, pela mudança do auditório ou do momento histórico, a enunciação será sempre única, irrepetível. O mesmo signo linguístico “golpe”, pode, por exemplo, referir-se à retirada ilegal de um governante do poder por meio de manobras dos opositores desse governante ou, por outro lado, exclusivamente a um evento político, também de retirada de um governante do poder resultante, porém, da ação de militares que não foram legitimamente eleitos pelo voto popular, como aconteceu no Brasil, em 1964.

Assim, Volóchinov (2013) define o que representa a orientação social como sendo

[...] a dependência da enunciação do peso sócio-hierárquico do auditório, isto é, do pertencimento de classe dos interlocutores, da sua condição econômica, profissional, posição no serviço ou, como, por exemplo, sucedia na Rússia antes da reforma, do seu título, do grau, da quantidade de servos de gleba, da categoria, do capital etc.
(grifos do autor - p.189)

E, ainda nesse sentido, mais adiante, continua:

[...] o pertencimento de classe do falante não organiza de fato a estrutura estilística da enunciação somente exteriormente, ou seja, com o tema da conversação. A ideologia de classe entra para o interior (por meio da entonação, da escolha e da disposição das palavras) de qualquer construção verbal que se realiza não só com o conteúdo, mas expressa com a própria forma a relação existente do falante com o mundo e os homens, a relação com aquela situação específica e com aquele auditório específico.
(VOLÓCHINOV, 2013, p. 190 - grifos do autor)

Nenhuma palavra pode ser, portanto, desprovida de valor ideológico, pois estará sempre marcada pela história social tanto do sujeito que a enuncia quanto daquele para o qual ela é dirigida. Ou seja, segundo as reflexões de Bakhtin/Volóchinov, o sentido de uma palavra não está em sua forma linguística, em seu signo, tal qual acreditava a ciência Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure (1916), à que eles se referem em MFL como “objetivismo concreto”, mas é determinado, antes, pelos elementos extraverbais, que são sócio-históricos, conforme já mencionamos. Todavia, é possível, para Bakhtin/Volóchinov, estabelecer distinções entre o signo linguístico e o signo ideológico. Assim, o objeto em si mesmo ou como instrumento de produção é considerado como signo linguístico, enquanto o signo ideológico é a palavra, que, ao mesmo tempo em que se constitui na e pela interação verbal entre indivíduos no convívio social, isto é, reflete a realidade, também a recria, refrata-a.

O enunciado se constitui na, pela e para a comunicação efetiva, real, viva, social. Portanto, o externo, o convívio social organiza a palavra e define seu caminho. Dessa forma, por exemplo, um submarino pode representar, como signo linguístico, uma embarcação

utilizada para se movimentar abaixo da superfície marítima, porém, como signo ideológico pode remeter à famosa canção *Yellow Submarine*, do grupo musical The Beatles. Nesse ínterim, em “A Palavra e sua função social” (2013), acerca da constituição da realidade, e também na primeira parte de MFL (2017), Volóchinov apresenta uma reflexão sobre a foice e o martelo, que deixam de ser apenas fenômeno da realidade objetiva e se tornam fenômeno da realidade ideológica ao ir além da significação como instrumentos de produção, mas que mantêm, por outro lado, sua significação como objeto de produção, como signo sem significado ideológico, portanto. A existência do signo como objeto ideológico não elimina a existência do signo como objeto material. Cada um, enquanto tal, não se torna também o outro. Assim, a palavra é desde o início um fenômeno ideológico (VOLÓCHINOV, 2013, p. 193), mas é também parte da realidade material (VOLÓCHINOV, 2013, p.194).

Nesse momento, dirigimo-nos à reflexão necessária sobre o que é essencial para que um signo linguístico se torne um signo ideológico, uma palavra. A esse respeito, Volóchinov (2013) afirma que um objeto se torna signo/palavra ideológica se tocar as premissas socioeconômicas da realidade objetiva de um grupo socialmente organizado; a transformação de um signo linguístico em signo ideológico é, pois, motivada e determinada pela luta de classes. Assim, não é possível a constituição de um signo em palavra somente pela escolha individual, pois a palavra ideológica só existe, de fato, no seio da comunicação social, na enunciação, isto é, “Fora da enunciação, a palavra só existe no dicionário, mas nesse é uma palavra morta (...)” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 195).

Aqui, faz-se necessário ainda enfatizar a impossibilidade de uma palavra adquirir um sentido neutro, pois o falante acusa, em sua enunciação, a sua história; dentro de uma mesma palavra coabitam diferentes sentidos que advêm da luta de classes. O ouvinte/leitor receberá de modos distintos essa enunciação a depender também de suas condições socioeconômicas. Ainda que se utilize a mesma língua, “Cada homem, ao conhecer a realidade, a conhece de um determinado ponto de vista” (VOLÓCHINOV, 2013, p.198), e esse ponto de vista não é individual e consciente, mas coletivo, de determinada classe à qual o sujeito pertence. É graças a essa refração de opiniões (memória histórica da humanidade) que o signo é móvel. A forma linguística chega até os interlocutores como avaliações responsivas, como valores axiológicos, já que é pronunciada por alguém, em um determinado contexto e situação sociais. Portanto, não apreendemos as palavras de forma neutra nem tampouco elas são pronunciadas desprovidas de valor ideológico, axiológico. (VOLÓCHINOV, 2017, p.181)

A ideia de que existem palavras/pontos de vista neutros faz parte, portanto, do objetivo das classes dominantes em atribuir um sentido único, supraclassista à palavra para apagar a luta

de classes que constitui a pluralidade de sentidos que a ela podem ser conferidos. Apaga-se a possibilidade de atualização dos sentidos mediante o desenvolvimento das relações sociais e da realidade objetiva social. (VOLÓCHINOV, 2013, p. 200).

[...] o signo ideológico da ideologia dominante que já tomou forma fixa é sempre um tanto reacionário e busca em certo sentido fechar, fixar e imobilizar o momento precedente do fluxo dialético do processo de formação social, ou seja, dar relevo e reforçar a verdade de *ontem*, fazendo-a passar pela verdade de *hoje*. Isso determina a característica interpretante e deformante do signo ideológico no âmbito da ideologia dominante. (VOLÓCHINOV, 2013, p. 200 – grifos do autor)

Destacamos aqui, finalmente, um exemplo interessante que tem acontecido com a disputa de sentidos sobre a palavra “golpe”, que tem sido recuperada após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Há, por exemplo, dois determinados sentidos largamente utilizados no uso popular para se referir a esse evento discursivo, que são: 1) significações que remetem a um ato de violência física ou 2) a golpes de estado ou militar, quando se considera o âmbito político. Porém, ao analisar a retomada do uso do referido termo a partir do contexto do também já referido *impeachment* de Dilma Rousseff, no Brasil, percebe-se uma tentativa de apagar a validade linguística e, conseqüentemente, social da atualização do uso do termo nesse contexto. Portanto, se se consideram apenas os dois sentidos primeiros, engessados pelos dicionários e pelos usos tradicionais, ignora-se que a palavra, além de interpretar, também ressignifica a realidade e não somente a reflete, reproduz esta realidade de modo estático, tomando-a imóvel.

2.4 O TEMA E A SIGNIFICAÇÃO – RECUPERAÇÃO E PROJEÇÃO NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

No discurso vivo, qualquer ofensa pode se tornar um elogio, qualquer verdade soa para muitos, inevitavelmente, como uma enorme mentira.
VOLÓCHINOV

Conforme nos ensina Volóchinov (2013), é justamente em épocas de crise social e de movimentos revolucionários que os sentidos das palavras tendem a ser disputados. Isso porque, ao mesmo tempo em que toma uma palavra como sua e tenta cristalizar uma determinada significação, o falante – que abriga em si outras várias vozes com as quais, ao se posicionar axiologicamente, dialoga – estará destacando a possibilidade de significações outras que são contrárias às que estabeleceu como suas. Por exemplo, quando, durante o contexto que desencadeou o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, determinados grupos

contrários ao *impeachment* compartilharam textos em que utilizaram a *hashtag* *#nãovaitergolpe*, automaticamente, ativaram naqueles que eram favoráveis à sua saída da presidência a significação de que aquela situação não se configurava como um golpe, visto que todo o processo culminou com a aprovação do Supremo Tribunal Federal, sendo, portanto, amparado pela justiça.

Entendemos que as razões políticas que justificam a efetivação ou não do *impeachment* – e, assim, a sua determinação política como golpe ou não – não cabem como material de análise neste trabalho, já que investigamos aqui as significações da palavra “golpe” desde uma abordagem linguístico-social, amparada pelo quadro teórico-metodológico da Análise Dialógica do Discurso, conforme mencionamos. Nossa atenção recaiu justamente na pluralidade de sentidos que a História e, sobretudo, a luta de classes possibilitam à constituição ideológica das palavras.

Todos os signos que fazem parte e constituem a consciência se comunicam de modo que esta consciência sempre conseguirá realizar correspondências sígnicas verbais entre as situações vivenciadas e as palavras. Como, para que haja compreensão, é preciso que o interlocutor atribua sua avaliação, isto é, projete réplicas (concordância, discordância etc. com a palavra que leu ou ouviu), sempre haverá essa refração ideológica devido às respostas e ressonâncias que as palavras fazem com o círculo sígnico, pois a comunicação é social. (VOLÓCHINOV, 2017, p.101)

Na segunda parte de MFL, Volóchinov (2017) afirma que cada palavra tem uma significação exata que depende do contexto e da situação em que seu uso está inserido. Antes, a forma linguística chega até os interlocutores como avaliações responsivas, como valores axiológicos, já que é pronunciada por alguém, em um determinado contexto e situação sociais. Portanto, não apreendemos as palavras de forma neutra, tampouco elas são pronunciadas desprovidas de valor ideológico, axiológico. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 181)

Entende-se que os sentidos das palavras não se constituem desvinculados da situação sociohistórica que os motivou, por isso, Volóchinov (2017) considera que o *tema* de uma palavra está situado no momento histórico, é algo virtual e só pode ser apreendido a partir do estudo contextual dos enunciados. O *tema* abriga um fenômeno histórico, por isso é único e marcado. Porém, para que pudesse assim ser determinado, o *tema* precisou se apoiar em uma *significação estável*, isto é, uma significação-base, que se estabeleceu socialmente mediante um contexto de uso que permitiu sua repetição e consequente estabilização, em que os falantes se apoiam para retomarem sentidos. Por exemplo, a remissão que se faz ao “golpe militar” quando se ouve ou se diz a palavra “golpe” tornou-se uma *significação estável* em que se apoiam

aqueles que trazem o enunciado “golpe” para o contexto do Brasil de 2016. Essa significação existe para relacionar com o que já aconteceu (em 1964) e remeter ao novo contexto de uso (em 2016), quando se volta a usar a palavra, para, assim, dialogar, (re)significar.

Dentro do *tema* estão as *significações*, que são aspectos repetíveis e idênticos a si mesmos em todas as ocorrências, ou seja, são os sentidos dicionarizados, isto é, sentidos potenciais, engessados, prontos para serem usados como se fosse possível existirem sentidos pré-estabelecidos. Nas palavras de Volóchinov (2017, p. 229), significação é o “*artefato técnico de realização do tema*” (grifos do autor). Assim, enquanto o *tema* pertence à totalidade do enunciado, isto é, só pode ser apreendido se dentro de um enunciado completo, as *significações* são pré-estabelecidas, representam significados potenciais dentro do *tema* concreto.

É por isso que o uso do termo “golpe” adquire sentido no novo momento histórico, porque, na interação verbal concreta, dialoga com um já-dito para manter o sentido do *tema* “golpe militar” e, assim, afirmar que não houve um golpe em 2016, ou, por outro lado, para, através da relação que estabelece com esse mesmo *tema* (golpe militar) se referir a outro golpe. Esse sentido outro para o enunciado “golpe” também está situado, agora, no campo político, mas se inscreve em outra situação, é dito por outros falantes, para outro auditório, enfim, está determinado por outro contexto social, por outras condições extraverbais. Dessa forma, concebe-se um novo *tema*, que surgiu mediante o diálogo estabelecido com a *significação estável* ao retomá-la, ressignificá-la, adicionando a ela outros sentidos, por exemplo, a interpelação do papel determinante da mídia ao repetir e, conseqüentemente, validar ou não o acontecimento de um novo tipo de golpe, tornando-o, assim, um golpe político-midiático.

“Golpe”, apesar de ser linguisticamente o mesmo enunciado, representa, portanto, diferentes *temas* porque se insere em diferentes enunciações e seus sentidos só podem ser apreendidos se se considera cada situação, enunciação específica, que se constitui na interação social. Excede-se, portanto, uma análise das *significações* que perpassam os sentidos potenciais que essa palavra pode assumir nos diferentes contextos de uso.

A verdade é que *tema* e *significação* não podem ser encaradas como duas categorias únicas e distintas, são dois lados da mesma moeda no processo de constituir sentidos, agem pelo diálogo, espelham-se, complementam-se. A palavra, segundo Bakhtin (1988), evoca situações e intenções sociais, por isso, ao utilizá-la, é essencial que se considere, sobretudo, seu caráter plural, já que o enunciado reúne em si as vozes de todos os que historicamente o utilizam.

2.5 ACENTO APRECIATIVO, IDEOLOGIA E DETERMINAÇÃO DOS SENTIDOS DAS PALAVRAS

Não existe um enunciado sem avaliação. Todo enunciado é antes de tudo uma orientação avaliativa.

VOLÓCHINOV

Para o Círculo de Bakhtin, todo dizer é axiológico, valorativo. Se a significação for separada da avaliação valorativa de uma palavra, desconsidera-se seu lugar na constituição verbal viva; ao isolar a palavra, ignora-se seu caráter essencialmente social e histórico, abandona-se a sua essência dialógica. Além disso, a importância do acento apreciativo para a comunicação demonstra a sua relação com um sujeito consciente, ativo, responsivo, pois é justamente essa atitude emotivo-valorativa tanto do locutor, que, com determinada intenção, traz à interação a palavra, quanto do ouvinte, que, impetrando respostas explícitas ou potenciais, dá consistência àquilo que chamamos comunicação, atribui sentidos ao estabelecer juízos de valor.

Os sentidos das palavras não estão, portanto, em si mesmos, mas, sim, na enunciação que as abriga e no acento apreciativo que a elas adicionamos. Ao eleger um termo e não outro para participar da composição de um discurso, seguramente, o sujeito não o faz de forma aleatória. Essa seleção acontece sempre de modo valorativo, vincula-se ao sujeito a partir de relações sócio-histórico-culturais que ele estabelece com o mundo.

A palavra que adquire, em dadas circunstâncias da vida sociopolítica, uma importância especial, torna-se enunciado exclamativo-expressivo (...). (...) não lidamos com a palavra isolada funcionando como unidade da língua, nem com a *significação* dessa palavra, mas com o enunciado acabado e com um *sentido concreto*: o conteúdo desse enunciado (BAKHTIN, [1963]2000b, p. 310, grifos do autor)

Para que se realize a compreensão de uma palavra, além de apreendê-la enquanto inteligível naquele determinado idioma, também é necessária uma atitude responsiva ativa, que lhe atribui valor mediante as situações sociopolíticas que circundam a realização dessa palavra, e também um acento apreciativo, o qual provocará essas respostas, que poderão emergir como concordância, discordância, silenciamento etc. Esta entonação expressiva (acentos apreciativos) não pertence, portanto, à palavra enquanto unidade da língua, mas, sim, quando esta é utilizada na língua viva e se torna, finalmente, enunciado. Por isso, se se considera a palavra já como

essencialmente constituída na e pela alteridade e, pois, embebida de ideologia, considera-se a entonação expressiva como inerente a ela no que tange ao seu uso real, concreto, interativo, afinal, as palavras não pertencem a um sujeito individual, não têm autoria marcada, elas se constituem no diálogo entre os sujeitos sociais, por isso, nós as lemos e as ouvimos dotadas da expressividade, que está presente na constituição dos enunciados. É, portanto, a utilização real que faz com que a essa palavra seja atribuído o caráter individual, devido à sua entonação expressiva (BAKHTIN, [1963]2000b, p. 312-313).

A expressividade é, por isso, uma particularidade constitutiva do enunciado e só pode ser apreendida pela compreensão da enunciação. Assim, o enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pela relação valorativa que o locutor estabelece com aquilo que está sendo enunciado, assim como com o discurso alheio, com o qual dialoga para, então, enunciar. (BAKHTIN, [1963]2000b).

Nesse sentido, além dessa relação de intersubjetividade que integra a composição dos enunciados e nos faz entender que a construção de um enunciado se organiza a partir da possibilidade de encontrar uma resposta, Bakhtin ([1963]2000b) deixa claro que, ao formular um enunciado, o locutor, além de predeterminar possibilidades de resposta para ele, presume esta resposta enquanto o constrói. Essa presunção influenciará na construção deste enunciado, que será organizado de modo a evitar possíveis objeções, marcar restrições, enfatizar determinados aspectos etc.

Portanto, para se revestir de sentido pleno, é imprescindível a necessidade de vinculação do enunciado à enunciação. Do contrário, somente sentidos potenciais seriam apreendidos, somente possibilidades de significações. Por isso, não importa à ADD um estudo da linguagem que seja apartado do social, lugar em que o uso real, vivo da língua, de fato, se instaura, porque, conforme afirma Bakhtin ([1963]2000b):

Quando se analisa uma oração isolada, tirada de seu contexto, encobrem-se os indícios que revelariam seu caráter de dirigir-se a alguém, a influência da resposta pressuposta, a ressonância dialógica que remete aos enunciados anteriores do outro, as marcas atenuadas de alternância de sujeitos falantes que sulcaram o enunciado do outro. (P.326)

Segundo Faraco ([2009]2017), o objetivo dos estudos de Bakhtin/Voloshinov sobre a linguagem era contribuir criticamente para a construção de uma teoria de base marxista sobre a criação ideológica. Aqui, faz-se importante demarcar a conotação que o Círculo de Bakhtin confere à palavra “ideologia”. Ainda de acordo com Faraco ([2009]2017), “ideologia”, para o Círculo de Bakhtin, remete ao universo que engloba as superestruturas: arte, filosofia, direito,

religião, ciência, política etc. É diferente, portanto, de uma concepção de “ideologia” como mascaramento do real ou falsa consciência. Nesse ponto, concordam Faraco e Ponzio sobre a presença da ideologia e da valoração na constituição dos sentidos dos enunciados: “[...] no signo ideológico está sempre presente uma ‘acentuação valorativa’, que faz com que o mesmo não seja simplesmente expressão de uma ‘ideia’, mas a expressão de uma tomada de posição determinada, de uma práxis concreta” (PONZIO, 2008, p.112-115)

Por ser axiológico e ter, portanto, uma dimensão avaliativa, não há enunciado que não seja ideológico, pois acontece em uma das esferas da ideologia e expressa posições avaliativas. Assim, desarticula-se a ideia da neutralidade do enunciado, já que a tentativa de instaurar um discurso neutro é também uma posição avaliativa que serve, como já vimos na seção 2.4 “**Signo versus signo ideológico**”, às classes dominantes, com o objetivo de assegurar um sentido específico e determinado às palavras.

Utilizar-se de um enunciado é posicionar-se frente a vários outros com os quais ele dialoga, pois cada um materializa uma posição social, um ponto de vista. Dessa forma, quando, por exemplo, para um mesmo enunciado, concorrem sentidos aparentemente opostos, a escolha por um desses lados representa também uma recusa ao outro e, ainda que ocupem polos sógnicos contrários, constroem-se mutuamente por meio de relações dialógicas de sentido que, socio-historicamente, os aproximam.

3 A TEIA DOS FIOS IDEOLÓGICOS NO DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO

A comunicação constrói a realidade. [...] ao construir a realidade, não o faz de maneira neutra, asséptica. Muito pelo contrário. Essa construção é feita dentro de uma dimensão valorativa, isto é, juntando juízos de valor às notícias.

GUARESCHI

Viver significa ocupar uma posição de valores em cada um dos aspectos da vida, significa ser numa ótica axiológica

BAKHTIN

Não se pode adentrar no estudo da palavra sem considerar sua intrínseca e fundante relação com as posições valorativas que ela pode adquirir. Não há, em qualquer que seja o dizer, independente de quem, onde e por que o enuncia, espaço para a manutenção da utópica imparcialidade a que muitos indivíduos ainda tentam, em vão, recorrer para assegurar sentidos únicos. Ao contrário, o discurso é um instrumento de poder determinante para a construção das verdades e dos fatos sociais. Para Bakhtin (2000a), “As palavras não são de ninguém e não comportam um juízo de valor: estão a serviço de qualquer locutor e de qualquer juízo de valor, que podem mesmo ser totalmente diferentes, até mesmo contrários”. Por isso, é imprescindível entender que a realidade objetiva é construída por meio do discurso, naturalmente axiológico, para que possamos nos entender enquanto sujeitos sociais que se direcionam à concordância ou discordância frente a um fato social divulgado por um veículo ou por outro, por exemplo.

Por essa razão, neste capítulo costuramos algumas das ideias que compõem a teia da relação entre discurso, ideologia, política e mídia a fim de melhor compreender como se constroem e, conseqüentemente, como se apreendem os sentidos do discurso político dentro da esfera discursiva jornalística: quem pode dizer, quais são os sentidos disputados, quais são as intenções que motivam essa disputa. Além disso, discutimos sobre a temporalidade dos sentidos das palavras, já que, se o mundo passa por mudanças sociopolíticas, obviamente, a palavra também acompanhará essas mudanças, porém, o ponto-chave é entender se nós assimilamos as mudanças de fato ou se entendemos por “verdade” e “realidade” aquilo que o jornalismo axiologicamente constrói a partir dessas mudanças.

Finalmente, esboçamos uma discussão sobre o caráter subjetivo do gênero discursivo artigo de opinião que, em contraposição aos gêneros informativos, como a notícia, comenta situações e fatos já noticiados. Além disso, diferentemente de outros gêneros midiáticos, o

artigo de opinião apresenta de forma explícita o acento apreciativo do autor, razão pela qual escolhemos este e não outro gênero discursivo para a composição de nosso corpus de análise.

3.1 DISCURSO POLÍTICO E MÍDIA: A POLÍTICA NA ESFERA DISCURSIVA JORNALÍSTICA

Para refletir sobre o discurso político ou sobre a relação entre os temas políticos e as mídias, necessita-se, obrigatoriamente, pensar nas relações de dependência que esse tema estabelece com as palavras linguagem, ação, poder e verdade (CHARAUDEAU, 2008).

Se as relações sociais se tornam possíveis graças à interação verbal, através do uso efetivo da linguagem, entre indivíduos socialmente organizados, esse movimento interlocutivo também acontece somente porque os sujeitos sociais se organizam em grupos que, entre si, compartilham práticas sociais e discursivas em um determinado contexto sócio-histórico. Por isso, conforme afirma Bakhtin (2000a, p. 279), “Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização [da língua] sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana”.

Por ser o elemento essencialmente constitutivo da comunicação, o enunciado é para onde inicialmente deve-se olhar quando se deseja entender a constituição e a função das esferas discursivas, visto que estas se constituem pela linguagem que, por sua vez, é constituída a partir dos enunciados. As esferas discursivas têm, portanto, a função de organizar aspectos específicos de determinados grupos da atividade humana, tais como aqueles relativos à produção, recepção e circulação dos enunciados, que acontecem por meio dos gêneros do discurso¹⁷. Além disso, por serem formadas por usos específicos dos enunciados – que se materializam na utilização/existência dos mais diversos gêneros discursivos –, as esferas discursivas da atividade humana são também embebidas pela axiologia fundante dos enunciados verbais.

Quanto à escolha dos enunciadores pelos gêneros do discurso que lhes servirão para se comunicar, Bakhtin (2000a) afirma que:

O querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na *escolha de um gênero*. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc.”(p.301 – grifos do autor)

¹⁷ Definição de esferas ou campos da atividade humana, por Roxane Rojo (UNICAMP/IEL). Disponível em <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/esferas-ou-campos-de-atividade-humana> Acesso em 13 jul 2019.

A partir dessa reflexão, entendemos que os sentidos das palavras não são apreendidos pelo ensino de gramática ou pelos sentidos dicionarizados, mas, sim, a partir do uso concreto dos enunciados, em situações reais de comunicação, que se materializam na linguagem pelos mais diversos gêneros discursivos. Depende, portanto, no momento da comunicação, do que se lê, de onde se lê, de quem disse, de como aquilo foi dito etc. (BAKHTIN, 2000a, p. 279). É por essa razão que diferentes grupos sociais, que constituem as diferentes esferas discursivas, nomeiam de também diferentes formas as situações sociais. Por exemplo, certamente, quanto ao contexto da destituição da presidente Dilma Rousseff, as palavras “golpe” e “*impeachment*” estiveram presentes em discursos de diferentes esferas discursivas. Portanto, conforme Bakhtin (2000b), os sentidos possíveis para o enunciado podem ser infinitos, visto que infinitas também são as possibilidades de manifestação dos enunciados, que são os gêneros discursivos:

Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, menos ainda, é óbvio, por palavras isoladas). Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais (sintáticas). Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero [...] (p.302)

[...]

O gênero do discurso não é uma forma da língua, mas uma forma do enunciado que, como tal, recebe do gênero dado. No gênero, a palavra comporta certa expressão típica. Os gêneros correspondem a circunstâncias e a temas típicos da comunicação verbal e, por conseguinte, a certos pontos de contato típicos entre as *significações* da palavra e a realidade concreta.[...] Essa expressividade típica do gênero, claro, não pertence à palavra como unidade da língua e não entra na composição de sua significação, mas apenas reflete a relação que a palavra e sua significação mantêm com o gênero, isto é, com os enunciados típicos. (p. 312 – grifo do autor)

Sendo, portanto, as esferas discursivas da atividade humana instâncias que abrigam significações específicas para os enunciados, consideraremos, a partir de agora, o termo “esfera jornalística” para nos referirmos ao campo da interlocução em que se desenvolvem e se utilizam os gêneros discursivos que compõem o arcabouço comunicativo pertinente ao jornalismo¹⁸, tais como o gênero artigo de opinião, que serviu como base para a composição de nosso corpus.

De acordo com Nilson Lage (2014), apesar de ser uma prática de importante função social tal como o direito ou a engenharia, o jornalismo se torna de conhecimento do público somente meio século após a invenção da imprensa, no século XV, por Johannes Gutenberg¹⁹. Nesse momento, a burguesia, que buscava caminhos para conquistar um maior poder socioeconômico, utilizava-se de jornais com o objetivo de propagar seus ideais a fim de, assim,

¹⁸ Utilizamos o termo “jornalismo” para nos referir à mídia em geral, como área de comunicação à qual se vinculam diversos gêneros da imprensa.

¹⁹ <https://super.abril.com.br/historia/gutenberg-primeiras-impressoes/>

suplantar as classes mais nobres, como a aristocrata. De posse dessa ferramenta de poder social, a burguesia, obviamente, adicionava seus valores àquilo que era noticiado. Portanto, o jornalismo está, desde a sua origem, marcado pela tomada de posição, posto que sempre esteve sob o jugo e a serviço de objetivos axiológicos, isto é, de pontos de vista específicos. Conforme se vê, historicamente, são sempre as classes dominantes que se utilizam das mídias para, em vez de informar e fiscalizar, antes, dominar e assegurar a manutenção de seu poder.

Ainda sobre a função do jornalista, Lage (2014) afirma que:

O jornalista deve saber selecionar o que interessa e é útil ao público (o seu público, o público-alvo); buscar a associação entre essas duas qualidades, dando à informação veiculada a forma mais atraente possível; ser verdadeiro quanto aos fatos (verdade, aí, é a adequação perfeita do enunciado aos fatos, *adaequatio intellectus ad rem*) e fiel quanto às ideias de outrem que transmite ou interpreta; admitir a pluralidade de versões para o mesmo conjunto de fatos, o que é um breve contra a intolerância; e manter compromissos éticos com relação a prejuízos causados a pessoas, coletividades e instituições por informação errada ou inadequada a circunstâncias sensíveis. (p. 21 – grifos do autor)

Visto que, para o desenvolvimento das funções essenciais de seu fazer-jornalístico, o jornalista precisa difundir fatos, situações, deve utilizar dados confiáveis para que a informação que chega ao leitor seja a mais completa e condizente com a realidade objetiva possível, a noção de verdade é um conceito essencial para compreender a função e as atribuições pertinentes a esse “fazer-jornalístico”²⁰. Nesse sentido, Lage (2014, p. 21) afirma que “[...] da mesma forma que o advogado defende seu cliente sem assumir o ônus de presumível culpa: [o jornalista] será visto e deverá assumir-se como porta-voz, não como autor do discurso.”. Em linhas gerais, portanto, a função primeira do jornalismo, em sentido amplo, condiz com a ideia de veicular dados verídicos a fim de informar a sociedade sobre os fatos e as situações do cotidiano.

Ainda de acordo com Lage (2014), as principais dificuldades encontradas pelos jornalistas para cumprir seu objetivo de apresentar informações, na medida do possível, mais completas e verídicas ao público leitor dizem respeito a três fatores: a resistência que determinadas instituições de poder têm para revelar informações; o compromisso que o jornalista deve ter com a fonte, que pode ter um comportamento imprevisível e, por fim, o conflito de interesses que pode surgir entre o que é de interesse do público – e por isso precisa ser divulgado – e o que é de interesse da fonte – que nem sempre quer divulgar determinadas informações que detém. Essas dificuldades podem suscitar outros problemas, especialmente, na forma pela qual os elementos são nomeados, na linguagem que se escolhe utilizar.

²⁰ Devido à intrínseca relação entre as possíveis noções sobre o que é verdade com a questão que remete à noção de ideologia (como valor axiológico) para o Círculo, mais adiante alargaremos essa discussão.

Por exemplo, se consideramos que, segundo Bakhtin (2000a), todo enunciado é constituído por valores axiológicos que lhe são adicionados no momento da enunciação, a utilização dos termos “golpe” ou “*impeachment*” em textos de cunho jornalístico-opinativo, como é a natureza do nosso corpus, certamente ocasionará a adoção de diferentes vieses ideológicos por parte do enunciador. É justamente a adoção, ainda que velada, de um viés ideológico que oferece pistas para desencobrir os elementos que contribuem para a composição da cena de representação do político/da política no discurso.

Quem dizia “golpe”, em 1964, era visto como transgressor. Hoje, quem não se refere à tomada e continuidade dos militares no poder, no Brasil de 1964 a 1985, como “golpe” é considerado defensor da ditadura militar. De forma semelhante, o ideário ao redor do termo “golpe”, em 2016 para se referir à destituição da presidente Dilma Rousseff, demonstra como a mídia contribui para a instituição de sentidos, que podem representar manutenção ou progressão, a partir do jogo que se faz pelo uso (pela interação, pela comunicação, pela atitude responsiva pressuposta) com o público-leitor.

Primeiramente, é preciso estabelecer uma distinção entre o que comporta o campo de representação do político. A política, segundo André Corten (1999, p. 37), é a “[...] área funcional especializada onde se desenvolvem as atividades políticas através das instituições políticas”. Para o autor (1999, p.37), a política é a cena onde se coadunam as forças políticas – elementos que perpassam a sociedade – com o objetivo de produzir uma representação, uma cena, que é construída pelo discurso; daí a nomenclatura “discurso político”. Portanto, não se pode pensar em discurso político como um conjunto de enunciados que, simplesmente, são ditos e utilizados na esfera política. Antes, é o próprio enunciado/discurso que constrói, sustenta e representa a imagem do político, afinal, as informações que guardamos em nossa memória como sendo atribuídas a uma ou a outra figura política não são construídas a partir de suas propostas enquanto candidatos, mas, sim, do que a narrativa do discurso político-midiático construiu sobre aquela figura política.

O político é uma construção da realidade a partir da qual (no limite) se estabelece a “discriminação” entre amigos e inimigos. Essa discriminação é, segundo Carl Schmitt, a essência do político. O político é, assim, como todo fenômeno atinente ao discurso, construção da realidade. É também, definição de um limite dessa realidade. (CORTEN, 1999, p. 40)

Quem está autorizado a produzir a narrativa desse discurso que representa o político? Seguramente, a resposta a essa indagação nos dirigirá às relações de poder que regem, não somente o discurso – que é representação –, mas, sobretudo, as relações sociais. A classe

dominante – assim quando do surgimento da imprensa, na segunda metade do século XV – assegura o poder ao instituir quem pode construir os enunciados sobre a esfera política a fim de que esse poder, esse controle social de que necessitam, seja mantido. Para isso, é preciso “[...] não se fazer odiar por seus súditos” (CORTEN, 1999, p. 44), pois disso dependerá a forma com a qual os súditos – que, na sociedade contemporânea, podemos entender que são os jornalistas ou os donos dos grandes veículos midiáticos, visto que asseguram e são regidos pelo poder das classes dominantes, da atual burguesia – relatarão o político. É justamente esse “efeito de relato” que assegurará a manutenção de seu poder, pois “[...] o discurso não se enuncia em função de uma conjuntura histórica, de um espaço referencial, mas, ao contrário, cria ‘a cena que sua enunciação produz e, ao mesmo tempo, pressupõe para legitimar-se’” (MAINGUENEAU, 1991, p. 112 *apud* CORTEN, 1999, p. 42).

Assim, entende-se, portanto, que o poderio de uma narrativa política não começa a ser construído quando da posse do governante, mas, sim, antes, através do efeito de relato dos acontecimentos prévios e de como esse político se valerá disso a seu favor:

O efeito de relato modifica o conjunto do sistema de articulação entre os enunciados e as posições dos enunciadore. Nesse sentido, produz aquilo que Faye chama de língua política. [...] O efeito de relato que surge leva não somente ao aparecimento de uma nova topografia – ou seja, uma nova disposição das posições (e um jogo de variações em relação às balizas da cena das forças políticas, manifestando-se principalmente por um embaralhamento da relação direita/esquerda) – mas uma nova estrutura das formações discursivas, podendo chegar a modificar o lugar (até mesmo a existência) da própria cena da representação do político. (CORTEN, 1999, p. 47-48)

O discurso político terá, assim, existência no entremeio da vida política da realidade objetiva com a cena de representação da política, que se estabelece a partir da tensão entre as forças que compõem a imagem que espelha esta cena, que nada mais é do que uma realidade virtual, representada, pois “O próprio discurso político produz as condições de sua produção” (CORTEN, 1999, p. 42)

Segundo Piovezani Filho (2003), a relação entre mídia e política tem origem na segunda metade do século XX, quando as mudanças tecnológicas, especialmente nos meios de comunicação, anunciam a ruptura com a modernidade. Nesse momento, que é considerado por Piovezani Filho (2003, p. 49) como “pós-modernidade”, as mudanças anunciam também uma nova relação entre mídia e política que resultará na “espetacularização” midiática do poder político, de um lado, e da “politização” da mídia, de outro, além da busca midiática pela legitimidade, de modo a assumir a posição de porta-voz da sociedade civil.

Esse desenvolvimento tecnológico ocasionou uma modificação na noção de tempo e de espaço, uma vez que houve um considerável aumento do ritmo de produção assim como do processo de circulação daquilo que é produzido. Porém, acompanhando o avanço tecnológico, surgiram também consequências determinantes com esse excesso do consumo na pós-modernidade. Assim, como resultado do avanço da sociedade de consumo, surgiu, em primeiro lugar, a massificação do mercado que dita as normas e padrões da moda, de modo a instaurar uma mudança dupla: não há mais privilégios, o que constitui o padrão agora está ao alcance de todos, contudo, paradoxalmente, o acesso não se democratiza, visto que todos os indivíduos são induzidos a seguirem esse modelo predeterminado. Além disso, na nova era, anunciada pela sociedade pós-moderna, não há mais um consumo de bens, agora há uma manutenção e comercialização de serviços, que são voláteis, efêmeros, instantâneos e contribuem para a conservação daquele modelo padrão que todos devem seguir, de modo a contribuir ativamente para a solidez da nova era, a “Era da aparência” (PIOVEZANI FILHO, 2003).

Paralelas às mudanças (mas com elas relacionadas) ocorridas nos planos econômico e cultural, estabeleceram-se aquelas próprias ao espaço político. A política “espetacularizou-se”, inseriu-se, com efeito, nos padrões midiáticos pós-modernos: “o espetáculo político”, nos termos de Jean-Jacques Courtine, ou “a política como espetáculo”, para retomar a expressão de Renato Janine Ribeiro (1994), corresponde a uma certa “passagem do espaço público à condição de marketing, merchandising” (PIOVEZANI FILHO, 2003, p.51)

Historicamente, a visão construída sobre o político tem sido modificada e isto se deve, também, às mudanças e alternâncias entre os regimes políticos que estiveram no poder. O político enquanto representação do poder não recebe destaque por suas propostas políticas, mas, antes, por aquilo que ele representa e essa cena, essa representação, que suscita uma figuração do poder, dá-se pelo discurso.

Ainda segundo Piovezani Filho (2003), dois momentos foram decisivos para a construção da atual relação entre mídia e política: o relevo dado às noções de cortesia e civilidade na Idade Média, que diferenciava a aristocracia dos demais estratos sociais, e a “Crise dos valores”, com a derrocada do socialismo e consequente advento do totalitarismo, além de denúncias também contra esse poder autoritário.

Ao determo-nos no surgimento da *sociedade dos costumes*, essa da *cortesia* e da *civilidade*, podemos observar alguns de seus traços, de alguns de seus expedientes na sociedade (contemporânea) do espetáculo, no que respeita ao campo político, uma vez que, de modo análogo à primeira e, obviamente, respeitando as particularidades de cada era, na sociedade espetacular pós-moderna, a política manifesta-se permeada/invadida pelas ações íntimas e pessoais: “a política se privatiza: a vida privada do governante ocupa toda a cena pública” (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 53 – grifos do autor)

Houve, portanto, um deslocamento, através do uso de ferramentas tecnológicas como a câmera de vídeo, do objeto de interesse do discurso político do privado – ético – para o público – o político tratado de forma espetacularizada. Segundo Courtine (1990[2003], p. 24), agora, “[...] as boas perguntas políticas são aquelas feitas em domicílio, enquanto a câmera examina os objetos íntimos, explora os detalhes pessoais, volta incansavelmente ao rosto cuja dimensão interior ela quer perscrutar ao máximo”. Portanto, algo dessa sociedade de aparências encontra eco na sociedade contemporânea do espetáculo, pois a política deste momento também se encontra permeada pela excessiva valorização de ações e comportamentos íntimos e pessoais dos governantes (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 53).

Com relação ao outro momento decisivo para a construção da atual conjuntura entre mídia e política, a “Crise de valores”, conforme afirma Piovezani Filho (2003), fez emergir entre os indivíduos a necessidade de tornar o discurso político mais “palatável”, que surge devido ao enfraquecimento das políticas de forte intervenção estatal que acontece após as crises desses poderes totalitários (PIOVEZANI FILHO, p. 54). Esse fenômeno parece voltar a acontecer atualmente, pois a população continua insatisfeita (com a política; com o político) e, dessa forma, continua a nutrir uma “espetacularização” do discurso político e do discurso sobre a política. A exposição de aspectos da vida íntima e pessoal do político através da “espetacularização” de seu ambiente pessoal, que leva o público para dentro de sua residência (ou leva o político para dentro da residência do público), trouxe de volta o interesse pelo discurso político. Nesse contexto, a criticidade midiática acontece por meio de exposição pública, a “espetacularização” do político, que gera a politização midiática (PIOVEZANI FILHO, p.55)

Poder-se-ia conjecturar que, no Brasil, o autoritarismo do regime militar, ao apresentar seus governantes como *tiranos* - no sentido político grego do termo, ou seja, como figuras excepcionais (em função de seus atributos físicos e bélicos, de sua clarividência política e/ou de sua argumentação) são interpeladas pelo “povo”, com vistas a livrá-lo de uma crise (econômico-política, vislumbrada em Jango, por exemplo), a protegê-lo numa guerra etc., governando, portanto, supostamente com seu consentimento, mas não sem suspender leis antigas e instaurar outras, sem substituição àquelas (os atos institucionais, são o exemplo) -, valia-se tanto dos excessos expressivos da retórica de estilo fascista, quanto do comedimento burocrático-administrativo (e, supostamente, intelectualizado) à maneira estalinista. Por extensão, com a dissolução da ditadura militar, a “espetacularização” da política brasileira foi um meio encontrado para reverter ou, ao menos, mitigar o desinteresse, o descrédito e a incredulidade frente ao discurso político (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 54-55 – grifo do autor)

Então, passamos a vivenciar um momento de transição e de certa aproximação entre a língua de madeira – utilizada no discurso político dos ditadores – e a língua de vento – configuração dos discursos pós-ditadores²¹. Enquanto os discursos dos ditadores era formulado de forma longa e monótona, o que provocava cansaço no público, a narrativa utilizada em discursos pós-ditadores é simulante (finge ser o que não é) e dissimulante (finge não ser o que é) (MELO, 2006), e isso gerou efeitos de sentido como mentira e segredo (PIOVEZANI, 2003).

Assim, conforme Courtine (1990), os elementos característicos essenciais dos discursos políticos contemporâneos seriam a conversação e a brevidade. Enquanto a conversação individualiza e personaliza, “espetaculariza”, constrói um diálogo interativo com o público, de modo a construir a imagem de um político acessível, a brevidade, por outro lado, contribui com a necessidade de adicionar simplicidade ao discurso, antes, hermético e distante da realidade da maioria do público espectador. Como exemplo claro disso, podemos rememorar rapidamente a narrativa do discurso político que contribuiu para a instauração da imagem “espetacularizada” do ex-presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva em contraposição ao seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Enquanto FHC era o “candidato da estabilidade”, Lula, o “candidato da inclusão social”, representações imagéticas que lhes foram conferidas justamente por meio do que cada um deles divulgava e enfatizava em suas propagandas oficiais.

Governos precisam ter aquilo que os vizinhos da língua hispânica chamam de “relato”. “Relatos”, discursos, podem ser realistas ou uma completa fantasia e podem ser expressos em linguagem agressiva ou em formato “light”, mas, no mundo das campanhas eleitorais, eles têm de existir. Governos que não têm uma “cara” clara têm maiores dificuldades para se eleger do que outros que comunicam o que vieram fazer e o que pretendem fazer de forma clara, sintética e crível. Aos olhos da população, FHC era a cara da estabilidade, assim como Lula era a cara da inclusão social e Dilma era a “mãe do PAC”. (GIAMBIAGI, 2013)²²

Os veículos produzem (e reproduzem) visões de mundo, visto que aquele que comunica algo da realidade descreve-a arbitrariamente segundo seus próprios valores sociais (visões de mundo). Para Melo (2006, p.56), o jornalista é um “mediador” entre os acontecimentos, seus protagonistas e os indivíduos que compõem o universo sociocultural “público destinatário”.

Nesse ponto, encontramos discordância entre o pensamento de Melo (2006) e o de Moirand (2007), porque Sophie Moirand (2007) considera que a atividade interativa de

²¹ Piovezani Filho (2003) utiliza os termos “língua de madeira” e “língua de vento” para contrapor as diferentes formas de estruturação dos usos da língua em discursos políticos. Assim, enquanto a “língua de madeira” se refere à rigidez das formas e dos usos linguísticos, a “língua de vento” relaciona-se à ideia de fluidez, por meio de usos (formal e conteudisticamente) mais interativos da língua.

²² <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-questao-da-narrativa-imp-,1009954>

comunicação se estabelece em três pilares, três polos: o jornalista seria o agente intermediário entre o dizer advindo do especialista e a recepção deste conteúdo pelo público. Porém, houve uma evolução porque este terceiro polo poderia ser considerado (mas não o faz devido às reformulações, reacentuações, feitas com base em distintas heterogeneidades) apenas um reformulador, sem juízos de valor, do dizer do especialista, do entrevistado. O terceiro polo da situação “trialogal”, que é o enunciado jornalístico, contribui para a amplificação da circulação dos enunciados, porque sua função não é, de modo algum, simplesmente permitir a sua realização, mas, sobretudo, a possibilidade de circulação de enunciados dialogados sobre a informação ou fato ou relatos. Assim, Moirand (2007) não considera o jornalista como mero mediador, mas como agente determinante/fundante do processo de informação, pois também, dialogicamente, constrói ou reconstrói a realidade objetiva de cada sujeito-leitor.

A burguesia constrói a ideia de Estado como bem comum para criar a ideia de Jornalismo como quarto poder. Se a sua função é exercer o quarto poder, ou seja, vigiar e fiscalizar os outros três poderes, espera-se que deveria exercer uma “desideologização”, ou seja, agir com objetividade, neutralidade, imparcialidade. Por isso, entender a mídia, o jornalismo, como uma esfera parcial, já que carregada de valores axiológicos, causa incômodo e descrença social (MELO, 2006).

Com relação à parcialidade midiática, entendemos, assim como Moirand (2007), que, sendo a ideologia inerente ao trabalho jornalístico, de fato, o sujeito-jornalista não poderia, de modo algum, posicionar-se como mero mediador, pois, antes, exerce a função determinante de formulador, dirige o olhar segundo valores dele ou do veículo que representa. Em outras palavras:

Esse traço do jornalismo [marca ideológica], no alvorecer da sociedade burguesa, vai se esmaecendo na medida em que a própria burguesia, como classe dominante, cria artifícios para descaracterizar o processo de dominação social e instaurar no senso comum a ideia de uma sociedade em que os conflitos de classe não existem (MELO, 2006, p. 57)

A atenção sobre os aspectos que compõem as cenas de “espetacularização” da mídia e de “mídiatização” da política são, portanto, essenciais ao entendimento de que, de fato, a neutralidade do discurso político-midiático não é um aspecto pertinente à prática jornalística. Não é um pilar de sustentação da estrutura desse discurso. Se, na aparência, esse pode ser um traço utopicamente valorizado pelo público-leitor, na essência, não é possível considerar que um discurso, seja ele qual for, estabeleça-se sob bases imparciais. Isso não torna os veículos de comunicação vilões ou heróis, mas, sim, apenas difusores de verdades, assim, no plural. Conscientizar-nos dessa realidade nos permite entender que a posição de porta-voz da sociedade

civil não cabe a um ou a outro, de forma excludente; cabe, antes, a vários veículos que difundem as várias vozes que constituem a(s) ideologia(s) da sociedade civil.

3.2 ARTIGO DE OPINIÃO: A “ENUNCIÇÃO SUBJETIVIZADA”

Visto que a comunicação humana somente pode se estabelecer por intermédio dos gêneros discursivos, que são as formas de uso real e cotidiano dos enunciados, tantos serão os gêneros quantas forem as enunciações possíveis. Portanto, para cada uma das diferentes esferas da atividade humana haverá sempre um conjunto específico de gêneros e de enunciados que as constituirão. Ou seja, a variedade dos gêneros está atrelada à variedade de intenções e de compreensões responsivas na interação verbal (BAKHTIN, 2000a, p. 290).

A língua materna – a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical –, não a apreendemos nos dicionários e nas gramáticas, nós a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam. Assimilamos as formas somente nas formas assumidas pelo enunciado e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas de enunciados, isto é, os gêneros do discurso, introduzem-se em nossa experiência e em nossa consciência conjuntamente e sem que sua estreita correlação seja rompida. Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados [...] (BAKHTIN, 2000a, p. 301-302)

Assim, a escolha que se faz por um ou por outro gênero acontece devido às necessidades específicas do assunto tratado, como também daqueles que integram a enunciação. Por isso, pode-se dizer que nos comunicamos e interagimos uns com os outros por meio do uso efetivo dos gêneros do discurso, e não por palavras ou formas linguísticas.

Quanto às particularidades constitutivas, Bakhtin (2000a) apresenta cinco características que, juntas, constroem a estrutura dos gêneros, são elas: (1) o gênero tem suas fronteiras marcadas pela alternância de locutores; (2) é acabado: tem início e fim; (3) é marcado pela entonação expressiva do locutor, por determinado acento apreciativo, ou seja, não pode jamais ser neutro; (4) mantém relação com os enunciados precedentes assim como com os consequentes a ele e (5) o enunciado ou gênero do discurso é um elo na cadeia sógnica da comunicação verbal. Ainda segundo Bakhtin (2000a, p. 295), mesmo em gêneros retóricos, observa-se o diálogo, isto é, a relação do eu com o outro, como elemento essencialmente constitutivo dos gêneros. Exemplo disso está no artigo de opinião, pois, ainda que não estejam mostradas vozes além das do sujeito-enunciador, para a construção deste gênero do discurso, é

essencial o diálogo com outros enunciados que o antecedem, seja como alusões ou como referência a discursos já reportados.

Apesar da clara impossibilidade da adoção de uma postura jornalística imparcial, ainda há quem procure e espere por neutralidade no discurso midiático. A isto se deve, além da função histórica atribuída ao jornalismo como sendo o quarto poder, também ao vocabulário utilizado por determinados gêneros dessa esfera discursiva, pois, enquanto alguns organizam a tessitura narrativa do discurso de modo a mostrar vozes de outros sujeitos (entrevistados, especialistas, etc.), em outros gêneros do discurso jornalístico, apesar da clara presença e referência a outras vozes além da do sujeito-autor, não há marcas – como dêiticos, uso de aspas, citação direta etc. – que explicitem esse diálogo, pois a inserção desses outros enunciados se faz de forma constitutiva. Inegavelmente, segundo Bakhtin (2014; 2000a; 200b; 1988; 2010; 2014) e Volóchinov (2013; 2017), ainda que não aconteça da mesma forma, a participação de vozes (e, claro, significações) outras está presente na constituição de qualquer enunciado, seja ele veiculado na esfera jornalística ou não.

Com relação aos diferentes gêneros midiáticos, Cunha (2002) estabelece uma distinção com base em diferentes funções e objetivos. Segundo esta autora, enquanto alguns gêneros existem para informar sobre fatos e situações, outros se dedicam a tecer comentários sobre o que foi publicado pelos primeiros. Para ela, os gêneros da mídia podem ser informacionais ou de comentários. Enquanto os primeiros se constituem com o objetivo de “fazer saber”, de forma explicativa, o comentário procura “fazer valer convicção”, “expõe o ponto de vista de um jornalista”.

[...] o modo de inscrição de outros discursos no fio do texto distingue a notícia, gênero polifônico, do artigo de opinião, gênero aparentemente monofônico.

O estudo das vozes permite compreender o diálogo entre os diferentes discursos que constituem o texto e entre os sujeitos que se confrontam nesse espaço interlocutivo. É por meio das formas marcadas e não marcadas de dialogismo que percebemos a posição e os pontos de vista do enunciador do discurso atual, o grau de distância ou de adesão aos discursos dos enunciadores citados ou mencionados, e os lugares ocupados por eles. Em outras palavras, a abordagem da diversidade de relações dialógicas entre os discursos permite não só caracterizar os dois gêneros como também realizar uma leitura crítica da imprensa (CUNHA, 2002, p.166)

Portanto, embora parte da sociedade ainda espere do discurso midiático um posicionamento isento frente aos fatos sociais e acredite que essas informações são veiculadas de forma imparcial, tal postura não é possível nem mesmo nos gêneros, então, considerados

“informacionais”, já que o recorte e a disposição das informações também já representam tomada de posição valorativa.

Ainda com relação a essa distinção entre os gêneros informacionais e de comentário, para Moirand (1999), gêneros informacionais, tais como a notícia, explicitam diferentes vozes, sendo compostos, assim, pelo dialogismo mostrado, enquanto os gêneros de comentário, como o artigo de opinião, são constituídos, também, como todo e qualquer texto, com base na interação comunicativa de muitas vozes que estão a todo momento acentuando e reacentuando os sentidos, porém, comumente, em gêneros do tipo comentário, as muitas vozes que constituem os dizeres não estão explícitas, não estão mostradas, diluem-se na construção da “enunciação subjetivizada”.

Assim, Moirand (2001), com base na teoria dialógica do discurso e nos estudos sobre as relações entre dialogismo e heterogeneidade das vozes nos discursos, de Authier-Revuz²³, distingue os gêneros discursivos da imprensa a partir das diferentes formas pelas quais o dialogismo se faz presente dentro da construção dos enunciados. A autora diferencia, portanto, os gêneros que têm “enunciação objetivizada”, que são textos com informações gerais ou especializadas, dos outros gêneros discursivos os quais ela define como de “enunciação subjetivizada”, quais sejam, editoriais, crônicas, artigos de opinião e comentários. Dessa forma, observamos que gêneros como as notícias, que desempenham a função de informar ou de explicar, enquadram-se no primeiro grupo – de “enunciação objetivizada” –, enquanto os artigos de opinião, que são textos em que, mesmo sendo usualmente produzidos em primeira pessoa do singular – o sujeito-autor assume o posicionamento –, o dialogismo é elemento essencial em sua constituição, seja sob a forma de referência indireta a discursos outros (dialogismo constitutivo) ou com a presença direta de outros discursos (dialogismo marcado). Ou seja, de forma mais ou menos explícita, os gêneros midiáticos são sempre “constituídos de um dizer sobre o dizer, imediato ou recente” (CUNHA, 2002, p. 166).

Quanto à presença do dialogismo no gênero discursivo artigo de opinião, apesar deste ser um gênero aparentemente monofônico (CUNHA, 2002), devido à pouca recorrência – explícita – de discursos outros, sua constituição também é essencialmente dialógica, visto que retoma indiretamente outros discursos para embasar a sua linha argumentativa, pois,

²³ Sobre o desdobramento feito por Moirand da teoria de Jacqueline Authier-Revuz, Cunha (2009, p. 26) explica: “Retomando a proposta por Authier-Revuz, Moirand (1999) utiliza dialogismo mostrado, que se manifesta nas referências explícitas aos discursos anteriores; e dialogismo constitutivo, desdobrado, em dialogismo intertextual constitutivo – discursos que fazem parte da memória discursiva midiática e dialogismo interacional constitutivo – interações imaginadas com um “arquidestinatário”, presente no âmbito do discurso interior dos interlocutores, deixando marcas no discurso produzido.”

segundo Cunha (2008), integram a composição dos artigos de opinião outros discursos já veiculados pela mídia, uma vez que a função do sujeito-autor é comentar assuntos e/ou “fatos” que a notícia já relatou.

Com relação ao funcionamento e à composição estrutural, o artigo de opinião é escrito, geralmente, em primeira pessoa, fator que explicita o acento apreciativo adotado pelo autor. Diferentemente dos gêneros de “enunciação objetivizada”, no artigo de opinião, os argumentos são dispostos em uma ordem que vai do menos para o mais forte (CUNHA, 2002). Além disso, o discurso é construído a partir da menção ou alusão a outros anteriores e também tem o posicionamento construído de modo a considerar as possíveis réplicas do seu público-alvo. (CUNHA, 2002). Assim, no artigo de opinião, o articulista geralmente estabelece uma espécie de diálogo retórico em que se pressupõe a interação, a aceitação e as reações dos leitores. O artigo de opinião, portanto, geralmente não se constitui da presença do dialogismo mostrado, apesar do inegável e essencial dialogismo que o constitui e o determina.

4 OS GRITOS DO DIZER “GOLPE” LANÇADOS DE UM A OUTRO NA DISPUTA DE SENTIDOS: *TEMA, SIGNIFICAÇÃO E ACENTO APRECIATIVO* EM ARTIGOS DE OPINIÃO DAS REVISTAS *CARTACAPITAL* E *VEJA* SOBRE A PALAVRA “GOLPE”

A palavra, por sua própria natureza intrínseca, é, desde o início um fenômeno puramente ideológico

VOLÓCHINOV

A problemática que paira sobre a definição de golpe talvez se deva à dificuldade em determinar os seus alçozes, os golpistas. Por isso, na História, a utilização desse polêmico termo sempre foi motivo de disputas políticas, sociais, linguísticas... Disputas sobre a capacidade de assegurar, de um lado, a “verdade” e, de outro, o poder; disputas sobre quem teria a competência de tomar as rédeas da sociedade.

Muitas vezes, a palavra “golpe” aparece assim, sem adjetivações, de modo que suas especificidades ficam subentendidas, o que pode ser propício ou não para sustentar a validade de seu uso. O grau de aderência e de legitimidade dos sentidos considerados adequados para esse termo está vinculado, claro, não apenas às adjetivações explícitas ou subentendidas, mas, sobretudo, às condições de produção e de reprodução em que a palavra emerge. Por exemplo, em nosso corpus nesta pesquisa, observamos o uso do referido vocábulo em artigos de opinião de diferentes veículos midiáticos, as revistas *Veja* e *CartaCapital*, o que, por si só, já anuncia que sentidos díspares estariam sendo pleiteados, já que os dois veículos são popularmente conhecidos por veicular discursos políticos opostos.

Nesse sentido, em um texto também sobre a disputa de sentidos para “golpe”, Sírío Possenti (2018) afirma que:

Provavelmente, tende-se a considerar que um golpe prototípico é promovido por militares, envolve alguma violência, quebra de aspectos da Constituição, censura e eliminação de alguns direitos básicos, como o de reunião e de livre manifestação. [...] O fato de que se diga “golpe militar” implica que outra adjetivação é possível – daí uma certa proliferação de adjetivações, cada uma dando conta de determinado aspecto do golpe [...] Trata-se de golpes não prototípicos, que nem por isso deixam de ser golpes, à luz da história. Não só os rouxinóis são pássaros. Tucanos também são.

Assim, com vistas a melhor entender como se constrói o discurso político sobre o termo “golpe” na mídia, mobilizamos as categorias *tema, significação e acento apreciativo* em sua

relação natural com a ideologia, conceitos-chave para uma análise enunciativa fincada na noção dialógica do discurso, em artigos de opinião da *CartaCapital* (denominados de CC-1 e CC-2) e da *Veja* (V-1 e V-2).

4.1 OS SENTIDOS DA PALAVRA “GOLPE” NA REVISTA *CARTACAPITAL*

Para a composição da primeira parte do nosso corpus, selecionamos dois artigos de opinião do site da *CartaCapital*, revista de grande circulação no Brasil. Produzida pela editora Confiança, a *CartaCapital* tem assumidamente uma linha editorial que se situa à esquerda política, pois, além da escolha das temáticas – geralmente de cunho político-social com foco em questões ligadas à coletividade, mesmo em textos sobre assuntos variados, como saúde por exemplo²⁴ –, sua equipe de colunistas é composta, em grande parte, por nomes relacionados à política que se posicionam como “esquerda”, tais como Roberto Amaral²⁵ e Guilherme Boulos²⁶. Além disso, também conta com nomes como o do médico Dráuzio Varella²⁷, que se interessa por assuntos pertinentes à saúde e ao bem estar relacionados à igualdade e à justiça sociais. Sobre o viés político da *CartaCapital*, há, no site²⁸, um manifesto que apresenta em breves linhas a visão da revista:

[o jornalismo] Está a serviço da democracia e da diversidade de opinião, contra a escuridão do autoritarismo do pensamento único, da ignorância e da brutalidade.

CartaCapital pratica jornalismo em sua essência, crítico e transparente, desde a sua fundação, em 1994. Pois não há esperança de sobrevivência humana sem homens e mulheres dispostos a dizer o que acontece, e o que acontece porque é.

Devido a esse declarado posicionamento político-social, a *CartaCapital* veiculou artigos de opinião sobre o *impeachment* – entendido por seus colunistas como golpe –, especialmente textos metalinguísticos sobre a própria utilização dos referidos termos no contexto mencionado. Essa tomada de posição nos levou a eleger esse veículo como parte de

²⁴ Por exemplo, foi publicada no site da *Carta Capital*, em 16 de setembro de 2018, uma reportagem sobre as consequências do Alzheimer para a vida de pessoas que vivem em periferias. A reportagem pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/como-o-alzheimer-afeta-quem-vive-na-periferia>

²⁵ Advogado, professor e político, que deixou a presidência do PSB na ocasião do apoio do partido à candidatura de Aécio Neves, PSDB, à presidência da República, em 2014 (**Fonte: Wikipédia**)

²⁶ Filósofo, professor, político e ativista de causas sociais relacionadas aos trabalhadores sem teto, foi candidato à Presidência da República do Brasil, em 2018, pelo PSOL. (**Fonte: Wikipédia**)

²⁷ Médico cancerologista, um dos pioneiros no tratamento da AIDS no Brasil, é autor de "Estação Carandiru" (**Fonte: site da CartaCapital**)

²⁸ O manifesto pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>

nosso corpus de análise porque entendemos que a contraposição de posicionamentos demonstraria mais clara e explicitamente a divergência de acentos apreciativos e, conseqüentemente, de temas e significações com relação à revista *Veja*, a qual analisamos posteriormente.

Os dois artigos de opinião sobre os quais nos debruçamos foram publicados entre os meses de março e agosto de 2016, período que corresponde aos momentos que antecedem a votação da abertura do processo de *impeachment*, na Câmara dos Deputados, e o momento imediatamente anterior à decisão pelo afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal. O primeiro artigo da *CartaCapital* selecionado para a análise foi intitulado como “Golpe e resistência” e publicado em 26 de abril de 2016, por Roberto Amaral, enquanto o segundo, com título “Tem cara de legal e tem jeito de legal, mas não passa de um golpe”, foi publicado em 19 de abril de 2016, por Gilberto Maringoni.

4.1.1 Análise do artigo de opinião CC-1 – “Golpe e resistência”

O primeiro artigo de opinião da *CartaCapital* que analisamos, “Golpe e resistência”, apresenta o seguinte subtítulo²⁹: *Ironicamente, deve-se à direita a reaglutinação das forças de esquerda*. Segundo Volóchinov ([1929]2017, p.238), em situações de crises econômicas, sociais, políticas é quando melhor se visualizam as polaridades, o que se tornou visível, no contexto enunciativo do *impeachment*, com a *hashtag* “#nãovaitergolpe”, que considerava o referido acontecimento como um golpe, ativando nos sujeitos que discordavam desse posicionamento outros valores, contraditórios, de modo a não validar o vínculo do sentido do termo “golpe” ao *impeachment* da presidente Dilma. Esse posicionamento é mais uma vez afirmado com a escolha da imagem que estampa o início do texto e vem logo após o subtítulo:

²⁹ A essa parte do texto, profissionais do jornalismo nomeiam comumente como “sutiã”, porém o termo “subtítulo” também é aceito. **Fonte:** <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/sutia>

Figura 1 - Mulher chora após a abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados

Política

Impeachment

Golpe e resistência

por Roberto Amaral — publicado 26/04/2016 03h59

Ironicamente, deve-se à direita a reaglutinação das forças de esquerda

Levi Blanco/Brazil Photo Press/APP



As emoções desses dias enunciam embates profundos

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/revista/898/golpe-e-resistencia>

A imagem mostra uma mulher sob uma luz de cor vermelha, com a mão no rosto, em um gesto para conter o choro e leva em sua cabeça uma fita onde se lê “não vai ter golpe”³⁰. O título da foto que consta no artigo de opinião – “As emoções desses dias enunciam embates profundos” – dialoga com a imagem, de modo a nos fazer entender que, apesar de o processo ter sido aberto pela Câmara dos Deputados, apesar da revolta e da descrença por parte dos que se posicionavam contrários ao *impeachment*, os militantes “pró-Dilma” seguiriam “lutando”.

³⁰ O “não” está oculto na imagem, porém, é possível inferi-lo devido à remissão permitida pelos elementos que compõem a imagem, que integra um texto sobre o *impeachment* desde a visão daqueles que desejam a permanência da presidente Dilma no poder, faz para o momento que antecedeu a decisão pela saída da presidente, momento em que os que estavam a seu favor emblemaram faixas, cartazes e camisetas com a *hashtag* “#nãovaitergolpe”.

Outro elemento que contribui ricamente para a construção da arquitetura desse artigo de opinião são as menções feitas pelo autor a elementos da literatura brasileira e latino-americana, além da relação que estabelece com termos como “ópera-bufa”³¹.

Quadro 1 - Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 1

Na sua inextinguível capacidade de superar a fantasia, a política rasteira nos transportou, no domingo 17, **para o imaginário de Macondo, promovendo o encontro do realismo fantástico com o espírito de Macunaíma, no que ele tem de moralmente grotesco e de lassidão**. A sociedade, preocupada com os destinos de seu país, postou-se diante da tevê para saber como votavam seus representantes chamados a decidir o destino do mandato da presidenta da República.

Mas, no lugar de um espetáculo cívico, presenciou uma ópera-bufa. Por horas, assistiu incrédula e, certamente, constrangida ao desfilar tragicômico de personagens ridículos que se sucediam diante das câmeras. Assim, o Brasil conheceu a Câmara e seus deputados. (grifos nossos)

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/revista/898/golpe-e-resistencia>

A menção feita à literatura aconteceu com o intuito de construir a imagem de uma Câmara caricata, incrível (pela inversão da realidade ao fazer menção indireta ao realismo mágico com a menção a Macondo, cidade fictícia onde se desenlaça a trama do livro *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez, escrito em 1967), composta por personagens preguiçosos e burlescos (devido à referência à obra de Mário de Andrade (1928), *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, que constrói a imagem de um anti-herói preguiçoso). Com relação à “ópera-bufa”, o autor nos remete a um tipo de ópera encenado por personagens cômicos que brincam, por meio de performances e vozes caricatas, sobre situações engenhosas.

Toda essa composição contribui para que o leitor comece a construir a imagem de que a votação pela abertura do *impeachment*, que aconteceu na Câmara, não foi uma situação séria, mas, sim, uma caricatura, e essa crença acontece devido ao tom emotivo-valorativo que percorre todo o enunciado. Apesar de ainda não ter apresentado diretamente a temática do *impeachment*, Roberto Amaral, através do diálogo que a sua narrativa estabelece com outras referências, outros enunciados, imprime em seu texto um acento de valor que demonstra seu posicionamento e já busca direcionar o leitor para estabelecer uma comparação com esses elementos, de modo a entender como ridícula a votação, que deveria, nas palavras do autor do artigo de opinião CC-1, ter sido “um espetáculo cívico”.

Do latim *civicus*, etimologicamente, o adjetivo masculino “cívico” demonstra qualidade pertinente aos cidadãos, clama por significação próxima ao que se relaciona a patriótico ou

³¹ Versão italiana da ópera cômica.

àquilo que é de natureza civil (HOUAISS, 2009). Assim, a contraposição que Roberto Amaral estabelece entre o que deveria ter acontecido (“um espetáculo cívico”) e o que de fato aconteceu na Câmara de deputados (“uma ópera-bufa”) apresenta um posicionamento de valor embebido por ironia frente à situação em que se decidiu pela abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Identifica-se o tom irônico dessa contraposição ao inferir-se que as justificativas dos deputados que se posicionaram pró-*impeachment* sob argumentos que protestavam pela defesa da pátria brasileira, em vez de demonstrarem um ato de defesa da civilidade, apresentaram-se como algo cômico, além do fato de que a situação teria sido orquestrada previamente.

A construção dessa narrativa sobre a votação na Câmara de modo dialogado com outros textos e outras referências não aconteceu de forma aleatória. Ao produzir um enunciado que seja compreensível ao outro, o locutor, posicionando-se valorativamente, ou seja, imprimindo um acento de valor em suas palavras, procura suscitar uma atitude responsivo-ativa nesse outro. Assim, a interação entre o autor e seus possíveis leitores acontece sempre em forma de diálogos.

Na realidade, nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mal, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante. *A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana.* É apenas essa palavra que compreendemos e respondemos, que nos atinge por meio da ideologia ou do cotidiano (VOLÓCHINOV, 2017, p. 181-grifos do autor).

O dialogismo é, portanto, intrínseco à construção dos enunciados, pois todo dizer é perpassado por outros dizeres antecedentes com os quais dialoga. Por isso, para que se possa apreender plenamente o sentido do que o autor posteriormente vai apresentar, é necessária a compreensão das referências extraverbais a que ele faz referência, afinal, todo dizer, de algum modo, recupera (reflete) sentidos de outros dizeres que o antecederam e também projeta (refrata) outros sentidos para dizeres futuros. Nenhum enunciado existe por si só.

Ainda sobre o primeiro parágrafo, observa-se que o autor continua construindo a base para, depois, demonstrar e assegurar que o *impeachment*, considerado por ele como golpe, não tem vínculos e justificativas pertinentes, pois teria sido arranjado por “personagens ridículos”, que não dominam conceitos teóricos da Política e do Direito.

Quadro 2 - Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 2

O espetáculo grotesco oferecido pela Câmara Federal expõe à sociedade quão imperiosa é a reforma, profunda, do sistema eleitoral que a produziu. Mas como esperar que nossos parlamentares livrem a legislação das mazelas e vícios que garantem a reprodução de seus mandatos? Pois essa Câmara abriu o processo de [impeachment](#).

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/revista/898/golpe-e-resistencia>

A partir do início do segundo parágrafo, observa-se a preocupação em inserir a construção de uma narrativa sobre a ilegalidade da abertura do processo de *impeachment* devido à vinculação de deputados como réus de processos e também aos desvios de conduta a eles atrelados. É também somente no segundo parágrafo que o autor faz uma alusão direta ao momento através do uso do termo “*impeachment*”. É a primeira vez que Amaral se refere ao seu objeto diretamente, ainda que a referência já tenha sido apresentada no título, que chama o leitor ao texto. Até esse momento do texto, e continua ainda adiante, apesar da crítica explícita, Roberto Amaral ainda se refere ao que aconteceu à presidente como um *impeachment*.

Por abrigar textos de cunho informativo, é comum que, popularmente, a esfera jornalística seja entendida como propagadora de textos neutros, sem a defesa de um determinado ponto de vista. Porém, apesar disso, estamos nos deparando com um artigo de opinião, gênero jornalístico em que, quando o seu autor assina o texto, ele dialoga, como já vimos, com diversos outros enunciados para, então, esboçar o que (assinará e) chamará de seu. Dessa forma, o sujeito-autor pessoaliza e se responsabiliza, assim, pelo ponto de vista defendido.

Quadro 3 - Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 3

A crise da democracia representativa nacional está exposta à luz do sol e pode atingir o paroxismo, que certamente tomará as vestes de crise institucional, no iminente encontro da desmoralização parlamentar com o exercício da Presidência por [um vice sem legitimidade](#).

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/revista/898/golpe-e-resistencia>

Nesse momento, em uma atitude responsiva-ativa necessária à compreensão dos enunciados, segundo o Círculo de Bakhtin, o leitor poderia se perguntar: por que razão o vice não tem legitimidade se foi eleito no mesmo processo, já mencionado pelo autor, responsável pela eleição da presidente? Como ele não recebeu um só voto se, juntos, o vice e a presidente, formavam a chapa eleita pelos 54,5 milhões de votos?

Para isso, adaptando, mais uma vez, o texto à plataforma eletrônica *on-line*, o autor adiciona um *hiperlink* em “um vice sem legitimidade” que, ao ser clicado, direciona o leitor para uma reportagem sobre a citação do nome do então vice-presidente da República Michel Temer em escândalos de corrupção investigados pela operação Lava Jato.

Aqui, outra vez, o posicionamento deste sujeito-autor se faz bastante claro, pois, ao preparar seu enunciado, claramente conta com uma atitude responsiva de concordância com um auditório que, possivelmente, compartilha desse mesmo ponto de vista. Assim, esse é um dos momentos onde, apesar de a palavra “golpe” ainda não ter sido mencionada no corpo do texto, o acento apreciativo constitutivo do discurso de Roberto Amaral se torna visível, emergirá da materialidade linguística. Dessa forma, apesar de não contar com uma resposta verbal direta (por não se tratar de uma interação face a face), o enunciador pretende, com esse tipo de posicionamento bem marcado (ainda que não justificado pelos fatos jurídicos e legais), contar com a concordância desse auditório; ele estrutura seu enunciado pensando nas possíveis réplicas que o seu enunciado provocará no público a que a revista *CartaCapital* geralmente atende, o público dos que não desejam a efetivação do *impeachment*, e mais, que não desejam de modo algum a substituição da presidente por seu vice.

Ou seja: para a constituição de um enunciado, o enunciador sempre o prepara de acordo com o possível auditório que o receberá. Para isso, ele dotará seu enunciado de um tom emotivo-valorativo, isto é, imprimirá a ele um acento apreciativo, com o objetivo de, para se fazer (bem) compreender, suscitar réplicas, nesse caso, de concordância com o seu dizer. A palavra, muito mais do que determinar algo, expressa a atitude valorativa do sujeito que a utiliza. Assim, nos explica Bakhtin (2010[1920/1924], p. 87) que “[...] viver uma experiência, pensar um pensamento, ou seja, não estar, de modo algum, indiferente a ele, significa antes afirmá-lo de uma maneira emotivo-volitiva.” Portanto, o tom emotivo-valorativo “[...] não é uma construção mecânica ou abstrata. Com o tom emotivo-volitivo indicamos exatamente o momento do meu ser ativo na experiência vivida, o vivenciar da experiência como minha.” (BAKHTIN, 2010[1920/1924]).

Esse conteúdo não cai, de fato, na minha cabeça por acaso, como um meteoro de outro mundo, ficando fechado e impenetrável, sem infiltrar-se no tecido único do meu vivo pensar-experimentar emotivo-volitivo como seu momento essencial. Nenhum conteúdo seria realizado, nenhum pensamento seria realmente pensado, se não se estabelecesse um vínculo essencial entre o conteúdo e o seu tom emotivo-volitivo, isto é, o seu valor realmente afirmado por aquele que pensa. Viver uma experiência, pensar um pensamento, ou seja, não estar, de modo algum, indiferente a ele, significa antes afirmá-lo de uma maneira emotivo-volitiva. (BAKHTIN, 2010[1986], p. 87).

É somente no terceiro parágrafo, após o subtítulo de seção “Pobre política brasileira”, onde surge a primeira menção ao termo “golpe” no corpo do texto:

Quadro 4 – Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 4

Um governo de origem popular, recém-saído de uma refrega eleitoral para cujo desfecho a esquerda foi decisiva, opta pelos entendimentos de cúpula que cevaram as forças que o trairiam na primeira oportunidade. Para agradar ao ‘mercado’, opta por um reajuste fiscal recessivo, afasta-se de suas bases e não conquista a classe dominante, para quem acenava. Essa continuou no comando do **golpe**, do qual o 17 de abril não é nem o ponto de partida nem o ponto de chegada. (grifo nosso)

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/revista/898/golpe-e-resistencia>

Após apresentar toda a depressão econômica, social e política que o *impeachment* promoveria, de acordo com seu ponto de vista, Roberto Amaral se refere diretamente pela primeira vez ao termo “golpe”, enunciado-chave de nossa análise, de modo que o leitor, responsivo-ativo, não terá dúvidas sobre o que esse termo deve retomar. O enunciado “golpe”, nesse momento, dialoga com todo o cenário problemático ora apresentado, revestindo-se, assim, do acento de valor que lhe foi impresso pelo autor durante todo o texto que precede o seu aparecimento para, então, constituir seu sentido, de modo a direcionar o leitor a uma réplica em concordância com o que foi apresentado.

Quadro 5 – Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 5

O processo histórico é, porém, contumaz em pregar peças, e assim ficamos a dever à direita brasileira a reaglutinação das esquerdas e do movimento social, e a virtual unidade, na ação, do movimento sindical. Foi a ameaça da captura do Estado, sem voto, para alterar a agenda de prioridades, projeto da classe dominante brasileira, que reconciliou o governo com as massas, quando essas descobriram que o golpe era mesmo contra elas. isto é, contra os direitos dos trabalhadores, agora em

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/revista/898/golpe-e-resistencia>

Esse trecho traduz perfeitamente o pensamento de Volóchinov (2017[1929]) ao afirmar que, em momentos de crise social, os pensamentos opostos emergem, tornam-se mais visíveis. Portanto, da mesma forma que se deve à direita a aglutinação da esquerda, deve-se também ao enunciado “#*nãovaitergolpe*” as manifestações “*pró-impeachment*” contrárias à sua denominação como sendo um golpe, porque toda palavra, como signo essencialmente ideológico, invoca diferentes pontos de vista.

Na realidade todo o signo ideológico vivo tem [...] duas faces. Toda crítica viva torna-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta *dialética interna* do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. (BAKHTIN/VOLÓCHINOV [1929]2014, p. 48 – grifos do autor)

Por essa razão, a partir do que afirma Bakhtin/Volóchinov ([1929]2014), entendemos como se iniciou essa contraposição de sentidos sobre o termo “golpe”. De um lado, encontram-se, portanto, os sujeitos representados, nas palavras de Roberto Amaral, pelas “esquerdas” e pela mulher que estampa a imagem do início do artigo de opinião CC-1, que, após a abertura do processo de *impeachment*, por meio do uso da *hashtag* “#*nãovaitergolpe*”, situam o enunciado “golpe” em outro momento histórico que o direciona a sentidos outros que ultrapassam significações engessadas e dicionarizadas. Deste modo, observa-se a realização de um novo tema, em termos bakhtinianos, já que o sentido ora trazido pela referida *hashtag* demonstra o uso concreto de uma significação que ultrapassa o que, até então, poderia se configurar como golpe no âmbito político, já que este se relacionava a “golpe militar”. De outro lado, conseqüentemente, estariam, para o sujeito-jornalista, os que tentam “[...] estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia” (BAKHTIN/VOLÓCHINOV [1929]2014, p. 48), de modo a realizar a manutenção do tema “golpe militar”, que remonta o ano de 1964, no Brasil, mas que não atende ao que aconteceu em 2016.

Somente no antepenúltimo parágrafo, pela primeira vez, encontra-se a relação explícita entre o golpe desacompanhado de adjetivações ao tema “golpe de Estado”, que, até antes de acontecer o fenômeno em 2016, direcionava este sentido do termo, tornando-o, assim, uma significação estável à qual geralmente se remete quando surge a palavra “golpe” em contextos que a relacionem à política.

Quadro 6 - Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 6

A iminência do golpe de Estado, operado a partir das entranhas do Estado, por setores do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e do Judiciário, mas articulado de fora pelas forças de sempre (o monopólio ideológico dos meios de comunicação liderados pelo sistema Globo), ensejou às esquerdas, como mecanismo de defesa que logo se transformou em instrumento de luta, a unidade na ação, de que resultou a Frente Brasil Popular e com ela a unificação dos

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/revista/898/golpe-e-resistencia>

Porém, como os enunciados não têm seus sentidos engessados, pois são construídos pela interação verbal entre os sujeitos que trazem à enunciação valores ideológicos (esferas ideológicas – política, ciência, filosofia etc. – axiologia), um novo sentido emerge ao friccionar a história e os valores sócio-político-culturais dos sujeitos aos sentidos estabilizados, tudo isso durante a situação enunciativa.

Quadro 7 - Artigo de opinião CC-1 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 7

A consigna “Não vai ter golpe, vai ter luta”, que em outras palavras significa a retomada, pela esquerda, da questão democrática, e a decisão pelo enfrentamento, tanto funcionou como discurso aglutinador quanto orientou a ação. Nas ruas, as massas redescobriram sua força, e não pretendem refluir. O movimento social, assim, está na fronteira de um salto de qualidade que lhe permitirá caminhar da defesa da legalidade e da democracia para as eleições e a construção de um novo tipo de sociedade. Golpeadas pela farsa do impeachment, as esquerdas se preparam para unir a luta parlamentar à luta nas ruas. **Golpeadas pela farsa do impeachment,**

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/revista/898/golpe-e-resistencia>

Aqui, o sujeito autor faz uma derivação do termo “golpe” de modo a transformá-lo em um adjetivo (predicativo do sujeito “as esquerdas”). Nesse momento, observa-se o jogo com outras significações estáveis para o termo, como a menção a um golpe físico, um ato de violência física em que alguém realiza a ação de golpear, tomar, agredir o outro. Esse outro, nesse caso, o sujeito “passivo” é personificado pelo autor como sendo “as esquerdas”.

A utilização do enunciado “golpe”, nesse momento do texto em que Roberto Amaral estabelece relação com uma significação estabilizada, dicionarizada, que funciona como um signo dicionarizado, pronto para ser usado, brinca com possíveis significações que seus

opositores atribuem ao termo “golpe”. Esse pensamento encontra eco nas palavras de Volóchinov ([1929]2017) quando diz que:

A significação é um efeito da interação entre o falante e o ouvinte no material de um dado conjunto sonoro. É uma faísca elétrica surgida apenas durante o contato de dois polos opostos. Quem ignora o tema, acessível apenas a uma compreensão ativa e responsiva, e tenta, na definição da significação da palavra, aproximar-se ao seu limite inferior, estável e idêntico, na verdade quer acender uma lâmpada desligando-a da corrente elétrica. Apenas a corrente da comunicação discursiva atribui à palavra a luz da sua significação.(grifos do autor – p.232 – 233)

Nesse sentido, entende-se que, considerar, no contexto do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, a impossibilidade de atribuição de sentidos ao termo “golpe”, a partir do jogo de sentidos e pelo acento apreciativo do CC – 1, representa uma atitude de rejeição à capacidade sógnica plural que constitui a essência das palavras, pois demonstra a tentativa de manter estável aquilo a que se pode aceder somente pela atitude responsiva do outro, em um determinado momento histórico, que é o tema.

Apesar de tudo isso, não se pode prescindir de considerar todo o contexto extraverbal que opera para a recuperação do termo “golpe” pelo grupo considerado no texto como “as esquerdas”, pois o enunciado se reveste de sentido e é determinado essencialmente pelas condições extraverbais em detrimento do mero uso da palavra em sentido estritamente linguístico. Por isso, é imprescindível, para a compreensão da constituição dos sentidos atribuídos ao referido termo, que se considere o porquê desse grupo fazer uso de “golpe”, em 2016.

Para Volóchinov ([1929]2017),

A comunicação discursiva nunca poderá ser compreendida nem explicada fora dessa ligação com a situação concreta. A comunicação verbal está diretamente relacionada às comunicações de outros tipos, por terem surgido no terreno comum da comunicação produtiva. Obviamente, não se pode separar a palavra dessa comunicação unificada em eterna formação. Nessa sua relação concreta com a situação, a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não discursivo [...], dos quais ela é frequentemente apenas um complemento, desempenhando um mero papel auxiliar. (grifos do autor – p.220)

Assim, não é possível apreender os sentidos de um enunciado sem que se considere o seu vínculo com a situação concreta em que ele se produz. Para melhor entender todo o contexto de produção do enunciado, é preciso recorrer à ótica daqueles que defendem o acontecimento social *impeachment* como golpe a elementos como: (1) os interesses políticos que estariam motivando a relação do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, com a abertura do processo de *impeachment*; (2) a presença de nomes de políticos (deputados e senadores, responsáveis pela

condução do processo) envolvidos na aprovação da abertura do processo de *impeachment* em escândalos de corrupção; (3) o fato de que Dilma Rousseff não era ré em nenhum processo, tampouco era investigada pela operação Lava Jato; (4) as chamadas “pedaladas fiscais” (uso de dinheiro da Caixa Econômica para fechar as contas e depois devolver o dinheiro no ano seguinte) e (6) a não aceitação de uma troca de governantes que não acontecesse pelo voto direto da população.

4.1.2 Análise do artigo de opinião CC-2 – “Tem cara de legal e tem jeito de legal, mas não passa de um golpe”

Em 19 de abril de 2016, dois dias após a decisão da Câmara de Deputados pelo prosseguimento do processo de *impeachment* da então presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff, Gilberto Maringoni publicou no site da revista *CartaCapital* o artigo de opinião intitulado “Tem cara de legal e tem jeito de legal, mas não passa de um golpe”.

Diferentemente do primeiro artigo de opinião analisado (CC1 – Golpe e resistência), em que o termo objeto de nossa análise aparece somente na metade do texto, neste, a palavra “golpe” aparece prontamente no título do artigo.

Figura 2 – Título do CC-2 veiculado pela revista *CartaCapital*



Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tem-cara-de-legal-e-tem-jeito-de-legal-mas-nao-passa-de-um-golpe>

A oração que apresenta a primeira referência ao termo “golpe” inicia-se pela conjunção coordenativa adversativa “mas”, logo após uma oração que apresenta um jogo semântico entre o sentido coloquial e jurídico do termo “legal”. Devido a essa estrutura sintática/construção frasal (jogo de sentidos para o termo “legal”) prévia ao surgimento do termo “golpe”, o trecho que segue (“mas não passa de um golpe”) invalida possíveis argumentos que poderiam ser usados por quem se posicionou a favor do *impeachment*: argumentos embasados pelas leis (“legal” no âmbito jurídico), assim como pela aceitação popular (uso cotidiano/coloquial do termo “legal”, como uma gíria). Ou seja, apesar dessas possíveis aprovações a que a palavra “legal” pode induzir, a impossibilidade de aceitação de que tenha havido um *impeachment* é marcada pela omissão desta palavra enquanto o termo “golpe” é explicitado como única denominação possível para o fato/situação – o termo “*impeachment*” sequer é mencionado.

Quadro 8 – Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 1

Pronto. A **Câmara consumou o golpe paraguaio ou hondurenho**, a depender do gosto do distinto freguês. Não mais tanques e tropas em torno do Palácio, mas um cipoal confuso de acusações à mandatária, embasado em exíveis leituras da Constituição. Não mais “vivandeiras alvoroçadas que vão aos bivaques bulir com os granadeiros e provocar extravagâncias do Poder Militar”, como dizia o ex-ditador Humberto Castello Branco (1897-1967). Vivandeiras preferem **agora** bulir com financistas e juízes, tudo sob manto legal e afiançado

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tem-cara-de-legal-e-tem-jeito-de-legal-mas-nao-passa-de-um-golpe>

Maringoni inicia o seu texto com apenas uma palavra: “Pronto”. Obviamente, este enunciado funciona como uma resposta a outro enunciado, dialoga com outra voz, por enquanto, pressuposta. Porém, além disso, “Pronto” também atribui a ideia de que já está feito, realizado, encerrado; oferece, portanto, diálogo com situações e falas cotidianas. Detalhe importante para desencobrir as vozes que dialogam para a composição dos sentidos pretendidos pelo autor é o fato de que o referido texto do CC-2 foi publicado dois dias após a abertura do processo de *impeachment*. Por isso, o enunciado que inicia o texto funciona como uma resposta do autor a outros enunciados, refere-se, portanto, a outros textos que também versaram ou trouxeram como mote discursivo-argumentativo a decisão da Câmara dos deputados pela abertura do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. Percebe-se, portanto, a

presença de diálogo retórico com o público, pressupondo aceitação e interação do e com esse público leitor.

A partir daqui, Maringoni começa a estabelecer uma comparação entre os golpes que aconteceram no Paraguai ou em Honduras e o que, para ele, então também acontecera no Brasil na ocasião da deposição da presidente Dilma Rousseff. Isso demonstra que o sentido está na interação entre os sujeitos com os contextos sociais, visto que a retomada do termo “golpe”, com base em situações com as quais o autor vê semelhança com a que ele mesmo a utiliza, é o que ele utilizará para dar validade ao uso do termo. Assim, fica claro como os sentidos são constituídos a partir das vivências sociais, são os contextos que fazem surgir as diferentes significações, pois, segundo Volóchinov (2017, p. 217):

A estrutura do enunciado, bem como da própria vivência expressa, é uma *estrutura social*. O acabamento estilístico do enunciado – o acabamento social e o próprio fluxo discursivo dos enunciados que de fato representa a realidade da língua – é um fluxo social. Cada gota nele é social, assim como toda a dinâmica da sua formação. (grifos do autor)

O *hiperlink* sobre o trecho “Câmara consumou o golpe paraguaio ou hondurenho” direciona o leitor a outro texto que fala sobre a aprovação da abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, de modo a considerar a ação como manobra política que teve como principal responsável o então deputado federal e presidente da Câmara, Eduardo Cunha, devido à famigerada disputa que ele estabelecia com o Partido dos Trabalhadores. Além disso, a presença desse recurso demonstra um tipo de dialogismo mostrado que conta, para efetivar o sentido, com a interação do leitor, que precisará aceder ao texto indicado no *hiperlink* a fim de melhor compreender os sentidos pretendidos pelo autor.

Após a comparação com situações que aconteceram nos outros dois mencionados golpes ao que ora acontecera no Brasil, o autor atualiza um famoso pensamento do marechal Castello Branco, primeiro presidente do regime militar no Brasil. A referida citação é atualizada para que caiba no atual contexto, de modo que se relacionam, mais uma vez, o contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff à situação em que aconteceu o golpe militar de 1964, sendo esse paralelismo de ideias, portanto, mais um recurso discursivo para validar a denominação do *impeachment* de Rousseff como sendo, de fato, um golpe, e não simplesmente um *impeachment* “legal”.

A utilização dessa citação direta demonstra o uso de mais um recurso que torna claro como os sentidos dos enunciados se constroem a partir do dialogismo, nesse caso, mostrado

(MOIRAND, 2001). Aqui, o autor se utiliza da citação com o objetivo de ironizar³², além do próprio enunciado de um ex-presidente do período da ditadura militar, também o período do qual ele foi um de um dos ícones e principais articuladores: o Golpe Militar de 1964.

A compreensão desse trecho pelo leitor conta com a “memória interdiscursiva” (MOIRAND, 2007) para estabelecer diálogo com o “antes” e o “agora” (termo explícito no texto). As palavras fazem alusão a outro momento, por trazerem, apesar da palavra “golpe” só ter aparecido no título, a memória do Golpe militar, especificamente. Nesse ponto, o autor demonstra também que sua construção narrativa para versar sobre a efetivação de um “golpe” ao governo de Dilma Rousseff apresentará, como ferramenta de argumentação, a referência ao tema “Golpe militar”.

Nesse ponto, ao fazer referência ao pensamento de um presidente do regime militar no Brasil, Marangoni aproxima o sentido da palavra “golpe” no contexto da destituição de Dilma Rousseff ao período em que aconteceu o golpe militar. Desse modo, utilizando-se do advérbio “agora” e apesar da ocultação do adjetivo “militar”, o autor demonstra uma contraposição em relação ao tema “golpe militar”. A metáfora de Castello Branco atualizada, ironicamente, por Marangoni, oferece-nos a interpretação de que, diferentemente do golpe encabeçado pelos militares, em 1964, desta vez, em 2016, o golpe recebe agora o respaldo de autoridades jurídicas.

Verifica-se que, apesar da adoção de um posicionamento por vezes diferentes da narrativa construída por Amaral, no CC-1, Marangoni demonstra também algumas aproximações, visto que ambos foram publicados pelo mesmo veículo midiático, a revista *CartaCapital*. Assim, percebe-se que, apesar dessas divergências, os sentidos para o termo “golpe” no CC-1 e no CC-2 contribuem para constituição de um novo tema, que o afasta daquele estabilizado (golpe militar) por ambos os artigos de opinião da revista *Veja* também por nós analisados.

³² A ironia é uma figura de linguagem bastante usada em textos como exemplo de uso do dialogismo constitutivo, pois a compreensão desse fenômeno demanda a atenção minuciosa do leitor (CUNHA, 2002; MOIRAND, 2001). Nesse caso, especificamente, percebe-se que tal recurso foi utilizado por meio da citação direta, recurso através do qual se pode estabelecer o dialogismo mostrado com outros enunciados.

Quadro 9 – Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 2

O governo será – em poucas semanas – tomado de assalto pelo que há de mais apodrecido e corrupto na política brasileira. Setores sem voto e sem qualquer condição de alcançar o poder pela escolha popular se aboletarão no Planalto, na esplanada e nas estatais e darão prosseguimento a uma versão *hard* da cartilha que Dilma Rousseff já vinha adotando desde que jogou no lixo suas

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tem-cara-de-legal-e-tem-jeito-de-legal-mas-nao-passa-de-um-golpe>

Mais uma vez, o autor explicita seu posicionamento de desacordo quanto às medidas adotadas por Dilma. Apesar disso, ele mantém o argumento de que, sim, houve um golpe que precisa ser combatido. Esse quarto parágrafo retoma e coopera para a manutenção de um discurso político construído sobre a imagem da presidente Dilma Rousseff ao utilizar, de forma marcada, em itálico, o termo em inglês “*hard*”. Apesar da referência a esta imagem “*hard*”, isto é, sisuda, séria, independentemente de sua discordância quanto à conduta adotada por Dilma em seu segundo mandato (informação assegurada pela referência ao adversário da presidente no processo eleitoral de 2014), o autor reafirma seu posicionamento, seu ponto de vista, isto é, a entonação expressiva de seu enunciado: o que aconteceu em 2016 foi, para Maringoni, de fato, um golpe.

Por e apesar de tudo isso ora denunciado, à continuação, o sujeito-autor afirma:

Quadro 10 – Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 3

É preciso denunciar o golpe para avançar. Tão real quanto essa assertiva, é forçoso dizer: sem apontar opções e erros cometidos, não se avançará. Não se trata de ir atrás de culpados, mas de saber que a responsabilidade pelos 7 a 1 não é dos alemães, mas de nosso próprio time.

O PT construiu, ao longo dos últimos 14 anos, um mito. O de que é possível mudar o Brasil sem conflitos ou rupturas.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tem-cara-de-legal-e-tem-jeito-de-legal-mas-nao-passa-de-um-golpe>

Outra vez, ao fazer uso da inserção de outras vozes por meio do dialogismo constitutivo (MOIRAND, 2001), o autor alude ao episódio em que a Seleção Brasileira de Futebol masculino perdeu por 7 a 1 para a Seleção da Alemanha, na Copa do Mundo FIFA de 2014, para, em analogia, sugerir que a culpa é dos próprios brasileiros e que o golpe não trará avanços.

O artigo CC-2 se divide em cinco subseções que recebem subtítulos diversos, que são: Austeridade, Estelionato estatal, O avanço da direita, O golpe e Desobediência.

Obviamente, a quarta subseção, denominada “O golpe”, ofereceu-nos a possibilidade de lidar com um maior arcabouço discursivo para o desenvolvimento da nossa análise, sendo este o principal motivo que nos levou à escolha deste artigo de opinião para a composição do corpus de análise desta pesquisa. Por esse motivo, nos detivemos em analisar esta quarta seção com maior detalhe em detrimento das demais.

As subseções que a esta se antecipam apresentam elementos argumentativos para servir como base de convencimento para a construção da narrativa de Maringoni que direciona o leitor à crença de que a destituição de Dilma Rousseff do poder configura-se, sim, como um golpe que, assim como a disposição das informações do seu artigo de opinião (CC-2), foi precedido por determinadas situações, entre as quais, pode-se citar, a austeridade, o estelionato estatal e o avanço da direita: subtítulos (do artigo) e situações (do contexto prévio ao golpe de 2016, segundo a visão sustentada por Maringoni) prévias ao acontecimento golpe, no texto e no contexto político.

Quadro 11 – Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 4

Austeridade

Não haverá mudanças de rumo num governo Michel Temer. Elas serão de ritmo e de intensidade. Nas condições atuais, isso fará grande diferença.
O que era o programa de Aécio, que Dilma escolheu para governar? Em rápidas palavras, fazia uma leitura de que os crescentes déficits orçamentários teriam de ser solucionados com um tratamento de choque. Haveria um descontrole inflacionário e a receita teria de ser uma trombada ortodoxa. Isso implicaria realismo tarifário nos preços administrados, austeridade orçamentária, elevação dos juros e toda a bula de manual neoclássico.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tem-cara-de-legal-e-tem-jeito-de-legal-mas-nao-passa-de-um-golpe>

Austeridade, qualidade daquilo que é severo, rígido (HOUAISS, 2009). Segundo texto também publicado pela *CartaCapital*³³, na economia, austeridade se refere àquele “que não poupa para o futuro, que se endivida para financiar caprichos de consumo ou noitadas com jogos e bebidas”.

Maringoni afirma que Temer, como presidente interino após a derrocada de Dilma Rousseff, manterá o rumo do governo de sua antecessora, mas modificará o ritmo e a intensidade. Com isso e a discussão que se desenvolve ao longo desta subseção (Austeridade), o autor demonstra que, provavelmente, as mesmas alternativas para a crise econômica por que o Brasil passava à época da decisão pelo *impeachment* seriam utilizadas por Dilma ou por seu diametral opositor, Aécio Neves, assim como também o faria Michel Temer, após assumir o poder. Essas medidas seriam (e foram, para Maringoni) tomadas por qualquer um que estivesse à frente do poder Executivo, o que se demonstra nos seguintes excertos.

Quadro 12 – Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 5

Através dele, realinhou-se o câmbio, reduziu-se a atividade econômica, derrubou-se o PIB, privatizou-se mais de vinte estatais – em especial do setor elétrico – aumentou-se o desemprego (era uma das molas mestras para se reduzir salários) e agravaram-se conflitos sociais. Tudo era perfeitamente previsível, ainda mais em meio à maior crise capitalista planetária das últimas oito décadas.

Curiosamente, cumpria-se ali a máxima neoliberal: *não há alternativas*. Situação e oposição têm o mesmo diagnóstico e remédio. Ou, no senso comum lulista, todos podem se sentar em torno de uma mesa e chegar a um consenso sobre o melhor para o País.

Há um problema nesse raciocínio: ele pode ser executado, mas não pode ser dito. Durante a eleição, tornou-se para a campanha petista o programa que não ousa dizer o nome, para usar a terminologia de Oscar Wilde para o amor entre homens.

Aécio e Dilma tinham em mente o mesmo ajuste. Ele anunciava como medidas salvacionistas. Ela executou tal possibilidade.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tem-cara-de-legal-e-tem-jeito-de-legal-mas-nao-passa-de-um-golpe>

³³ <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-a-austeridade-e-por-que-os-neoliberais-a-defendem>

Portanto, não haveria diferenças entre a solução para as dificuldades econômicas pelas quais o Brasil ora passava, pois, de acordo com o autor do CC-2, tanto o objetivo de Dilma como o de seu concorrente direto nas eleições para a Presidência da República eram implementar medidas austeras, com uma diferença, porém: enquanto ele as anunciou durante a corrida eleitoral, elas as rechaçou. Apesar disso, ambos atenderiam à máxima neoliberal de que “não há alternativas”, segundo Maringoni.

A partir da segunda subseção – Estelionato eleitoral –, o autor começará a apresentar o contexto que provocou a retirada de Dilma Rousseff da presidência do Brasil ou, para ele, o golpe. A perda de apoio popular ocasionada por medidas econômicas antipopulares afastou Dilma de seus eleitores e, conseqüentemente, tornou possível a aproximação das forças da direita.

Quadro 13 – Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 6

O golpe

É nesse quadro que aparece o atalho do impeachment para dar o golpe que não ousa dizer o nome. É bulindo com juízes carreiristas, instrumentalizando a Polícia Federal – diante da omissão governamental – e usando à larga os meios de comunicação (financiados e prestigiados pela administração federal) que se chega ao resultado de 367 a 137 na Câmara. (grifos do autor)

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tem-cara-de-legal-e-tem-jeito-de-legal-mas-nao-passa-de-um-golpe>

Ao usar a informação que aparece em *hiperlink* no **quadro 13**, dentro de uma subseção que, pelo título, já adianta ao leitor que versará sobre o acontecimento discursivo “golpe”, o autor começa a aproximar a significação, artefato através do qual o tema – que é dependente do momento histórico e precisa se apoiar em uma significação estável para ter sentido – se realiza, se materializa (VOLÓCHINOV, 2017, p. 229), até então utilizada de uma nova, agora, não mais amparada pelas forças militares, que levou à estabilização do tema “Golpe militar”. Agora, o tema da palavra “golpe” encontra apoio da adjetivação político-midiática, pois, além de acontecer em contexto político (como o “golpe militar”), acontece pela influência dos meios de comunicação que, segundo o autor, e já assentado neste trabalho por Lage (2014), Corten (1999) Piovezani Filho (2003) pertencem e são influenciados pela “administração federal”, a qual podemos entender como a nova burguesia, atualização das classes dominantes, com seu objetivo de, por meio dos instrumentos de poder, nesse caso, a mídia – que, como já vimos, é

um dos mais poderosos e efetivos –, assegurar a manutenção da dominação das classes dominantes.

Quadro 14 – Artigo de opinião CC-2 veiculado pela revista *CartaCapital* – Trecho 7

O golpe não veio de fora da coalizão governamental, mas de seu interior. Não foi um embate clássico situação versus oposição, mas a expressão clara do esgotamento do pacto. Não foi um golpe em uma noite de verão. Foi meticulosamente construído pelos dois lados.

A noite de 17 de abril de 2016 entrará para a história como uma infâmia. O rebotinho da política esgançou-se ao microfone para agradecer à Deus, à família (e à propriedade, poderíamos dizer) e chancelou um tapetão institucional na democracia brasileira.

O problema desta não é o fato de ser jovem e tenra. É o fato de ser uma democracia de classe, num país de

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tem-cara-de-legal-e-tem-jeito-de-legal-mas-nao-passa-de-um-golpe>

Nesse trecho, observa-se que há, de fato, a reacentuação apreciativa (CUNHA, 2009) da palavra “golpe” em função da comparação com golpe militar a fim de diferenciar o de 1964 do de 2016, já que o primeiro foi resultado de divergências políticas que vieram de fora do governo em voga, ou seja, foi um “embate clássico situação versus oposição”. Assim, o tema “golpe militar” não mais abriga a significação que Maringoni apresenta no CC-2, antes, percebe-se claramente o surgimento de outro tema, pois, agora, em 2016, as condições históricas e sociais marcadas divergem das anteriores de 1964.

A significação objetual é formada pela avaliação, pois é ela que determina a inserção dessa significação objetual tanto no horizonte mais próximo quanto no mais amplo dos falantes desse grupo social. Além disso, a avaliação possui um papel criativo nas mudanças das significações. Na verdade, a mudança da significação sempre é uma *revalidação*: a transferência da palavra de um contexto valorativo para outro. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 236 – grifos do autor)

Portanto, antes, o evento político se deu pela força militar; agora, pela influência midiática. Ambos, porém, só podem ter seus sentidos apreendidos se se considera a enunciação, ou seja, não podem ter seus sentidos engessados em dicionários, pois abrigam um fenômeno histórico e social, não são meramente significados potenciais, passíveis de serem “secamente”

dicionarizadas, que é o constitui, segundo Volóchinov (2017), o tema e, assim, o diferencia das significações.

A fim de melhor compreendermos como aconteceu a disputa e consequente manutenção ou progressão de sentidos para o termo “golpe”, analisamos, a seguir, artigos de opinião da revista *Veja*, popularmente conhecida por adotar um posicionamento diametralmente oposto àquele assumido pela revista *CartaCapital*, o que nos ajudará a enxergar com maior clareza os diferentes sentidos relacionados à palavra “golpe” na mídia brasileira.

4.2 OS SENTIDOS DA PALAVRA “GOLPE” NA REVISTA VEJA

A outra parte do corpus é composta por dois outros artigos de opinião, desta vez do site da *Veja*, da editora Abril, a maior revista com tiragem semanal em circulação no Brasil e a segunda no mundo³⁴, perdendo apenas para a *Time*, revista americana na qual também trabalhou Roberto Civita, fundador da *Veja*. Os artigos de opinião datam do mesmo recorte temporal dos outros dois da *CartaCapital* e essa escolha se deve ao nosso objetivo de analisar, utilizando as categorias da teoria bakhtiniana *tema, significação e acento apreciativo*, sentidos diversos do termo “golpe” na mídia brasileira. O primeiro artigo de opinião da revista *Veja* analisado foi publicado no dia 16 de março de 2016, um dia antes da votação sobre a abertura do processo de *impeachment* pela Câmara dos Deputados e se chama “Mito: ‘impeachment é golpe’”, assinado por Leandro Narloch, enquanto o segundo se chama “Em 31 de março de 1964, chamaram golpe de revolução; em 31 de março de 2016, chamaram revolução de golpe” e foi publicado por Reinaldo Azevedo em 1 de abril de 2016.

Assim como a *CartaCapital*, a revista *Veja* é uma das revistas mais importantes e influentes do Brasil e tem acumulado participações decisivas em vários momentos da história do Brasil, tais como no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo³⁵, em 1992, e nos esquemas de corrupção envolvendo a petrolífera nacional, a Petrobrás³⁶, em 2014.

³⁴ **Fonte:** <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja>

³⁵ Em maio de 1992, a revista *Veja* trouxe, como matéria de capa, a foto do irmão do então presidente Fernando Collor de Mello com o título: “Pedro Collor conta tudo”. Nessa reportagem, Pedro fez revelações sobre o governo do irmão que, para alguns, podem ter sido decisivas para o início do processo que levaria Fernando Collor ao *impeachment*.

³⁶ Especialmente a edição 2397, publicada antecipadamente (em 29 de outubro de 2014), às vésperas das eleições de 2014, onde, em matéria de capa, a revista *Veja* afirma que Lula e Dilma sabiam dos escândalos que envolviam a Petrobrás.

Utilizando-se de um tom emotivo-valorativo contrário ao apresentado pela *CartaCapital*, a *Veja* direciona suas abordagens políticas a uma tendência mais próxima ao liberalismo político ou à direta, por veicular temáticas e visões relacionadas às liberdades individuais em detrimento da coletividade. Nas palavras do próprio fundador, Roberto Civita, no site das publicações da editora Abril³⁷, o objetivo é:

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.

Na mesma página, em continuação, segue um texto no qual se podem encontrar os princípios, objetivos e a forma através da qual o acento valorativo que rege e dá o tom emotivo-valorativo dos textos veiculados pela *Veja* se constrói:

Mais do que descrever os fatos, VEJA faz jornalismo por meio da busca da informação inédita e da reflexão original, **com o compromisso de filtrar, avaliar e interpretar o noticiário**. Através de uma linguagem direta, o conteúdo de VEJA busca informar, esclarecer, entreter, gerar reflexão, enriquecer a vida pessoal e profissional do leitor e ampliar sua compreensão do Brasil e do mundo. **Os jornalistas de VEJA não se limitam ao conforto da imparcialidade e travam diariamente um debate intelectual com seus leitores**, caracterizando uma marca sólida assentada em uma maneira de ver o mundo. Como resultado, VEJA tem um perfil de leitores fidelizados com mais confiança, segurança, clareza e poder a partir do conhecimento.(grifos nossos)

Ou seja, ao dizer que o compromisso da *Veja* é o de “[...] filtrar, avaliar e interpretar o noticiário”, entende-se que este sujeito-jornalista não tem o objetivo de levar as notícias para as pessoas de forma neutra, diferentemente, portanto, de muitos veículos da mídia que ainda insistem em afirmar que o objetivo do jornalismo é traduzir a verdade, é contar os fatos de forma real, tal qual aconteceram. Porém, como preceitua Volóchinov ([1929]2017), a construção da realidade, da verdade depende, sobretudo, dos valores axiológicos que contribuem para a atribuição de determinados sentidos às palavras:

³⁷ O texto pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impressa>

O grau de consciência, de clareza e de constituição da vivência está proporcionalmente relacionado à orientação social.

De fato, mesmo uma tomada de consciência simples e imprecisa pode ser expressa para fora sem uma forma ideológica. Toda tomada de consciência precisa do discurso interior, da entonação interior e do estilo interior embrionário, uma vez que é possível tomar consciência da própria fome de modo suplicante, aflito, irritado, inconformado. [...] Na maioria dos casos, a expressão exterior apenas continua e esclarece a orientação do discurso interior e as entonações contidas nela.

O sentido da entonação da sensação interior de fome dependerá tanto da situação mais próxima da vivência quanto da posição social geral daquele que passa fome. Com efeito, essas condições determinarão qual será o contexto valorativo e o horizonte social em que a experiência da fome será concebida. (p.207)

A realidade e a verdade não podem, portanto, ser entendidas de forma singular, já que sua construção e constituição são resultado da visão de mundo, e mais, dos pontos de vista de cada sujeito que enuncia. Também por essa razão, a neutralidade é um elemento inexistente na constituição de todo e qualquer enunciado, seja ele jornalístico ou não.

4.2.1 Análise do artigo de opinião V1 – “Mito: *‘impeachment é golpe’*”

Sobre o primeiro dos artigos de opinião analisados – “Mito: *‘impeachment é golpe’*” –, observa-se já no título a remissão a um discurso de outrem citado entre aspas. Como sabemos, os sentidos dos enunciados dependem dos elementos extraverbais que o determinam, e não do que o representa como signo meramente linguístico. Além disso, considerando que o enunciado analisado faz parte de um artigo de opinião, gênero explicitamente opinativo, para uma melhor compreensão da capacidade plural do enunciado, é importante entender quem é esse sujeito-autor. Em sua apresentação enquanto era colunista do site da revista *Veja*, o jornalista Leandro Narloch é denominado de “O Caçador de Mitos”. Por isso a menção ao enunciado “*impeachment é golpe*” entre aspas, mencionando um enunciado do qual ele, como sujeito-autor, discorda e sobre o qual escreverá o texto que vem à continuação, em que tece argumentos com o intuito de desmistificar essa afirmação.

A seguir, ainda no subtítulo, Leandro Narloch dialoga diretamente com textos de outros jornalistas que, segundo ele, têm contribuído para a matização do termo “golpe” no contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff:

Figura 3 - Título e subtítulo do Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista *Veja*



veja

Diálogos vazados Previdência Radar Páginas Amarelas Revista

LEANDRO NARLOCH
Caçador de Mitos
Uma visão politicamente incorreta da história, ciência e economia

SIGA

Mito: “impeachment é golpe”

Não é de hoje que presidentes apelam para a ideia de golpe ao se defenderem do processo de impeachment. A surpresa é ver jornalistas de grandes portais reproduzindo essa bobagem

Por **Leandro Narloch**
9 fev 2017, 11h40 - Publicado em 13 mar 2016, 12h07

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/mito-8220-impeachment-e-golpe-8221/>

Essa crítica ao fazer jornalístico demonstra o que muitas vezes, em textos sobre ter havido ou não um golpe, surge a responsabilidade da mídia como determinante para a realização desse golpe. Esse processo sócio parece acontecer de modo a atribuir a esse possível golpe de 2016 adjetivações que o diferenciam do “golpe de estado” ou do “golpe militar”, para significar como, por exemplo, “golpe político-midiático” ou “golpe-político-jurídico-midiático”. Ou seja, apesar de desconsiderar a vinculação do termo ao evento *impeachment*, Narloch demonstra que percebe haver uma movimentação da mídia na articulação da construção desse fato social.

Finalmente, o texto se inicia e, claro, com uma outra referência ao diálogo que estabelece com o discurso sobre a palavra “golpe” a que se opõe:

Quadro 15 - Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista *Veja* – Trecho 1

Não. Impeachment é impeachment.
Golpe é golpe.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/mito-8220-impeachment-e-golpe-8221/>

Lembramos do que Possenti chama, no artigo *Diferenças condensadas em palavras* (2016), de **significado prototípico**, isto é:

[...] há golpes prototípicos e golpes não prototípicos (ou mais e menos prototípicos), ou seja, que se trata de um conceito vago e historicamente cambiante. Desde Catarina de Médicis até os recentes episódios eventualmente considerados golpes (Paraguai, Honduras e mesmo o atual processo de impeachment de Dilma), diversos tipos de golpe ocorreram. Provavelmente, tende-se a considerar que um golpe prototípico é promovido por militares, envolve alguma violência, quebra de aspectos da Constituição, censura e eliminação de alguns direitos básicos, como o de reunião e de livre manifestação. (p. 1087)

O autor evidencia que a estabilização de um sentido para “golpe” em 2016, ainda que não apareça seguido por adjetivação (“golpe militar”), demonstra a adoção de um acento de valor, tanto dos que se posicionam a favor como dos que estão contra o *impeachment*. O fato de ocultar o adjetivo já se configura, de acordo com Possenti (2016), como um posicionamento. Por isso, essas e “Outras expressões podem apresentar os mesmos ‘problemas’, isto é, serem armas de luta ou objeto de disputa”. (p. 1080)

Quadro 16 - Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista *Veja* – Trecho 2

Golpistas fecham o Congresso e perseguem deputados. O impeachment é decidido pelos deputados

Fonte:

<https://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/mito-8220-impeachment-e-golpe-8221/>

Narloch faz remissão, portanto, a um sentido para o termo “golpe” de forma estabilizada, “prototipada”, contando com outros sentidos historicamente já utilizados, tomando a palavra, assim, como se fosse um termo que se relaciona apenas a um possível sentido. Esse entendimento desconsidera o que o Círculo de Bakhtin entende como essencialmente constitutivo do enunciado, que é o fato de considerar, para a constituição dos sentidos, os elementos extraverbais que desembocam na construção do signo ideológico, tais como os valores ideológicos e sociais que modificam tanto o homem quanto a história, que o constitui e, conseqüentemente, também é determinante na construção da enunciação através da qual esse homem se comunica. Nesse sentido, diz Bakhtin (1998):

Cada enunciação concreta do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação seja das forças centrípetas, como das centrífugas. Os processos de centralização e descentralização, de unificação e desunificação cruzam-se nesta enunciação, e ela basta não apenas à língua, como encarnação discursiva individualizada, mas também ao plurilinguismo, tornando-se seu participante. Esta participação ativa de cada enunciação define para o plurilinguismo vivo o seu aspecto linguístico e o estilo da enunciação, não em menor grau do que sua pertença ao sistema normativo-centralizante da língua única. Cada enunciação que participa de uma ‘língua única’ (das forças centrípetas e das tendências) pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilinguismo social e histórico (às forças centrífugas e estratificadoras). (p. 82)

As forças centrípetas representam, portanto, o movimento de estabilização, seu objetivo é instaurar significações-padrão, “prototipadas”; é justamente o que faz Narloch durante a construção do seu texto ao atribuir à palavra “golpe” somente significações já estabilizadas. Já as forças centrífugas, diz Bakhtin (1998), cooperam para a ruptura e ampliação das possibilidades de significar, de modo a possibilitar à palavra a capacidade de, junto com a história e os acontecimentos sociais, potencializar e clamar sempre por sentidos outros.

As duas forças, centrípeta e centrífuga, juntas, contribuem, portanto, para a construção dos sentidos que se fazem no social.

Quadro 17 – Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista *Veja* – Trecho 3

Golpistas atropelam a Constituição. O impeachment é previsto na Constituição e está sendo conduzido com o aval do STF. a nossa

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/mito-8220-impeachment-e-golpe-8221/>

O primeiro período do enunciado anterior é um caso de como o mesmo enunciado pode significar de formas diferentes e, até, contrárias, a depender de quem o enuncia, onde e para quem, pois também quem afirma que houve, em vez de *impeachment*, um golpe, poderia fazer uso desse mesmo enunciado sob a justificativa de que a Constituição foi atropelada no tocante à ausência de crimes comprovadamente realizados pela presidente Dilma Rousseff. Portanto, fica clara a importância do acento apreciativo para a constituição e determinação dos sentidos dos enunciados, pois sem ele, não existe enunciado, mas, sim, apenas signos meramente linguísticos, estáticos, com significações únicas.

Quadro 18 - Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista *Veja* – Trecho 4

Golpistas costumam reprimir protestos de rua. O impeachment de Dilma, como o de Collor, se fundamenta em protestos de rua.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/mito-8220-impeachment-e-golpe-8221/>

Quanto à existência dos protestos permitidos na ruas e ao fato de não haver sido golpe também por essa razão, outra vez, verifica-se a relação de sentido que o sujeito-autor estabelece entre o termo “golpe” e o tema historicamente marcado “golpe militar”, mesmo sem explicitar essa adjetivação, como aconteceu em 1964, ou, talvez, em uma tentativa de simplificar ou amenizar o fato de 2016 de modo a comprovar que este é somente mais um caso de um *impeachment*, como o de Collor ou como qualquer outro.

Apesar de compartilharem da coincidência de terem sido democraticamente eleitos, a correlação entre os três políticos (Dilma, Collor e Clinton) configura-se como manobra argumentativa, justificada e “permitida” visto que se trata de um gênero sabidamente opinativo. Ocultam-se, porém, informações que seriam fundamentais para a compreensão global dos eventos sociais a que se refere, tais como o que teria acontecido nos contextos que envolvem Collor e Clinton. Sem essas informações, não se pode apreender, de fato, a relação de sentido que Narloch tenta construir para validar a sua tese.

Quadro 19 - Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista *Veja* – Trecho 5

Golpes resultam na posse de generais, líderes que não passaram pelo processo eleitoral. Se o impeachment de Dilma sair, quem assumirá será o seu vice, em quem votaram muitos petistas para quem “impeachment é golpe.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/mito-8220-impeachment-e-golpe-8221/>

Agora, sim, Narloch explicita que o sentido legítimo para “golpe” remete ao tema “golpe militar”, ao acusar que “Golpes resultam na posse de generais”. Verifica-se a tentativa de estabilização dos sentidos da palavra por meio da tensão entre as forças centrípetas e centrífugas, ao fazer uso de um espaço privilegiado, de largo alcance nacional, que é o site da revista *Veja*, ambiente gratuitamente aberto ao público.

O autor direciona o leitor para a compreensão do tema “golpe militar”, desconsiderando, portanto, a capacidade de infinita constituição de novos sentidos que pertencem à natureza dos enunciados, visto que sempre são ditos por um sujeito, que ocupa determinada função social, vive em um determinado tempo etc. Continua, porém, com a afirmação de que seria o vice-presidente, pessoa eleita pelo processo de voto direto, o que continua a dar validade à argumentação de que, sendo regido por deputados e senadores, independentemente de quem sejam eles e de quais sejam as suas motivações, a retirada de um governante do poder é uma decisão legítima, um *impeachment*, portanto. Com isso, explicita, mais uma vez, seu acento apreciativo e tangencial, assim, a concepção de que o Jornalismo é uma esfera que veicula notícias de forma neutra.

Quadro 20 - Artigo de opinião V-1 veiculado pela revista *Veja* – Trecho 6

Se o governo Dilma sair impune e se todas as acusações de fraude eleitoral, propinas e pedaladas fiscais virarem pizza, daí, sim, teremos um “mastodôntico retrocesso institucional”.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/mito-8220-impeachment-e-golpe-8221/>

No **quadro 20**, Leandro Narloch deixa clara a sua preocupação em relação à possibilidade de que os crimes eleitorais cometidos, segundo ele, por Dilma Rousseff, atinjam um desenlace de impunidade. Para isso, ele recupera o enunciado “virar pizza”, que prontamente direciona o leitor a uma memória discursiva já estabilizada desse termo no âmbito político.

A origem da relação entre a expressão “terminar em pizza” ou “virar pizza” e a política remonta a um entrave que aconteceu em outra área, a princípio, com a qual a política não estabelece uma relação direta: o futebol. Na década de 60, após uma longa e acirrada discussão em que os dirigentes do clube de futebol Palmeiras não conseguiram entrar em um acordo sobre a crise pela qual o clube passava, os envolvidos decidiram dar uma pausa e sair para comer. Nesse momento, regadas a pizzas e bebidas alcoólicas, as divergências que antes existiam se desfizeram e, rapidamente, todos saíram incólumes, tudo voltou ao normal. A situação foi acompanhada pelo jornalista Milton Peruzzi, que documentou o momento e intitulou a manchete do seu texto, publicado na Gazeta Esportiva no dia posterior ao acontecimento, como “Crise do Palmeiras termina em pizza”. Na política, a expressão foi usada pela primeira vez, segundo o ex-deputado Miro Teixeira, por uma depoente durante o desdobramento da Operação Uruguai, na CPI de Fernando Collor de Mello, que se posicionou de forma bastante revoltada,

ao afirmar que tudo o que estava sendo denunciado não acarretaria a punição dos responsáveis. O detalhe curioso é que, naquela situação, a referida CPI não acabou em pizza, ao contrário, desencadeou o *impeachment* de Collor.³⁸ Ou seja, ainda que Leandro Narloch e os leitores do artigo de opinião V-1 não compartilhem das motivações que contribuíram para o surgimento da expressão “virar pizza”, o que se pode observar é a retomada da mesma revolta compartilhada pela depoente da referida CPI, que não acreditava no cumprimento da penalidade pelos crimes. Narloch recupera essa revolta e suscita, axiologicamente, um posicionamento discursivo-social que clama pela validade política, jurídica e histórica do *impeachment* – não do golpe – como uma tentativa de fazer valer o cumprimento da lei em detrimento do que, para ele, comumente acontece em situações semelhantes: vira ou acaba em pizza.

Observa-se, então, o papel fundante e determinante do acento apreciativo para a compreensão e constituição dos sentidos, pois, para “as esquerdas”, o retrocesso é justamente permitir que pessoas investigadas e comprovadamente envolvidas em escândalos de corrupção retirem do poder uma presidente democraticamente eleita a quem não foi atribuído qualquer crime penal ou constitucional.

4.2.2 Análise do artigo de opinião V2 – “Em 31 de março de 1964, chamaram golpe de revolução; em 31 de março de 2016, chamaram revolução de golpe”

O segundo artigo de opinião da *Veja* analisado foi escrito por Reinaldo Azevedo, jornalista que foi desligado da revista *Veja* em maio de 2017 após divulgação de conversas telefônicas com a também jornalista Andrea Neves, irmã do deputado federal Aécio Neves (PSDB). Na página de apresentação do jornalista, em que se encontram os seus textos publicados no site da revista *Veja*, o nome de Azevedo aparece seguido dos dizeres “política, governo, PT, imprensa e cultura”.

Ora, ainda que não estabeleçam uma relação de sinonímia, não estariam os termos “política” e “governo” dentro da mesma esfera discursiva? Qual seria, então, o objetivo deste autor ao destrinchá-las de forma separada? Além disso, a sigla posteriormente mencionada, “PT”, que se refere ao Partido dos Trabalhadores, também remete ao campo discursivo

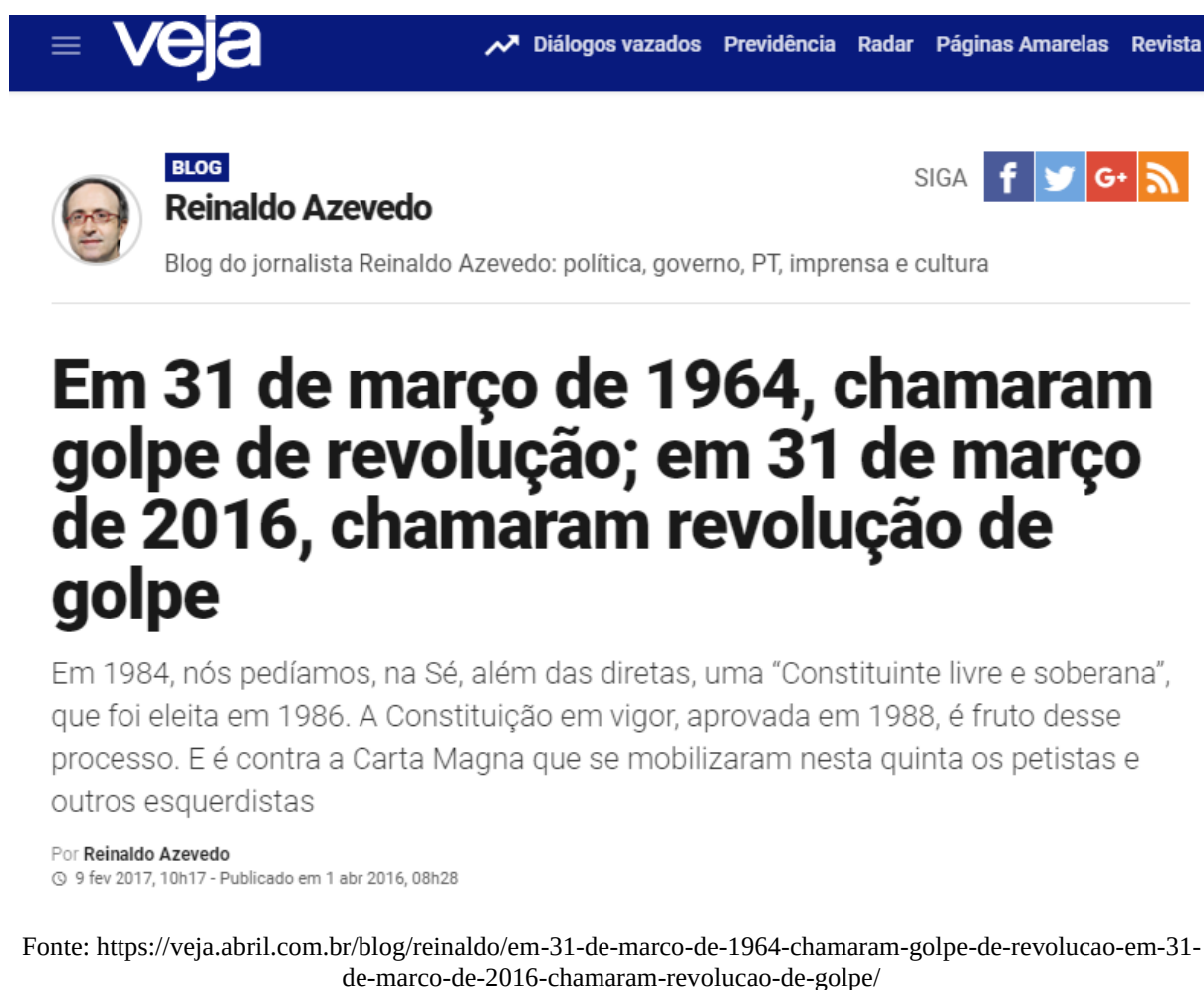
³⁸ **Fonte:** www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/439967-HISTORIA-DAS-CPIS-A-ORIGEM-DA-EXPRESSAO-%E2%80%99CTERMINAR-EM-PIZZA%E2%80%99D-BLOCO-2.html Acesso em 28/05/2019

relacionado à política e ao governo, de modo que, seguramente, o leitor que se depara pela primeira vez com o texto do V-2 poderia pressupor que seriam possíveis dois diferentes (e polares) caminhos para compor a tessitura discursiva do texto: ou Reinaldo Azevedo adotaria posicionamento contra ou a favor do Partido dos Trabalhadores, mas, indubitavelmente, o PT receberia ênfase em seu texto.

Visto que os sentidos dos enunciados só podem ser apreendidos quando se consideram os elementos composicionais do contexto que materializa a sua produção, faz-se imprescindível a evidência dessas informações para entender, sobretudo, o acento apreciativo que permeia e determina a atribuição de sentidos das palavras que integram este texto.

No artigo V-2, já no título, a palavra “golpe” é imediatamente mencionada com o indicativo de que este se trata de um texto metalinguístico, em que a disputa de sentidos (válidos ou não) para o termo “golpe” sustentará a sua temática principal. Além disso, o autor estabelece, também já no título, o diálogo com outras vozes, ao contrapor discursos políticos sobre as denominações “golpe” e “revolução” para os eventos políticos em 2016 e em 1964.

Figura 4 - Título do Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista *Veja*



The image is a screenshot of a web page from the magazine 'Veja'. At the top, there is a dark blue header with the 'veja' logo on the left and navigation links on the right: 'Diálogos vazados', 'Previdência', 'Radar', 'Páginas Amarelas', and 'Revista'. Below the header, there is a section for the author, Reinaldo Azevedo, with a small circular profile picture, a 'BLOG' label, and social media icons for Facebook, Twitter, Google+, and RSS. The title of the article is prominently displayed in large, bold, black font: 'Em 31 de março de 1964, chamaram golpe de revolução; em 31 de março de 2016, chamaram revolução de golpe'. Below the title, there is a short introductory paragraph in a smaller font. At the bottom of the article preview, it says 'Por Reinaldo Azevedo' and '9 fev 2017, 10h17 - Publicado em 1 abr 2016, 08h28'. At the very bottom, the source URL is provided: 'Fonte: https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/em-31-de-marco-de-1964-chamaram-golpe-de-revolucao-em-31-de-marco-de-2016-chamaram-revolucao-de-golpe/'.

Em 31 de março de 1964, chamaram golpe de revolução; em 31 de março de 2016, chamaram revolução de golpe

Em 1984, nós pedíamos, na Sé, além das diretas, uma “Constituinte livre e soberana”, que foi eleita em 1986. A Constituição em vigor, aprovada em 1988, é fruto desse processo. E é contra a Carta Magna que se mobilizaram nesta quinta os petistas e outros esquerdistas

Por **Reinaldo Azevedo**
 9 fev 2017, 10h17 - Publicado em 1 abr 2016, 08h28

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/em-31-de-marco-de-1964-chamaram-golpe-de-revolucao-em-31-de-marco-de-2016-chamaram-revolucao-de-golpe/>

Logo abaixo, no sutiã do texto, Reinaldo Azevedo explicita seu posicionamento apreciativo ao usar de forma explícita o pronome pessoal do caso reto “nós”. No primeiro momento, o pronome “nós” aparece em oposição a “petistas e outros esquerdistas”, o que demonstra que o discurso político se constitui muito mais de uma contraposição entre as representações que se constroem das figuras políticas do que, de fato, na estruturação isolada de um posicionamento sem considerar os opositores, pois “O político é uma construção da realidade a partir da qual (no limite) se estabelece a ‘discriminação’ entre amigos e inimigos” (SCHMITT, 1972)

Quadro 21 - Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista *Veja* – Trecho 1

Em 1984, nós pedíamos, na Sé, além das diretas, uma “Constituinte livre e soberana”, que foi eleita em 1986. A Constituição em vigor, aprovada em 1988, é fruto desse processo. E é contra a Carta Magna que se mobilizaram nesta quinta os petistas e outros esquerdistas

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/em-31-de-marco-de-1964-chamaram-golpe-de-revolucao-em-31-de-marco-de-2016-chamaram-revolucao-de-golpe/>

Essa escolha – e também a consequente intenção de direcionar a escolha do público leitor, visto que é o jornalista o terceiro polo da comunicação, aquele que reacentua, reinterpreta e, claro, recria a informação veiculada (MOIRAND, 1999) – demonstra o acento apreciativo impresso no texto. Ao tornar elegível e válido um termo e não outro em seu lugar em determinado contexto (golpe em lugar de revolução e vice-versa), segundo LAGE (2014), associações não somente semânticas, mas, sobretudo, emotivas foram recuperadas nesta diferenciação.

A crítica do conceito amplo de jornalismo apoia-se na constatação de que todo enunciado carrega associações semânticas e emotivas que diferenciam segurança de capanga, ditador de líder, indivíduo generoso de perdulário etc.; ao reproduzir sem crítica discurso iníquo, o jornalista estaria também sendo iníquo (apenas se o fizesse com um discurso virtuoso, seria igualmente virtuoso). (LAGE, 2014, p. 22)

Ao utilizar um termo e não outro em seu lugar para participar da composição de um discurso, seguramente, o sujeito não o faz de forma aleatória. Ainda no sutiã e no título, o autor deixa claro o sentido que considera válido e legítimo para o termo “golpe”. Ele se posiciona contrariamente ao surgimento da significação que atribui ao *impeachment* a construção de um novo tema para golpe, por considerar que a retirada de Dilma Rousseff aconteceu em

cumprimento à Constituição (“Carta Magna”), sendo, por isso, um sentido inadequado. Para Azevedo, “golpe”, em significações no âmbito político, direciona-se, exclusivamente ao tema “Golpe militar”

Apesar de considerar adequada a atribuição do termo para se referir a 1964 – e criticar aqueles que denominaram o Golpe militar de “revolução” –, Azevedo demonstra, com isso, além da invalidação de “golpe” em 2016, segundo seu ponto de vista, a existência deste sentido no atual contexto, visto que “petistas e outros esquerdistas” concorrem para a estabilização desse sentido. Verifica-se, assim, uma disputa de diferentes narrativas pelo direito de instituir e assegurar um, ou “o”, “sentido verdadeiro”.

A narrativa da circulação discursiva que regula o que Faye (1972) chama a língua política é a competição entre diversas narrações - competição inscrita em cada uma delas - e que faz com que as versões funcionem em ‘grupos’ de narrações. Uma narração tem sempre como pressuposto outras narrações que ela nega ‘naturalmente’ por seu próprio relato. Se cada narração evoluir logicamente as outras, não devemos deduzir disso que uma, apenas uma, é verdadeira, mas que a narração histórica (e seu efeito político), contrariamente à ficção, caracteriza-se por uma circulação concorrencial. (CORTEN, 1999, p.46)

Isso demonstra, outra vez mais, a existência de dois diferentes temas para o termo “golpe”, que dependem, sobretudo da forma como cada grupo reconhece o discurso “verdadeiro”; a “verdade” é construída pelo próprio discurso, que assume, reflete e refrata posicionamentos axiológicos.

Conforme anunciado no título (**Figura 3**), o trecho que inicia o texto reafirma a base narrativa do artigo de opinião V-2, que consiste em estabelecer uma comparação ao evocar dois diferentes contextos que se referem a duas diferentes situações às quais foram denominadas por “golpe”. Ou seja, verifica-se que o autor já demonstra, independentemente do acento apreciativo que utilizará para compor sua argumentação – à qual analisamos à continuação –, a existência de dois diferentes temas para a palavra “golpe”.

Quadro 22 - Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista *Veja* – Trecho 2

Trinta e dois anos depois de a Praça da Sé sediar o primeiro grande comício das Diretas-já, o local voltou a ser ocupado, nesta quinta, por manifestantes — 40 mil segundo o Datafolha.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/em-31-de-marco-de-1964-chamaram-golpe-de-revolucao-em-31-de-marco-de-2016-chamaram-revolucao-de-golpe/>

Assim, por mais que, ao longo do texto, Reinaldo Azevedo explicita uma entonação expressiva contrária à atribuição de significação estável para o termo “golpe” no contexto da destituição de Dilma Rousseff, ainda que não o valide, ele reconhece o novo tema “golpe” no contexto de 2016. Esse reconhecimento se torna claro porque, embora, para o autor, seu uso seja equivocado, este uso existe, inclusive esta foi a sua motivação para a escrita do V-2: oferecer argumentação que invalide o uso da palavra “golpe” em referência à retirada de Dilma Rousseff. Porém, como aponta Volóchinov (2013), apesar do intento de dissuadir o uso de “golpe” para o evento político de 2016, o discurso sobre a invalidade desse uso já demonstra a existência daquilo de que discorda, tal qual aconteceu com o uso das *hashtag* #nãovaitergolpe, a que nos referimos no Capítulo 1 deste texto.

Pode-se demonstrar que nem sempre aceitamos esse “ponto de vista dos outros” como necessário e concludente. De fato, às vezes disputamos com ele, polemizamos com nosso invisível interlocutor-ouvinte. Mas suponhamos que uma pessoa esteja irritada com a sociedade; ainda assim, quanto mais irreconciliável for sua hostilidade contra ela, quanto mais pretenda afirmar o próprio “eu” individual, o próprio “arbitrio” – como disse uma personagem de Dostoiévski – tanto mais clara será a forma dialógica de seu discurso interno, tanto mais claramente se observará o conflito num *único* fluxo verbal de duas ideologias, de duas visões de classe que lutam entre si. (VOLÓCHINOV, 2013, p. 166 – grifos do autor)

Diferentemente do V-1, em que o autor, Leandro Narloch, estabeleceu uma oposição direta entre golpe e *impeachment* como estratégia discursiva, no V-2, Azevedo optou por traçar uma linha histórica que remete ao tema e acontecimento social “Golpe Militar”, que aconteceu em 1964, no Brasil.

Quadro 23 - Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista *Veja* – Trecho 3

Há mais de três décadas, democratas e esquerdistas dos mais variados matizes cobravam o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República — a primeira safra de governadores escolhidos pelo povo havia ocorrido dois anos antes, em 1982. Era 25 de janeiro, aniversário de São Paulo. Lembro-me como se fosse hoje. Os petistas estavam na linha de frente do protesto e, ora vejam, naquele tempo, só seus próprios integrantes escapavam das vaias da militância. Até Ulysses Guimarães foi alvo de ofensas. Afinal, o partido não queria conversa com burguês porque “dos trabalhadores”. Estupidez, sim! Mas havia certa dignidade naquele radicalismo tosco. Como não observar? Quase metade desses 32 anos — estamos no 14º —, o país ficou sob os cuidados do PT. Se, em muitos aspectos, continuamos a ser a terra de desigualdades e iniquidades, muito se deve, então, à clarividência dos companheiros, não é mesmo? Nesses 32 anos, ou eles estavam no comando ou estavam sabotando soluções justas, como a reforma da Previdência, que nunca fizeram nem deixaram que fizessem.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/em-31-de-marco-de-1964-chamaram-golpe-de-revolucao-em-31-de-marco-de-2016-chamaram-revolucao-de-golpe/>

Assim, o que explicita o posicionamento expressivo (acento apreciativo) adotado por Azevedo, antes do trabalho metalinguístico com o termo “golpe”, é justamente a argumentação construída de modo a invalidar, desde um viés histórico, os posicionamentos dos “esquerdistas dos mais variados matizes”, conforme determina, no próprio V-2, aqueles contrários aos democratas (ou de posicionamento à direita).

A trajetória histórica pela qual Azevedo percorrerá em seu texto inicia em um protesto pela volta das eleições presidenciais diretas, que aconteceu em 25 de janeiro de 1984, em São Paulo.

Quadro 24 - Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista *Veja* – Trecho 4

Ah, era bom gritar contra o autoritarismo militar, a inflação, a corrupção. Com todo o horror que uma ditadura sempre traz consigo, é claro que o regime dos generais era um convento se comparado aos métodos petistas de gestão. E não! Nem assim a ditadura era desculpável.

Trinta e dois anos depois, os supostos 40 mil da Praça da Sé, reunidos em pleno dia útil, não estavam reivindicando mais democracia, não estavam defendendo o estado de direito, não estavam lutando por mais justiça. Muito pelo contrário.

Os esbirros do partido tomaram a praça para, na prática, defender o que Wagner Moura chamou “um projeto de poder amparado por um esquema de corrupção”. Bem, já não é mais projeto, mas obra. Não é apenas “amparado” nelo esquema: ele é o próprio esquema.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/em-31-de-marco-de-1964-chamaram-golpe-de-revolucao-em-31-de-marco-de-2016-chamaram-revolucao-de-golpe/>

Azevedo continua a desenvolver sua linha narrativa de modo a justificar que, a despeito do que aconteceu em 1984 – quando do movimento das “Diretas Já”, em que as pessoas lutavam por democracia –, em 2016, os manifestantes (ou, em suas palavras, “os esbirros do partido”) foram às ruas para apoiar um governo sustentado por corrupção.

Assim, a argumentação construída por Reinaldo Azevedo continua a direcionar o leitor a legitimar a tese de que ontem, em 1984, sim, clamava-se por democracia, posto que um golpe a teria surrupiado; agora, em 2016, segundo o autor do V-2, a democracia não foi ameaçada, tampouco direitos foram retirados, para ele, antes, o *impeachment* de Dilma Rousseff está assentado em leis, daí a sua inegável validade.

Dessa forma, percebe-se que Azevedo, justamente por se posicionar em discordância quanto à atribuição do termo “golpe” ao contexto ocorrido em 2016, claramente entende como distais os sentidos que a referida palavra “golpe” admite em cada situação discursiva. Configura-se, assim, o estabelecimento, segundo o conceito bakhtiniano, de um novo tema, já que: “Um sentido novo se revela em um antigo e com a ajuda dele, mas com o objetivo de entrar em oposição a ele e o reconstruir” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 238)

Ainda que invalidado por Azevedo, o novo tema “golpe”, para se referir ao evento de 2016, existe, pois, em contraposição às suas opiniões, são mostradas algumas das razões em que se amparam os que acreditam ter havido este golpe, conforme se pode observar a seguir:

Quadro 25 - Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista *Veja* – Trecho 5

Em 1984, nós pedíamos, além das diretas, uma “Constituinte livre e soberana”, que foi eleita em 1986. A Constituição em vigor, aprovada em 1988, é fruto desse processo. E é contra a Carta Magna que se mobilizaram nesta quinta os petistas e outros esquerdistas. A manifestação de 1984 cobrava mais liberdade; a de 2016 quer o regime das milícias partidárias; a manifestação de 1984 reivindicava um regime pautado pelas leis; a de 2016 pede que a lei seja ignorada em benefício de um partido [...]

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/em-31-de-marco-de-1964-chamaram-golpe-de-revolucao-em-31-de-marco-de-2016-chamaram-revolucao-de-golpe/>

No último parágrafo do V-2, o autor utiliza-se do dialogismo constitutivo (MOIRAND, 2001) ao recuperar de forma indireta (e deslocada do contexto original) um trecho de discurso da presidente Dilma Rousseff.

Quadro 26 - Artigo de opinião V-2 veiculado pela revista *Veja* – Trecho 6

Dilma tem razão quando diz que, em 31 de março de 1964, chamaram um “golpe” de “revolução”. No dia 31 de março de 2016, ela e seus aliados fizeram o contrário: chamaram a revolução — a da lei — de golpe.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/em-31-de-marco-de-1964-chamaram-golpe-de-revolucao-em-31-de-marco-de-2016-chamaram-revolucao-de-golpe/>

Nesse momento, ao inverter o uso das denominações “golpe” e “revolução”, Azevedo utiliza o argumento apartado do real contexto de uso da presidente Dilma Rousseff, em um primeiro momento, para concordar com ela, mas, depois, com o objetivo de torná-la responsável pelo surgimento do novo tema para “golpe”. Ao recuperar o mote que deu origem ao título do V-2, o autor demonstra discordância quanto à denominação desse novo tema, pois assegura que, em 31 de março 2016, diferentemente do que houve na mesma data de 1964, aconteceu uma revolução, não um golpe.

A seguir, com o objetivo de recuperar de forma resumida as discussões e análises desenvolvidas sobre os artigos de opinião das revistas *CartaCapital* e *Veja*, esboçamos uma apreciação em que contrapomos os argumentos e sentidos sustentados pelos referidos veículos analisados.

4.3 OS SENTIDOS DA PALAVRA “GOLPE”: ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE AS REVISTAS *CARTACAPITAL* E *VEJA*

A partir da análise dos dois artigos de opinião, foi possível observar que a forma com que os columnistas das duas revistas tratam as possibilidades de sentidos para a palavra “golpe” são diametralmente opostas. Enquanto os artigos da *CartaCapital* apresentam argumentos para assegurar o “novo” sentido, construindo, com base no dialogismo entre enunciados novos e já ditos, um novo tema, por outro lado, os artigos de opinião da *Veja* mostraram a tentativa dos autores de assegurar ainda mais a manutenção de um tema já estabilizado (“golpe militar”).

Percebemos também que os diferentes acentos apreciativos contribuem para a construção da argumentação, pois atribuem ao texto tons emotivo-valorativos únicos, que demarcam os diferentes posicionamentos dos autores. Isso assegura que, mesmo quando não está dito explicitamente se foi ou não golpe, a linha discursiva construída nos textos deixa claro ao leitor/interlocutor qual face sónica da palavra foi escolhida.

O texto do artigo CC-1 foi construído de forma a argumentar, segundo o ponto de vista do sujeito enunciador que assina o texto (Roberto Amaral), sobre todo o contexto prévio ao *impeachment* antes de trazer à superfície textual o termo “golpe”. Além dos diferentes acentos apreciativos, significações e temas, no artigo de opinião V-1, assinado por Leandro Narloch, percebe-se essa diferente forma de estruturação do texto: o texto da *CartaCapital*, assinado por Roberto Amaral, é construído de forma a, antes de falar sobre “golpe”, argumentar sobre o

contexto. Isso se deve ao objetivo de causar em seu auditório uma sensação de domínio do conteúdo para, então, tomar uma posição valorativa de concordância com os argumentos que foram lidos. Além disso, também porque esse primeiro movimento de trazer à tona de volta o termo “golpe” veio dessa vertente “pró-Dilma”, que começou a utilizar a *hashtag* “#nãovaitergolpe”.

Portanto, o texto da *Veja*, assinado por Narloch, é estruturado de maneira inversa, justamente como uma resposta à *hashtag*-enunciado “#nãovaitergolpe”. Narloch inicia seu texto já com a afirmação de que “*impeachment* não é golpe”, de modo a fazer do seu enunciado – assim como, para o Círculo de Bakhtin, todos o são – uma resposta, pois a compreensão de um enunciado se dá sempre mediante réplicas.

No CC-2, a omissão do termo “*impeachment*” direciona o leitor a entender “golpe” como sendo a única denominação possível para o evento político referente à destituição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, desde o título. Já a citação do marechal Castello Branco, explicita a relação do golpe de 2016 com o de 1964, de modo a estabelecer uma contraposição entre o antes (1964) e o “agora” (2016). Assim, a referência ao Golpe militar de 1964 serve como recurso argumentativo para assegurar a efetivação de um golpe e, assim, a realização de um novo tema para se referir ao evento político de 2016. Essa contraposição indica, finalmente, que, diferente do golpe de 1964, “agora”, o golpe será sob o respaldo do poder Judiciário. A garantia argumentativa de que há, sim, um novo tema também encontra amparo no *hiperlink* sobre o trecho “usando à larga os meios de comunicação”, pois, assim, o autor demonstra aproximação da significação que se torna estável para a construção do novo tema afastado do anterior “golpe militar” para se aproximar, agora, de “golpe político-midiático”.

Já no V-2, ao enfatizar prontamente na sua apresentação no site da revista *Veja* os termos “PT, governo, política”, Azevedo mostra que o PT será enfatizado, dirige o leitor a acreditar que o seu posicionamento quanto ao partido será polarizado, isto é, apresentará um ponto de vista extremamente contra ou a favor esse partido. Isso ajuda a, antes mesmo de iniciar a leitura deste artigo de opinião (V-2), compreender o acento apreciativo que nele será impresso. No título do V-2, “golpe” apresenta-se em contraposição à “revolução”, de modo que a primeira palavra se refere semanticamente ao Golpe militar de 1964, enquanto o segundo termo, à deposição de Dilma Rousseff, em 2016. Além disso, demonstra também o dialogismo com a presença de outras vozes que concordam ou discordam, mas, sobretudo, que fizeram essas afirmações quanto ao uso de “revolução” e “golpe”.

Ainda no V-2, o autor utiliza o pronome “nós” em contraposição a “petistas e outros esquerdistas”, de modo a demonstrar, mais uma vez, assim, o seu posicionamento valorativo.

Além disso, desconsidera o golpe de 2016, pois este segue a Carta Magna, por isso, considera como válido o Golpe militar de 1964, pois foi contra a democracia. Assim, Azevedo contribui para a manutenção e para o engessamento de sentidos: assegura a manutenção de um sentido único ao engessar o sentido do termo “golpe” como referente apenas ao tema “golpe militar”.

Ao apontar para a eliminação do novo tema, posicionando-se contrariamente, este novo tema fica evidenciado devido a essa enfática contraposição, pois a palavra reflete (mantém) e refrata (propaga) sentidos, não apenas reflete, visto que o enunciado se dá na compreensão do sentido, na interação, nas respostas, que são sempre acentuadas valorativamente segundo as vivências sociais dos interlocutores.

Assim, percebemos que tanto o CC-1 quanto o CC-2 demonstram o surgimento de um novo tema, que se afasta do tema “golpe militar”, de 1964 e que é estabilizado, por outro lado, nos artigos de opinião V-1 e V-2, da revista *Veja*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PALAVRAS QUE, SE “ENTRETENDENDO”, REFLETEM E CONTINUAM REFRATANDO SENTIDOS

*Você não sente, não vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que **uma nova mudança, em breve, vai acontecer**
E o que algum tempo era jovem, novo, hoje é antigo
E precisamos todos rejuvenescer*

BELCHIOR

Neste espaço comumente dedicado a mostrar um panorama geral, recuperar os objetivos norteadores, apresentar brevemente os resultados e as apreciações, além de sugerir caminhos para a continuidade da pesquisa desenvolvida neste trabalho, gostaríamos de destacar a necessidade de que este texto seja, tal qual todo enunciado, “[...] apenas um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais” (VOLÓCHINOV, 2017, p.). Assim como “um galo sozinho não tece a manhã” (MELO NETO, 2008), nós também nos apropriamos de outros dizeres e desejamos que estas palavras sejam também refratadas, de modo que os “fios de sol”, axiológicos por natureza, se repliquem e se cruzem para que o discurso não deixe jamais de ser tecido em conjunto, em sociedade.

Por isso, nesse momento, rememoramos que nosso trabalho procurou responder à pergunta norteadora sobre como a mídia brasileira construiu o discurso de que, a partir de um mesmo evento social, houve um golpe ou um *impeachment*. Para isso, ao longo do texto, procuramos descortinar quais foram esses sentidos para “golpe”, quais foram os aspectos ideológicos que envolveram a tessitura desses sentidos e, finalmente, investigamos como o discurso político-midiático costurou sentidos ao contrapor já-ditos a outros que, então, ensaiavam como novos sentidos em artigos de opinião das revistas *Veja* e *CartaCapital*.

Apresentamos o contexto em que aconteceu o evento social denominado ora por “golpe”, ora por “*impeachment*”: a destituição da presidente democraticamente eleita, Dilma Rousseff, da presidência do Brasil, em 2016. Os fios teórico-metodológicos que embasaram a nossa pesquisa, que tem, acima de tudo, uma preocupação com a compreensão dos sentidos das palavras como sendo resultado das relações sociais, nos permitiram perceber que a disputa de sentidos para as palavras é influenciada, sobretudo, pela luta de classes. A incessante busca pela instauração de um sentido “verdadeiro” levou a mídia, que produz o seu dizer em um ato

retórico relacionado ao público-leitor, a tentar direcionar valorativamente, segundo diferentes posições axiológicas identificadas a partir de diferentes acentos apreciativos, os sentidos possíveis – já que utilizados pelos sujeitos sociais que compõem a população – para “golpe”.

Nossa análise nos permitiu verificar que, enquanto a revista *Veja* demonstrou uma tentativa de apagamento do novo tema “Golpe político-midiático”, agora vinculado aos fatos históricos de 2016, ao argumentar sobre a legalidade do processo de retirada da presidente Dilma do poder, a *CartaCapital* procurou instaurar um discurso em direção à validação do novo tema, ao considerar que os contextos histórico-sociais, de fato, podem modificar os sentidos, já que estes dependem de sua relação com a enunciação que os produz.

Nos quatro artigos de opinião que compuseram o nosso corpus de análise – dois da *Veja* e dois da *CartaCapital*, identificamos que os sentidos para “golpe” nem sempre estão diretamente vinculados ao grau de simpatia ou antipatia pessoal com relação à imagem de Dilma Rousseff. Conforme assegura Piovezani Filho (2003), a “espetacularização da política” gerou o culto à imagem do político, isto é, a concordância ou discordância acontece quanto à aceitação da imagem que se constrói do político, e não especificamente sobre as suas propostas políticas. No artigo CC-2, por exemplo, o autor demonstra com clareza sua discordância quanto às atitudes e decisões de Dilma Rousseff enquanto presidente, porém, apesar disso, durante todo o texto, apresenta argumentos que comprovam a ocorrência de um golpe, desta vez, endossado pelo poder Judiciário e direcionado pelas mídias, o que nos leva a concluir que um novo tema – Golpe político-midiático – surgiu.

Outro aspecto que nossa análise nos permitiu observar foi o fato de que, ao tentar apagar, silenciar ou mesmo negar o surgimento de um novo tema para “golpe”, como tentaram fazer os artigos V-1 e V-2, automaticamente, no próprio discurso presente nesses artigos, este novo tema emerge do discurso, afinal, conforme Corten (1999), é o discurso político que constrói a realidade objetiva relacionada àquele contexto, não o contrário. Assim, ainda que assuma uma posição axiológica, o discurso sempre irá refletir e refratar sentidos, inclusive, contrários aos que apresenta, pois, “**Um sentido novo se revela em um antigo** e com a ajuda dele, mas com o objetivo de entrar em oposição a ele e o reconstruir” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 238 – grifos nossos).

Por considerarmos que esta não é uma seção de conclusão, mas, antes, um elo a mais na tessitura das discussões pertinentes a essa temática, enxergamos ainda outras possibilidades de investigação sobre o uso efetivo da palavra (em sentido *lato*; não somente do termo “golpe”) sob uma infinita diversidade de sentidos, assim como infinitas também são as visões de mundo dos sujeitos sociais. Por isso, considerar a recorrência dessa discussão em

outros gêneros do discurso, investigar a fundamental influência de outras áreas, além da Comunicação (Jornalismo), para a realização do evento político “golpe” ou “*impeachment*”, além de articular diálogos entre a teoria dialógica com outras perspectivas teóricas são vias possíveis para dar continuidade à discussão.

Ao entender que a concepção de uma linguagem monológica, isto é, centrada na ênfase de um sentido único, não é pertinente à constituição essencialmente social do ser humano, entendemos que é justamente a pluralidade dos sentidos (e das verdades) que nos permite ir sempre além.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Roberto. **Golpe e resistência**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/898/golpe-e-resistencia> Acesso em 23 de novembro de 2018.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Em 31 de março de 1964, chamaram golpe de revolução; em 31 de março de 2016, chamaram revolução de golpe**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/em-31-de-marco-de-1964-chamaram-golpe-de-revolucao-em-31-de-marco-de-2016-chamaram-revolucao-de-golpe/> Acesso em 28 jun 2019.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**. Tradução Aurora Bernardini, et al. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. 6ª ed. – São Paulo: Editora Martins Fontes, [1952/53] 2000a, p. 261-306.
- _____. O problema do texto. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. 6ª ed. – São Paulo: Editora Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, [1959/60] 2000b, p. 307-336.
- _____. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 2010 [1986].
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- _____. (VOLÓCHINOV) **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BOTA, Cristian. et BRONCKART, Jean-Paul. **Volochinov et Bakhtine, deux approches radicalement opposés des genres des textes et de leur statut**. In: LINX, 56, 2007.
- BRAIT, Beth. (org). **Bakhtin: Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- CORDEIRO, Rafaela Queiroz Ferreira. **A construção discursiva dos eventos pela mídia: o processo de nomeação e a representação do discurso** outro 2011. 202f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Saga Luzello, 1999. p. 37-52

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. **Formas de presença do outro na circulação dos discursos**. Bakhtiniana, São Paulo, v. 1, n.5, p. 116-132, 1º semestre 2011.

_____. Sobre a fala dialogal: convergências e divergências entre Jakubinskij, Bakhtin e Volochinov. **Conexão Letras, Rio Grande do Sul**, v. 11, n. 16, 2016.

_____. A noção de gênero: dificuldades e evidências. In: **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas – SP, v. 39, 2002a, p. 60-64.

_____. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: **Gêneros textuais & ensino**. Bezerra, M. A.; Dionísio, A.; Machado, A. R. (org.). Rio de Janeiro, Lucerna, 2002. p. 166-179.

_____. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: **BAKHTINIANA**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2º semestre 2009, p. 23-39, ISSN: 2176-4573.

_____. O caráter histórico dos gêneros e da representação da enunciação. In: **Revista do Gelne**, vol. 8, n. 1/2, João Pessoa, [2007] 2008, p. 7-20.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo**: as idéias do Círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2017.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2008.

HOUAISS, Antônio.; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAGE, Nilson. **Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas**. Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol.1, n.1 p.20-25, Jan-Jul, 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/6080> Acesso em 10 jul 2019.

MARINGONI, Gilberto. **Tem cara de legal e tem jeito de legal, mas não passa de um golpe**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tem-cara-de-legal-e-tem-jeito-de-legal-mas-nao-passa-de-um-golpe> Acesso em 31 de agosto de 2017

MELO, José Marques de. **Teoria do Jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MELO NETO, João Cabral de. **A educação pela pedra e outros poemas**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2008.

MOIRAND, Sophie. **Les discours de la presse quotidienne : observer, analyser, comprendre**. Presses Universitaires de France (PUF): 2007, Paris, 179 p.

_____. Du traitement différent de l'«intertexte selon les genres convoqués dans les événements scientifiques à caractère politique. In : **SEMEN 13** (dépôt légal: trimestre 2001),

Adam J.-M., Herman T. et Lugin G. : *Genres de la presse écrite et analyse du discours*, 2000, p. 97-117.

_____. **Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire.** Cahiers de praxématique, v. 33, p. 145-183, 1999

NARLOCH, Leandro. **Mito: “impeachment é golpe”**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/mito-8220-impeachment-e-golpe-8221/> Acesso em 23 de novembro de 2018.

PEREIRA, Rodrigo Acosta; RODRIGUES, Rosângela Hammes. **O conceito de valoração nos estudos do círculo de Bakhtin:** a inter-relação entre ideologia e linguagem. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, jan./abr. 2014.

PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, p.49-64

POSSENTI, Sírio. **Golpe, Golpes**. Disponível em: <https://blogdosirioblog.wordpress.com/2016/05/05/golpe-golpes/>. Acesso em: 17 de agosto de 2017.

_____. Diferenças condensadas em palavras. In: **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.26, n.3, p. 1075-1099, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10959>. Acesso em: 26 de novembro de 2018.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**. São Paulo: Contexto, 2008.

SCHMITT, Carl. Teologia política: quattro capitoli sulla dottrina della sovranità. In: **Le categorie del politico**. Ed. Gianfranco Miglio e Pierangelo Schiera. Bologna: il Mulino, (1934) 1972.

SÉRIOT, Patrick. **Vološinov, la philosophie de l’enthymène et la double nature du signe**. Préface a Marxisme et philosophie du langage. Les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage. Nouvelle édition bilingue traduite du russe para Patrick Sériot et Inna Tytkowski-Ageeva. Limoges: Lambert Lucas, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Faculdade de Educação (FaE). Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale). **Glossário Ceale:** termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/>. Acesso em: 18 nov. 2018

VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017, 373p.

_____. Palavra na vida e palavra na arte: introdução ao problema da poética sociológica. [1926]. In: VOLOCHINOV, V. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Organização, tradução e notas de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

_____. Que é a linguagem?. [1930]. In: VOLOCHINOV, V. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Organização, tradução e notas de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

_____. A construção da enunciação. [1930b] 2013. In: VOLOCHINOV, V. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Organização, tradução e notas de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

ANEXO A – ARTIGO DE OPINIÃO CC-1

Política

Impeachment

Golpe e resistência

por Roberto Amaral — publicado 26/04/2016 03h58

Ironicamente, deve-se à direita a reaglutinação das forças de esquerda
[Compartilhar 2,1 mil](#)
[Twitter](#)
[Share](#)
[G+ Compartilhar](#)

Levi Bianco/Brazil Photo Press/AFP



As emoções desses dias anunciam embates profundos

Na sua inexcusável capacidade de superar a fantasia, a política rasteira nos transportou, no domingo 17, para o imaginário de Macondo, promovendo o encontro do realismo fantástico com o espírito de Macunaíma, no que ele tem de moralmente grotesco e de lassidão. A sociedade, preocupada com os destinos de seu país, postou-se diante da tevê para saber como votavam seus representantes chamados a decidir o destino do mandato da presidenta da República.

Mas, no lugar de um espetáculo cívico, presenciou uma ópera-bufa. Por horas, assistiu incrédula e, certamente, constrangida ao desfilar tragicômico de personagens ridículos que se sucediam diante das câmeras. Assim, o Brasil conheceu a Câmara e seus deputados. Aplausos para as exceções.

Não se ouviu dos adeptos do "sim" um só conceito político ou jurídico, um só desenvolvimento de raciocínio adulto, lógico, mas, tão só, um desalentador desfilar de sandices e pieguices: referências domésticas, familiares, expressões de uma religiosidade primitiva... Absoluta ausência de senso e decoro. Ao fundo, a algaravia de mercado persa, incompatível com uma Casa de Leis. Mestre de cerimônia do espetáculo burlesco, reinou impávida essa figura abjeta representada pelo ainda presidente da Câmara, deputado-réu, materialização de Frank Underwood, que salta da série estadunidense e dos esgotos do Capitólio para conviver conosco.

O espetáculo grotesco oferecido pela Câmara Federal expõe à saciedade quão imperiosa é a reforma, profunda, do sistema eleitoral que a produziu. Mas como esperar que nossos parlamentares livres a legislação das mazelas e vícios que garantem a reprodução de seus mandatos? Pois essa Câmara abriu o processo de *impeachment*.

Uma Casa de maioria hegemônica por um agrupamento de acusados, presidida por um parlamentar consabidamente desonesto, no comando de um processo de cassação de uma presidenta consabidamente honesta. E, se esse processo tiver curso no Senado, há risco de vermos uma presidenta legitimamente eleita por 54,5 milhões de votos ser substituída por um vice perjuro, sem um só voto.

Pobre política brasileira.

A crise da democracia representativa nacional está exposta à luz do sol e pode atingir o paroxismo, que certamente tomará as vestes de crise institucional, no iminente encontro da desmoralização parlamentar com o exercício da Presidência por *um vice sem legitimidade*.

luta de classes, que será aprofundada, independentemente do que fizerem os movimentos sociais, em razão das características da crise e do remédio prometido pelo receituário neoliberal e exigido pelos financiadores da caríssima campanha *pró-impeachment*: menos investimentos, mais superávit primário e menos compensações sociais, flexibilização do trabalho e reforma da Previdência (contra os aposentados), mais privatização, mais recessão, mais desemprego. E, cereja do bolo, a entrega do pré-sal às multinacionais do petróleo. Ao fim e ao cabo, mais crise social.

Aliás, deve-se à direita o desmanche das ilusões de conciliação de classe que por tanto tempo encantaram lideranças petistas, imobilizando-as diante da luta ideológica, a que renunciaram, como renunciaram seus governos às reformas que poderiam, sem ferir o sistema, alterar a estrutura do Estado e promover uma correlação de forças favorável às massas. Renunciaram a uma reforma tributária progressiva, renunciaram à reforma política (daí a Câmara de hoje, que será sucedida por outra ainda pior), à democratização dos meios de comunicação de massa, à reforma do Poder Judiciário, à reforma agrária, à reforma do ensino militar, para citar as mais ingentes.

Um governo de origem popular, recém-saído de uma refrega eleitoral para cujo desfecho a esquerda foi decisiva, opta pelos entendimentos de cúpula que cevaram as forças que o trairiam na primeira oportunidade. Para agradar ao “mercado”, opta por um reajuste fiscal recessivo, afasta-se de suas bases e não conquista a classe dominante, para quem acenava. Essa continuou no comando do golpe, do qual o 17 de abril não é nem o ponto de partida nem o ponto de chegada.

O processo histórico é, porém, contumaz em pregar peças, e assim ficamos a dever à direita brasileira a reaglutinação das esquerdas e do movimento social, e a virtual unidade, na ação, do movimento sindical. Foi a ameaça da captura do Estado, sem voto, para alterar a agenda de prioridades, projeto da classe dominante brasileira, que reconciliou o governo com as massas, quando essas descobriram que o golpe era mesmo contra elas, isto é, contra os direitos dos trabalhadores, agora em *2016 como em 1954 e em 1964*.

A iminência do golpe de Estado, operado a partir das entranhas do Estado, por setores do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e do Judiciário, mas articulado de fora pelas forças de sempre (o monopólio ideológico dos meios de comunicação liderados pelo sistema Globo), ensejou às esquerdas, como mecanismo de defesa que logo se transformou em instrumento de luta, a unidade na ação, de que resultou a Frente Brasil Popular, e, com ela, a unificação dos movimentos populares e as grandes mobilizações.

A consigna "Não vai ter golpe, vai ter luta", que em outras palavras significa a retomada, pela esquerda, da questão democrática, e a decisão pelo enfrentamento, tanto funcionou como discurso aglutinador quanto orientou a ação. Nas ruas, as massas redescobriram sua força, e não pretendem refluir. O movimento social, assim, está na fronteira de um salto de qualidade que lhe permitirá caminhar da defesa da legalidade e da democracia para as eleições e a construção de um novo tipo de sociedade. Golpeadas pela farsa do *impeachment*, as esquerdas se preparam para unir a luta parlamentar à luta nas ruas.

As emoções desses dias parecem enunciar embates de duração, intensidade e profundidade impossíveis de prever.

**Ex-ministro da Ciência e Tecnologia e ex-presidente do PSB, partido do qual se desfilou.*

ANEXO B – ARTIGO DE OPINIÃO CC-2



SEJA SÓCIO

LOGIN

ACERVO



POLÍTICA

ECONOMIA

SOCIEDADE

JUSTIÇA

MUNDO

DIVERSIDADE

EDUCAÇÃO

OPINIÃO

BLOGS

MAIS

PROCURE AQUI



POLÍTICA

Tem cara de legal e tem jeito de legal, mas não passa de um golpe



19 DE ABRIL DE 2016

Pronto. A **Câmara consumou o golpe paraguaio ou hondurenho**, a depender do gosto do distinto freguês.

Não mais tanques e tropas em torno do Palácio, mas um cipoal confuso de acusações à mandatária, embasado em flexíveis leituras da Constituição. Não mais “vivandeiras alvoroçadas que vão aos bivaques bulir com os granadeiros e provocar extravagâncias do Poder Militar”, como dizia o ex-ditador Humberto Castello Branco (1897-1967). Vivandeiras preferem agora bulir com financistas e juizes, tudo sob manto legal e afiançado por “renomados juristas”, a categoria da hora.

Embora o processo siga para o Senado, a sorte está lançada: o governo Dilma acabou. Melhor: **chegam a termo 14 anos de lulismo**. Temos em Palácio uma presidente que já não dirige o País.

O governo será – em poucas semanas – tomado de assalto pelo que há de mais apodrecido e corrupto na política brasileira. Setores sem voto e sem qualquer condição de alcançar o poder pela escolha popular se aboletarão no Planalto, na esplanada e nas estatais e darão prosseguimento a uma versão *hard* da cartilha que **Dilma Rousseff** já vinha adotando desde que jogou no lixo suas promessas e entrou de cabeça no programa do adversário de 2014.

É preciso denunciar o golpe para avançar. Tão real quanto essa assertiva, é forçoso dizer: sem apontar opções e erros cometidos, não se avançará. Não se trata de ir atrás de culpados, mas de saber que a responsabilidade pelos 7 a 1 não é dos alemães, mas de nosso próprio time.

O PT construiu, ao longo dos últimos 14 anos, um mito. O de que é possível mudar o Brasil sem conflitos ou rupturas.

Durante um tempo de crescimento econômico – por fatores externos – essa senda pareceu exequível. Em tempos de retração, não mais.

Austeridade

Não haverá mudanças de rumo num governo Michel Temer. Elas serão de ritmo e de intensidade. Nas condições atuais, isso fará grande diferença.

O que era o programa de Aécio, que Dilma escolheu para governar? Em rápidas palavras, fazia uma leitura de que os crescentes déficits orçamentários teriam de ser solucionados com um tratamento de choque. Haveria um descontrole inflacionário e a receita teria de ser uma trombada ortodoxa. Isso implicaria realismo tarifário nos preços administrados, austeridade orçamentária, elevação dos juros e toda a bula de manual neoclássico.

O ajuste deflagrado no início de 2015 implicou cortes de investimentos e custeio, retirada de direitos trabalhistas, encarecimento do crédito e tesouradas do orçamento público.

O receituário, ao contrário do que se divulga, obteve êxito espetacular. Nunca foi propósito do ajuste promover desenvolvimento ou coisa que o valha.

Através dele, realinou-se o câmbio, reduziu-se a atividade econômica, derrubou-se o PIB, privatizou-se mais de vinte estatais – em especial do setor elétrico – aumentou-se o desemprego (era uma das molas mestras para se reduzir salários) e agravaram-se conflitos sociais. Tudo era perfeitamente previsível, ainda mais em meio à maior crise capitalista planetária das últimas oito décadas.

Curiosamente, cumpria-se ali a máxima neoliberal: *não há alternativas*. Situação e oposição têm o mesmo diagnóstico e remédio. Ou, no senso comum lulista, todos podem se sentar em torno de uma mesa e chegar a um consenso sobre o melhor para o País.

Há um problema nesse raciocínio: ele pode ser executado, mas não pode ser dito. Durante a eleição, tornou-se para a campanha petista o programa que não ousa dizer o nome, para usar a terminologia de Oscar Wilde para o amor entre homens.

Aécio e Dilma tinham em mente o mesmo ajuste. Ele anunciava como medidas salvacionistas. Ela execrou tal possibilidade.

E ganhou.

Estelionato eleitoral

Talvez ainda demore para cair a ficha dos petistas sobre a imensa gravidade daquilo que ficou popularizado como “estelionato eleitoral”. Avaliam – penso eu – tratar-se de um problema, mas não tanto, pois FHC fez o mesmo em 1998. Prometeu estabilidade e, logo após tomar posse, houve fuga de capitais, crise cambial e elevação da Selic a 44,95%, em março de 1999.

O tucano colheu alta taxa de rejeição em todo o seu segundo mandato e perdeu a eleição de 2002. Como havia uma força política que se consolidava como nova organizadora do sistema – o PT – a institucionalidade não foi abalada.

Ou seja, a agremiação de Lula começava a cumprir o papel de novo vetor de ordenamento político, em torno do qual as disputas se articulavam. Papel análogo foi cumprido pelo PMDB na segunda metade dos anos 1980 e pelo PSDB na década seguinte.

Nas eleições de 2014, o quadro era outro.

Um ano e meio antes, o Brasil fora convulsionado por espetaculares mobilizações. Sem compreender o mal estar social que se desenhava, as respostas oficiais foram insuficientes. Mas elas expressavam nas ruas um embate entre direita e esquerda, que viria à luz mais tarde.

Em 2014, tivemos as mais disputadas e politizadas eleições presidenciais desde 1989, quando Lula e Fernando Collor terçaram armas em rede nacional. Na refrega que levou Dilma Rousseff ao seu segundo mandato, o diferencial foi em cima da independência do Banco Central, do comportamento da grande mídia e do repúdio ao ajuste e à perda de direitos. Algo raro em termos mundiais!

Com um fator adicional: o enfrentamento se deu sem que houvesse um novo vetor organizador à vista. Para todos os efeitos, o PT seguiria cumprindo tal papel.

A história a seguir é conhecida. Três dias após o fechamento das urnas, o BC eleva a taxa de juros – contrariando o discurso desenvolvimentista de campanha – vários personagens ligados à direita foram indicados para o ministério, medidas drásticas foram anunciadas na economia e a popularidade da mandatária desabou logo nos primeiros meses.



O eleitorado sentiu que havia sido logrado. Sentiu na conta de luz, no preço da gasolina, no aumento do desemprego e na queda da renda. E sequer recebeu explicação plausível para tão surpreendente guinada.

O estelionato equivaleu a um torpedo disparado contra o principal pilar da democracia: a legitimidade do voto. O eleitor escolhe a partir de uma expectativa, lastreada em pregação dos candidatos. Quando se rompe a conexão entre voto e ação concreta, qual o valor das eleições?

A ação petista desqualificou não apenas sua gestão, mas a própria prática democrática. E erodiu balizas de funcionamento da institucionalidade. Se a escolha popular nada vale, pode tudo, vale tudo.

O avanço da direita

Ao voltar-se contra as bases sociais históricas do PT e perder seu apoio, Dilma aos poucos passou a ser uma presidente de rarefeita legitimidade popular. Ali pela metade de 2015, podia-se perguntar “Afinal, quem a presidente representa?”.

As respostas são desencontradas. A tábua de salvação passou a ser alegar os 54,5 milhões de votos.

Mas o número atesta uma situação específica do dia 27 de outubro de 2014. Garante a legalidade do mandato, mas não expressa um processo de perda objetiva de apoio.

É justamente esse ponto, o da perda de apoios, que abre espaço para a direita.

As forças conservadoras não mudaram. Seguem elitistas, excludentes e antidemocráticas como sempre foram. Mas ficaram contidas por mais de uma década diante da altíssima legitimidade dos ex-presidente Lula (2003-2010) e de Dilma Rousseff em seu governo inicial (2011-2014). Isso garantiu que um pacto de convivência, estabelecido em 2002, fosse mantido.

Ao perceber que o muro de contenção, materializado por sua representatividade social, fora implodido pela própria mandatária e que a prática democrática fora enfraquecida, a direita avançou em toda a linha, seja no Congresso, seja na mídia e nas ruas.

Dilma aplica o programa da direita, mas não é totalmente confiável à direita. Ela pode entregar o pré-sal, formular a Lei Antiterrorismo, sancionar a lei da mordaza contra a esquerda nas eleições, pode privatizar, financelizar etc., mas não basta.

Dois problemas apareceram.

O primeiro é a profundidade da crise. Com o fim do superciclo das commodities, não há mais excedente a ser distribuído. Acabou o ganha-ganha para ricos e pobres e é necessário preservar os interesses dos de cima. Isso está sendo feito via recessão e desemprego.

Sendo mais claro, acabou o pacto estabelecido em 2002, entre o PT e as classes dominantes. A Carta aos Brasileiros, em síntese dizia: podem governar, desde que não toquem em nada do que é essencial. Assim, preservou-se a política econômica de FHC, não se mexeu na Lei de Anistia, nos monopólios da mídia, na propriedade da terra e os ganhos do topo da pirâmide social ficaram intocados.

O segundo é que agora, para concretizar tais ganhos, é essencial reprimir os de baixo. E isso, até agora, o governo Dilma não fez, até mesmo pelas ligações históricas do PT com o movimento popular.

Numa situação de agudização da luta de classes, enfrentar esses setores é imprescindível. É urgente seguir o exemplo dos estados de São Paulo, Paraná e Goiás – governados pelo PSDB –, onde um Estado de exceção informal já vigora.

O golpe

É nesse quadro que aparece o atalho do impeachment para dar o golpe que não ousa dizer o nome. É bulindo com juizes carreiristas, instrumentalizando a Polícia Federal – diante da omissão governamental – e **usando à larga os meios de comunicação** (financiados e prestigiados pela administração federal) que se chega ao resultado de 367 a 137 na Câmara.

O golpe não veio de fora da coalizão governamental, mas de seu interior. Não foi um embate clássico situação versus oposição, mas a expressão clara do esgotamento do pacto. Não foi um golpe em uma noite de verão. Foi meticulosamente construído pelos dois lados.

A noite de 17 de abril de 2016 entrará para a história como uma infâmia. O rebotalho da política esganiçou-se ao microfone para agradecer à Deus, à família (e à propriedade, poderíamos dizer) e chancelou um tapetão institucional na democracia brasileira.

O problema desta não é o fato de ser jovem e tenra. É o fato de ser uma democracia de classe, num país de abissais diferenças sociais. Por isso ela é instável.

Desobediência

Resta aos democratas a denúncia, a rebelião, a desobediência civil e a luta. E a necessidade premente de se reconstituir não apenas a esquerda, mas um novo vetor progressista.

A grande novidade foi a constatação de que existe uma esquerda de massas viva e pujante. Talvez as frentes surgidas nessa guerra – A Povo Sem Medo e a Brasil Popular – sejam embriões de um novo polo organizativo.

Não nos iludamos: o governo Temer terá imensas dificuldades para se estabilizar. A crise é profunda. Mesmo usando o discurso da “herança maldita”, brandido pelo PT há mais de uma década, sem melhorar minimamente a vida do povo, sua já escassa legitimidade irá pelo ralo.

Enfim, é hora de lamber feridas.

Mas é urgente examinar os erros e insuficiências desse período. Só assim será possível andar para a frente e não suar numa esteira, na qual tem-se até a ilusão de correr sem sair do lugar.

*Gilberto Maringoni é professor de Relações Internacionais da UFABC e foi candidato a governador (PSOL-SP), em 2014

ANEXO C – ARTIGO DE OPINIÃO V-1



LEANDRO NARLOCH

Caçador de Mitos

Uma visão politicamente incorreta da história, ciência e economia

SIGA



Mito: “impeachment é golpe”

Não é de hoje que presidentes apelam para a ideia de golpe ao se defenderem do processo de impeachment. A surpresa é ver jornalistas de grandes portais reproduzindo essa bobagem

Por **Leandro Narloch**

🕒 9 fev 2017, 11h40 - Publicado em 13 mar 2016, 12h07

Não. Impeachment é impeachment. Golpe é golpe.

Golpistas fecham o Congresso e perseguem deputados. O impeachment é decidido pelos deputados.

Golpistas atropelam a Constituição. O impeachment é previsto na Constituição e está sendo conduzido com o aval do STF, a nossa suprema corte.

Golpistas costumam reprimir protestos de rua. O impeachment de Dilma, como o de Collor, se fundamenta em protestos de rua.

também. Para um sujeito sofrer um processo de impeachment, precisa ocupar um cargo público, o que geralmente ocorre depois de ter sido eleito democraticamente,oras.

Golpes resultam na posse de generais, líderes que não passaram pelo processo eleitoral. Se o impeachment de Dilma sair, quem assumirá será o seu vice, em quem votaram muitos petistas para quem “impeachment é golpe”.

“O impeachment desrespeita a vontade popular”, dizem. Mas peraí: deputados e senadores que decidirão o futuro de Dilma também foram eleitos democraticamente – e costumam ser chamados de “representantes da vontade popular”. Está aí justamente uma das dificuldades de afastar a presidente. Os cidadãos que elegeram Dilma, como é de se esperar, também votaram num bom número de deputados que a defendem. Essa dificuldade é parte do jogo democrático.

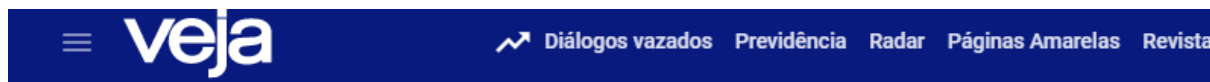
O PT e os jornalistas que prestam uma informal assessoria de imprensa ao governo também se colocam do lado da democracia e da ordem institucional. O jornalista Mario Magalhães, por exemplo, parece ter se inspirado num comunicado oficial do partido ao afirmar, em sua página do UOL, que “a deposição de Dilma representaria um mastodôntico retrocesso institucional”.

Não, a deposição de Dilma preservaria as instituições ameaçadas pela aliança entre políticos e grandes empresas. Se o governo Dilma sair impune e se todas as acusações de fraude eleitoral, propinas e pedaladas fiscais virarem pizza, daí, sim, teremos um “mastodôntico retrocesso institucional”. O próximo presidente terá mais liberdade para esculhambar as contas públicas se o governo atual não sofrer punições.

Não é de hoje que os presidentes apelam para a ideia de golpe ao se defenderem do processo de impeachment. [Fernando Collor fez igual](#). A surpresa é ver jornalistas de grandes portais reproduzindo essa bobagem.

[@lnarloch](#)

ANEXO D – ARTIGO DE OPINIÃO V-2



BLOG

Reinaldo Azevedo

SIGA



Blog do jornalista Reinaldo Azevedo: política, governo, PT, imprensa e cultura

Em 31 de março de 1964, chamaram golpe de revolução; em 31 de março de 2016, chamaram revolução de golpe

Em 1984, nós pedíamos, na Sé, além das diretas, uma “Constituinte livre e soberana”, que foi eleita em 1986. A Constituição em vigor, aprovada em 1988, é fruto desse processo. E é contra a Carta Magna que se mobilizaram nesta quinta os petistas e outros esquerdistas

Por **Reinaldo Azevedo**

9 fev 2017, 10h17 - Publicado em 1 abr 2016, 08h28

Trinta e dois anos depois de a Praça da Sé sediar o primeiro grande comício das Diretas-já, o local voltou a ser ocupado, nesta quinta, por manifestantes – 40 mil segundo o Datafolha.

Há mais de três décadas, democratas e esquerdistas dos mais variados matizes cobravam o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República – a primeira safra de governadores escolhidos pelo povo havia ocorrido dois anos antes, em 1982.

Era 25 de janeiro, aniversário de São Paulo. Lembro-me como se fosse hoje. Os petistas estavam na linha de frente do protesto e, ora vejam, naquele tempo, só seus próprios integrantes escapavam das vaias da militância. Até Ulysses Guimarães foi alvo de ofensas. Afinal, o partido não queria conversa com burguês porque “dos trabalhadores”. Estupidez, sim! Mas havia certa dignidade naquele radicalismo tosco.

Como não observar? Quase metade desses 32 anos — estamos no 14º —, o país ficou sob os cuidados do PT. Se, em muitos aspectos, continuamos a ser a terra de desigualdades e iniquidades, muito se deve, então, à clarividência dos companheiros, não é mesmo? Nesses 32 anos, ou eles estavam no comando ou estavam sabotando soluções justas, como a reforma da Previdência, que nunca fizeram nem deixaram que fizessem.

Ah, era bom gritar contra o autoritarismo militar, a inflação, a corrupção. Com todo o horror que uma ditadura sempre traz consigo, é claro que o regime dos generais era um convento se comparado aos métodos petistas de gestão. E não! Nem assim a ditadura era desculpável.

Trinta e dois anos depois, os supostos 40 mil da Praça da Sé, reunidos em pleno dia útil, não estavam reivindicando mais democracia, não estavam defendendo o estado de direito, não estavam lutando por mais justiça. Muito pelo contrário.

Os esbirros do partido tomaram a praça para, na prática, defender o que Wagner Moura chamou “um projeto de poder amparado por um esquema de corrupção”. Bem, já não é mais projeto, mas obra. Não é apenas “amparado” pelo esquema; ele é o próprio esquema.

Já virou um clichê citar o Marx (relendo Hegel), segundo o qual os fatos históricos acontecem duas vezes: a primeira como tragédia; a segunda como farsa. Raramente vi uma situação em que tal frase se encaixasse com tamanha perfeição: em 1984, a tragédia da derrota das diretas; em 2016 a farsa do falso golpe.

Em 1984, nós pedíamos, além das diretas, uma “Constituinte livre e soberana”, que foi eleita em 1986. A Constituição em vigor, aprovada em 1988, é fruto desse processo. E é contra a Carta Magna que se mobilizaram nesta quinta os petistas e outros esquerdistas.

A manifestação de 1984 cobrava mais liberdade; a de 2016 quer o regime das milícias partidárias; a manifestação de 1984 reivindicava um regime pautado pelas leis; a de 2016 pede que a lei seja ignorada em benefício de um partido; a manifestação de 1984 queria alinhar o país com as vanguardas democráticas do mundo; a de 2016 tem como parâmetro a dita “revolução bolivariana”; a manifestação de 1984 considerava a democracia um valor universal; a de 2016 vê em tal regime apenas um valor instrumental.

Dilma tem razão quando diz que, em 31 de março de 1964, chamaram um “golpe” de “revolução”. No dia 31 de março de 2016, ela e seus aliados fizeram o contrário: chamaram a revolução — a da lei — de golpe.